



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

***DESCONSTRUINDO A ARIDEZ:
DIZERES E PRÁTICAS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA
RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO***

por

LOURIVÂNIA SOARES SANTOS

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). RITA DE CÁSSIA ARAGÃO MATOS

SALVADOR, 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

***DESCONSTRUINDO A ARIDEZ:
DIZERES E PRÁTICAS DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NA
RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO***

por

LOURIVÂNIA SOARES SANTOS

Orientador(a): Prof. Dr. / RITA DE CÁSSIA ARAGÃO MATOS

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre.

SALVADOR

2012

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Santos, Lourivânia Soares.

Desconstruindo a aridez : dizeres e práticas da convivência com o semiárido na
ressignificação do território / Lourivânia Soares Santos. - 2012.
109 f.: il. + apêndice.

orientadora : Profª. Drª. Rita de Cássia Aragão Matos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e
Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2012.

1. Brasil, Nordeste. 2. Discursos brasileiros. 3. Sertão. 4. Semiárido. I. Matos, Rita de
Cássia Aragão. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 301
CDU - 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA & SOCIEDADE

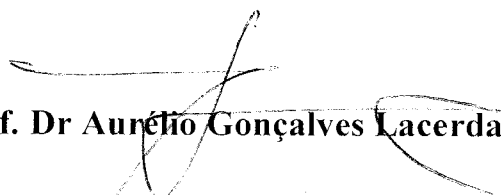
Lourivânia Soares Santos

Desconstruindo a Aridez: Dizeres e Práticas Convivência na
Ressignificação da Região

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Cultura e Identidade, em 17 de novembro de 2011, foi aprovada pela comissão formada pelos professores:


Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Aragão Matos


Prof.^a Dr.^a Stella Rodrigues


Prof. Dr Aurélio Gonçalves Lacerda

DEDICO

À pequena Luana,
que está chegando para iluminar a vida da nossa família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais uma importante conquista em minha vida.

À minha família, em especial meu companheiro Rô, pela parceria e cumplicidade;

À professora Rita Aragão, pela dedicação, carinho e atenção em todo o processo de orientação;

Ao professor Aurélio Lacerda e à professora Stella Rodrigues pelas valiosas contribuições;

Aos professores, professoras e colegas do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade com os/as quais tive o privilégio de aprender e de compartilhar;

À Delmira, pelo carinho e atenção;

À FAPESB, pela concessão da bolsa de estudos;

Aos membros da Articulação do Semiárido (ASA/BA) que contribuíram na realização da pesquisa.

A Luciano Fanfani, a Il Canale, ao movimento social de Pintadas, pela oportunidade de trilhar o caminho do saber;

Aos amigos e às amigas de Pintadas, que aprendem e ensinam a cada dia o sentido da esperança, da luta e da participação.

“Cheguei no sertão para ver a seca. Eu queria a natureza bruta. Era um sentimento estranho – eu procurava o que entristece as pessoas. Chovia. Tivemos que alugar um carro e perseguir a aridez. Levara fábulas na imaginação, pensando na alegórica terra rachada. Mas a paisagem sertaneja pode ser paradisíaca. Sobre o inusitado, precisávamos de predicados aderentes. O que parecia frustração tornou-se o rasgo conceitual do projeto **“De repente é verde o sertão”**”.

Brígida Baltar

Caderno da Exposição Sertão Contemporâneo (2009)

SANTOS, Lourivânia Soares. Desconstruindo a aridez: dizeres e práticas da Convivência com o Semiárido na ressignificação do território. 109 p. Dissertação (Mestrado) Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

RESUMO

A pesquisa analisa os sentidos da “Convivência com o Semiárido” e em que medida seus dizeres e práticas contribuem na ressignificação desse espaço territorial. Compreende-se a Convivência com o Semiárido como um novo paradigma para pensar, compreender e agir sobre o Sertão, visto durante muito tempo como sinônimo de inércia e atraso. Sua proposta está pautada num conjunto de iniciativas que abrange desde práticas produtivas apropriadas a essa região até ações educativas inseridas nesse contexto e fundamentadas numa relação de sustentabilidade pactuada entre o homem/ a mulher, a cultura e a natureza. Um dos objetivos desse trabalho é investigar como esse modelo engendra novos discursos sobre esse território, quais as características dessas narrativas, qual sua influência nas dimensões identitárias, bem como na possível reconfiguração do imaginário popular sobre ele. O estudo apresenta de forma interdisciplinar a genealogia e a memória discursiva sobre a região, com a contribuição de autores e obras que abordaram o tema. Tomamos como *corpus* para análise os enunciados de sujeitos da Articulação do Semiárido na Bahia, captados por meio de entrevistas e documentos impressos e digitais produzidos pelas organizações a ela vinculadas. O exame permite afirmar que, a partir da proposta da *Convivência*, emerge uma perspectiva simbólica que produz novos deslocamentos no pensar o Semiárido, desmistificando o processo de instituição da região como problema exclusivamente de ordem natural, mas como resultado de um processo de cunho social, político e histórico. No entanto, a estrutura conservadora vigente no país, as disputas político-ideológicas que cercam o paradigma e a carência de uma ação comunicativa mais enérgica e esclarecedora por parte do movimento defensor da Convivência, faz com que esse discurso e suas práticas ainda encontrem dificuldades de se ramificar e se consolidar na construção de um “outro Semiárido”.

Palavras - chave: Região – Discurso – Sertão - Convivência com o Semiárido

SANTOS, Lourivânia Soares. Desconstruindo a aridez: dizeres e práticas da Convivência com o Semiárido na ressignificação do território. 109p. Dissertação (Mestrado) Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ABSTRACT

The research examines the meanings of "Coexisting with the Semi-arid Region" and to what extent its sayings and practices contribute to the redefinition of territorial space. "To coexist with the Semi-arid Region" is understood as a new paradigm to think, understand and act on Brazilian Hinterland, regarded for so long as a synonym for inertia and backwardness. This proposal is guided by a set of initiatives that covers everything from production practices that are appropriate to this region to educational activities within its context and based on agreed sustainability relationships between man / woman, culture and nature. The goal of this work is to investigate how this model produces new discourses on territory; which are the features of these narratives; how they influence the dimensions of identity, as well as the possible reconfiguration of the popular imagination about it. The study presents in an interdisciplinary perspective the genealogy and the discursive memory on that region, with contributions from authors and works that addressed the issue. We took as the *corpus* for analysis the statements of subjects from the "Semi-arid Region Articulation in Bahia", gathered through interviews, printed and digital data produced by organizations linked to it. This examination allows us to affirm that from the proposal of "Coexistence" emerges a symbolic perspective that produces new shifts in thinking about the Semi-arid Region. It demystifies the process of instituting the region as a problem exclusively from the natural perspective, but as a result of a social, political and historical process. However, due to the prevailing conservative structure in Brazil; the political and ideological disputes surrounding this paradigm; and the lack of a more energetic and insightful communicative action by the "Coexistence" movement; it is still difficult for this discourse and its practices to branch and consolidate in the construction of "another Semi-arid".

Keywords: Region – Discourse – Brazilian Hinterland – Coexisting with the Semi-arid Region

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA - ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

ASAMIL - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E APOIO AOS MILITARES, PENSIONISTAS E EX-MILITARES DO SERTÃO

APAEB - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA

CEBS - COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

CEDASB - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DO SUDOESTE BAIANO

CAA - CENTRO DE ASSESSORIA DO ASSURUÁ

DNOCS - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

GARRA - GRUPO DE APOIO E DE RESISTÊNCIA RURAL E AMBIENTAL

IOCS - INSTITUTO DE OBRAS CONTRA AS SECAS

IFOCS - INSTITUTO FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

IRPAA - INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA PROPRIEDADE APROPRIADA

GTDN - GRUPO DE TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

MOC - MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

SUDENE - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Peça da Campanha Clima de otimismo no Semi-árido

Figura 2 - Mapa de atuação da ASA/Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Trilhando a investigação.....	15
Organização do Trabalho.....	19
CAPÍTULO 1	
1. TESSITURAS DA REPRESENTAÇÃO: NORDESTE, SERTÃO, SEMIÁRIDO	21
1.1 Breves considerações sobre o conceito de região.....	21
1.2 A região Nordeste como invenção histórica e discursiva.....	26
1.3 As influências da Cultura na “construção” do Nordeste e do Semiárido.....	31
1.4 De Nordeste a Sertão, de Sertão a Semiárido.....	36
1.5 A instituição discursiva da seca e as intervenções governamentais no Semiárido.....	39
CAPÍTULO 2	
2. A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OLHAR SOBRE O SEMIÁRIDO	46
2.1 A entrada em cena dos movimentos sociais: o povo como sujeito político.....	46
2.2 Articulação do Semiárido Brasileiro: tecendo uma rede.....	52
2.3 Do Combate à Seca à Convivência com o Semiárido.....	56
2. 4 Práticas sociais na construção de um novo Semiárido	62
CAPÍTULO 3	
3. MÚLTIPLOS DIZERES E PERCEPÇÕES SOBRE A CONVIVÊNCIA ...	73
3.1 A Bahia no contexto do Semiárido	73
3.2 Os enunciados da Convivência.....	79
3.3 A comunicação na perspectiva da Convivência com o Semiárido.....	93
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
5 REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

Na tela, o desenho animado tem início. A história retrata uma pequena comunidade rural do semiárido¹ baiano. Mas o verde e os tons coloridos logo chamam a atenção no cenário porque destoam da imagem recorrente quando se trata deste lugar, o qual já estávamos acostumados a ver pintado de cor cinzenta, mórbida, sem vida. Eis que um mandacaru² falante surge na tela, encontra um grupo de crianças e passa a dar vida, de forma divertida e lúdica, a narrativas do cotidiano sertanejo. São experiências diversas e positivas: que abordam o direito à água; os instrumentos de captação e armazenamento desse recurso hídrico - como as cisternas; mostram como evitar a poluição dos rios; tratam dos cuidados com a saúde e a higiene; entre outros assuntos.

O que discorremos acima é uma síntese da série de desenhos animados *Vida, água e alegria no Semiárido*, produzida por estudantes de uma escola da comunidade Ponto Novo, no município de Riachão do Jacuípe (Bahia), em uma parceria entre a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) e o Canal Futura. Resultado de oficinas sobre “Convivência com o Semiárido”, a obra audiovisual aborda o Semiárido pelo viés da possibilidade e da positividade. Além dos desenhos, um caderno pedagógico está sendo distribuído para educadores para servir de subsídio ao ensino contextualizado à realidade regional. Espera-se, com essa ação, que a sala de aula seja um espaço de reflexão e de ressignificação desse território, e não de repetição dos estereótipos disseminados no decorrer dos anos.

Trata-se de mais uma estratégia da ASA na perspectiva da desconstrução “da aridez³” deste lugar, arquitetado como território miserável, constantemente ameaçado pelo fantasma da seca e suas temíveis conseqüências. Embora seja uma face da realidade, essa representação foi demasiadamente enfatizada ao longo de séculos, sendo perpetuada por diversos atores sociais que encontraram amparo na literatura, nas artes, nas ciências, na imprensa, na religião. Em

¹Após o acordo ortográfico 2009, a palavra semiárido perdeu o hífen, assim como todas as palavras cujo prefixo termina em vogal e o segundo elemento inicia com vogal diferente. No entanto, por não prejudicar a compreensão, mantivemos em alguns trechos a palavra semi-árido (com hífen), conforme os textos de onde a mesma foi extraída.

²Cactus típico do Nordeste do Brasil altamente resistente à seca e de forte simbolismo na cultura sertaneja.

³Aridez está relacionada com *secura*, esterilidade, infertilidade.

função de um somatório de elementos, ela foi se configurando como um poder simbólico que produziu efeitos de sentido no imaginário popular que ainda se mantêm bastante eloqüentes. Nos últimos anos, porém, a imagem negativa e os fatores que estão relacionados a ela têm sido fortemente questionados por movimentos sociais da região, sustentados no discurso da “Convivência com o semiárido”, e esses são os principais fatores que motivaram a elaboração desta pesquisa.

A mobilização da população do Nordeste para levar à agenda pública o debate sobre novas formas de desenvolvimento para o Semiárido, pautado por essa nova concepção em contraposição à de *Combate à seca*, foi determinante. Semanticamente, a expressão “convivência com o semiárido” introduz a ideia de uma nova relação com a natureza, mas vai muito além disso. Esse paradigma, cujo significado segue em construção, se apresenta como uma proposta holística para o Semiárido, ou seja, que o considera em sua totalidade e essência.

Com a presente pesquisa objetivamos discutir os elementos que estão na raiz da conformação da imagem negativa do Semiárido e percorrer as tramas de um outro discurso que se manifesta como uma proposta ressignificadora sobre a região. Partindo dessa perspectiva, buscamos examinar a releitura desse espaço, a partir das práticas de desenvolvimento sustentável realizadas por organismos do movimento social e sua discursividade. Aqui, tomamos como objeto de análise os enunciados de sujeitos da Articulação do Semiárido na Bahia.

O trabalho buscou verificar como esses sujeitos constroem o discurso em relação ao Semiárido, problematizando os enunciados que moldaram a representação dessa região e a contraposição pelos movimentos reivindicatórios. As principais reflexões aqui tecidas visam compreender as transformações e rupturas ocorridas no interior de um discurso sólido, bem como compreender suas influências nas questões identitárias, vistas hoje como processo dinâmico e descentrado.

Neste sentido, algumas perguntas balizaram a feitura dessa dissertação: 1. Como é concebida a convivência com o semiárido por tais sujeitos? 2. De que forma os sujeitos

apresentam suas ressignificações sobre a ideia de Semiárido? 3. Que elementos podem ser considerados constitutivos dessa nova visão?

É importante frisar que essa dissertação dá continuidade a uma proposta de investigação iniciada na graduação e que resultou na pesquisa *A tragédia dos flagelados: a representação do Sertão nos jornais de Salvador*, na qual tivemos como propósito analisar a abordagem jornalística sobre a região ao longo de um determinado tempo. Desta vez, partimos em outra direção que foi verificar como os discursos sobre a região são construídos por sujeitos vinculados a movimentos que reivindicam uma leitura diferenciada sobre esse espaço.

Trilhando a investigação

A construção do presente estudo partiu, fundamentalmente, das questões motivadoras desta pesquisa e que orientam as reflexões aqui realizadas: A convivência com o semiárido, enquanto prática sociodiscursiva, alicerçada numa relação sistêmica entre ser humano e natureza, institui um novo olhar para essa região? De algum modo ela rompe com a construção identitária que se tornou hegemônica ao longo dos anos? Esse conceito desarticula a noção de identidade⁴ fundada sobre esse lugar e desloca os conceitos antes formatados?

Nossa análise tem como proposta perscrutar os discursos⁵ da *convivência* analisar os seus efeitos de sentido, o que se pretende transpor através dos textos. Faz-se necessário

⁴Convém destacar que identidade aqui se configura como uma noção não fixa, mas em constante dinâmica. Conforme Stuart Hall (2002) apresenta, um dos principais aspectos que circundam o tema se refere ao “descentramento” das identidades na pós-modernidade, assunto sobre o qual o estudioso nos convida a refletir, colocando em xeque a questão da identidade como algo sólido e rígido para descortinar a ideia dos deslocamentos ou mesmo da coexistência de várias “identidades”. Esse paradigma vem de encontro àquilo que se propugna no passado, quando a identidade era considerada estruturada e fixa. Neste pensamento, a identidade é móvel e vai sendo definida a partir de posições que o indivíduo ocupa em determinados momentos. Hall também procura refletir sobre a identidade nacional nesse cenário de deslocamentos identitários e os impactos trazidos pelos efeitos da globalização. Para ele as culturas nacionais são as fontes de identidade cultural das pessoas desde o nascimento, mas apesar disso, elas não são estanques. Podem ser formuladas e reformuladas ao longo da vida, pois fazem parte de um sistema dinâmico. Considerando, pois, a dinâmica das construções identitárias na contemporaneidade, poderíamos dizer que é possível ressignificar a representação espacial nordestina enraizada no imaginário social brasileiro? É isso que pretendemos observar.

⁵A preocupação com as significações produzidas pelo discurso remete ao início do século 1920, questão que se tornou campo de estudo que começou a se constituir como disciplina a partir de 1950, a denominada Análise de Discurso, composta por várias tendências. A Análise do Discurso considera a linguagem em sua forma mais ampla e plural. Não de forma inocente e ingênua, mas como “lugar privilegiado de manifestação da ideologia”. Nesse sentido recebe grande contribuição do teórico russo da linguagem, Mikhail Bakhtin, estudioso esse que compõe, ao lado de Michel Pêcheux e Michel Foucault, as bases desse campo de estudos. “A linguagem é o

registrar que consideramos o discurso como algo que possibilita, a partir da maneira como os indivíduos se expressam e das suas escolhas, apreender determinados posicionamentos ideológicos, valores, crenças. Mas é somente através do texto⁶, concebido por Orlandi (1996) como a “representação física da linguagem” que nós, na função de analistas, podemos acessar o seu âmago, penetrando nos meandros dos enunciados. Ou seja, o texto exerce a mediação entre o homem e o campo das ideias através da linguagem. Dessa forma, o compreendemos como o suporte que materializa o entendimento da discursividade, enquanto o discurso são os efeitos de sentidos dele extraídos, considerando-se a exterioridade, as condições de produção e os elementos históricos e sociais que devem ser apreciados.

Com embasamento nesses princípios é que privilegiamos a composição de um corpus do qual pudéssemos extrair, através das formulações da linguagem, da análise das práticas e das construções identitárias dos sujeitos, quais as posições ideológicas e os referenciais simbólicos presentes nos postulados da *convivência com o semiárido* em contraposição aos de *combate à seca*. Por isso, o material de análise compõe-se de entrevistas realizadas com lideranças de organizações que integram a coordenação ampliada da Asa Bahia e comunicadores, além de documentos e materiais oficiais produzidos pelas entidades a ela filiadas, e eventualmente pela Asa Brasil. Além disso, utilizamos anotações feitas durante a participação como observadora em dois encontros realizados pela Asa estadual.

No livro *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som* (BAUER E GASKELL, 2008) os autores afirmam que “a entrevista qualitativa pode desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos”. Por isso, a pesquisa além de ter optado pela utilização desse instrumento de coleta com o objetivo de ampliar o espectro das representações sobre a região analisada, lança mão de outros recursos, a exemplo de informes impressos e cartas coletivas produzidas em encontros, a serem utilizados como fontes secundárias.

Em relação à entrevista, fomos norteados ainda pela avaliação dos autores anteriormente mencionados. Como eles afirmam, trata-se de uma metodologia de coleta de

lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais” (BRANDÃO, 1995, p. 12).

⁶ Quando falamos em texto, com base em Orlandi (1996), referimo-nos à unidade da análise do discurso. Aquilo que permite ao analista compreender os sentidos apresentados pela ação discursiva. Por sua vez, o discurso é o que emerge da interpretação, os efeitos de sentidos, levando em consideração as condições de produção e as regularidades apresentadas.

dados amplamente empregada nas mais diversas áreas do conhecimento devido à sua versatilidade e possibilidade de fornecer informações valiosas ao pesquisador. A entrevista qualitativa traz no seu cerne a oportunidade de compreensão das relações entre os atores sociais e o seu contexto, permitindo entender ainda crenças, valores, comportamentos das pessoas. Acreditamos que a captação das narrativas dos sujeitos reveste-se, portanto, de grande importância nessa investigação. A partir dos relatos pudemos observar de forma mais espontânea as idéias que os sujeitos têm sobre a região e obtivemos informações que talvez não tivéssemos acesso por meio de outras fontes.

Existem várias possibilidades de realização de entrevistas: dirigida, guiada e não diretiva. Neste trabalho, a opção foi pela entrevista guiada, tendo em vista que seu processo de realização permite o estímulo de respostas mais livres e espontâneas, sem incorrer no risco de desvios do tema abordado que possam comprometer o objetivo central. Esse tipo de entrevista, segundo Richardson (1985, p. 161), também é mais usual quando o pesquisador não dispõe de conhecimentos em profundidade daquilo que está pesquisando. Difere, portanto, da entrevista dirigida, realizada por meio de questionário fechado e rígido; e da não diretiva, quando o entrevistador apenas orienta e estimula. Neste último caso, o pesquisador pode desfrutar de mais liberdade e tem possibilidade de avançar em profundidade, mas há que ter maior vigilância para não deixar o entrevistado se afastar demais da proposta.

A presente pesquisa interrogou 10 sujeitos que fazem parte da coordenação ampliada da ASA, sendo a maioria integrante da linha de frente de organizações que compõem a rede, além de comunicadores populares que desempenham tarefas nas entidades. O critério adotado para a escolha dos entrevistados justifica-se no fato de que tais sujeitos, por ocuparem lugares privilegiados na Asa Bahia, de alguma maneira, são formadores de opinião. Eles também refletem, ainda que não de forma hegemônica, a voz da instituição. No decorrer das investigações, sobretudo nos encontros, também mantivemos contato com demais integrantes, que emitiram opiniões sobre o tema estudado.

E por que o recorte Bahia? Além de ser a maior área territorial do semiárido brasileiro, como discutiremos ao longo do texto, a Bahia tem como diferencial o fato de a Asa estadual ter sido uma das protagonistas da criação da Asa Brasil e de ter impulsionado os debates sobre convivência com o semiárido já no início da década 1990. Em terras baianas também foi

erguida a primeira cisterna do P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas), no município de Sobradinho. Além disso, em 2010, a cidade baiana de Juazeiro, considerada o centro geográfico do semiárido brasileiro⁷, foi escolhida para sediar as celebrações alusivas aos 10 anos da Asa Brasil.

De antemão, é importante justificar que no andamento da pesquisa avaliamos que a análise mais completa das possíveis ressignificações da representação do Semiárido demandaria um trabalho aprofundado de recepção, num prazo maior que o mestrado, envolvendo sujeitos que se encontram diretamente no campo, nas bases de trabalho e configuram o público-alvo da ação da Asa. Mas, considerando que a maioria dos entrevistados mantém contato direto com esse universo, acreditamos que cumprimos a proposta da pesquisa.

Para a coleta de informações preparamos um roteiro que foi estruturado com questões gerais relacionadas à vida dos sujeitos pesquisados e das representações sobre o Semiárido a partir da inserção deles no universo pesquisado.

É necessário afirmar ainda que, embora consideremos ter atingido nosso objetivo, certos empecilhos ocorridos no transcurso impediram um resultado mais satisfatório e qualitativo, a exemplo da ausência de informações sistematizadas da própria rede. Somente a partir do início de 2010, a Asa passou a contar com o serviço de uma secretária, designada especificamente para organizar seus trâmites burocráticos e fazer a mobilização dos membros, o que antes era realizado de forma voluntária por uma colaboradora. Apesar de um amplo trabalho em nível nacional, observamos que em termos de organização física e de estruturação organizacional, a rede estadual demonstra fragilidade. Exemplo disso é que o escritório da rede funciona em uma pequena dependência na sede do Movimento de Organização Comunitária, em Feira de Santana, e não possui um banco de dados pelo qual se possa ter acesso às informações sistematizadas do seu processo histórico.

Acerca do perfil do grupo entrevistado, podemos destacar que a idade do grupo abordado variou entre 25 e 49 anos, sendo 60% homens e 40% mulheres. Do total de informantes, 70% possuem nível superior completo ou em andamento, sendo que, dos que

⁷(NOGUEIRA, 2010)

concluíram o curso universitário, todos já cursaram ou estão cursando algum tipo de pós-graduação. Os outros 30% são técnicos agropecuários ou concluíram o ensino médio. Entre eles, 80% já atuavam no movimento social, político ou religioso antes de participarem da entidade à qual fazem parte.

Organização do Trabalho

Para alcançar nosso objetivo percorremos as origens históricas da formação do discurso da seca e o momento da produção de um deslocamento de sentido/ ou da emergência de um novo discurso, baseado no mote da chamada “Convivência”. Procuramos entender os enunciados e as elaborações simbólicas que permearam essas construções. Cabe destacar, porém, que esta pesquisa não pretende ser uma visão totalitária nem única, pois dadas as limitações de uma pesquisa de mestrado, contribuímos apenas com um fragmento diante das inúmeras possibilidades que poderiam ser testadas.

A dissertação está dividida em três capítulos seqüenciados na forma em que se descreve a seguir:

No primeiro capítulo, apresentamos uma compreensão das significações do conceito de região, abordando que a sua construção não se restringe apenas ao campo geográfico propriamente dito, mas é também cultural e fruto das coalizões de poder. Para isso são revisitados os conceitos de região traçados por diversos autores. Com base nas contribuições de pesquisadores que se filiam diretamente com o objeto dessa pesquisa é feita a análise de como se emoldurou a representação social do Nordeste, tomando por base Durval Muniz de Albuquerque, Inaiá Moreira de Carvalho e Iná Elias de Castro, a partir dos quais examinamos o papel da classe artística, literária e política na construção discursivo-imagética desse espaço regional. Em seguida, discorremos sobre a gênese do Semiárido/Sertão, perpassando a dualidade Sertão versus Litoral predominante no pensamento social no início do século XX, as dicotomias apresentadas pelos principais autores que abordaram esse lugar, além de tocarmos na questão da denominação técnica do Semiárido e dos problemas sociais com os quais ele convive.

No segundo capítulo, voltamos nossa atenção para o surgimento dos movimentos sociais organizados no Brasil e para a irrupção da Teologia da Libertação dentro da Igreja

católica, cujos princípios, mais tarde, vão dar sustentação ao discurso da convivência com o semiárido. Ainda nesse capítulo, abordamos o surgimento da Articulação do Semiárido Brasileiro e o debate mundial sobre desenvolvimento sustentável, que serve de pano de fundo para a consolidação dessa nova proposta e, dentro dela, da reivindicação de um lugar viável, com a construção e uso de tecnologias sociais adequadas ao ambiente e de uma educação contextualizada que reconhece as fragilidades e potencialidades do ecossistema.

O terceiro capítulo é norteado por reflexões acerca dos significados da convivência com o semiárido e da formulação de uma nova representação desse lugar a partir dos novos enunciados e das práticas sociais realizadas. Destacamos os dispositivos discursivos acionados pelos movimentos sociais dentro dessa nova lógica de semiárido, analisando também os elementos que estão sendo colocados em cena para ressignificar a imagem desse espaço regional, antes associado apenas à pobreza, seca e atraso, agora visto como um “lugar possível”.

CAPÍTULO 1

TESSITURAS DA REPRESENTAÇÃO: NORDESTE, SERTÃO, SEMIÁRIDO

As regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia escorreu sobre este território (ALBUQUERQUE JR, 2009, p.79).

Neste capítulo, apresentamos uma abordagem das diversas acepções do conceito de região traçadas por autores ligados a diversas áreas do conhecimento. Não propomos uma revisão histórica nem precisa do termo, mas pontuamos questões relevantes que consideramos essenciais para uma compreensão mais profunda das exposições seguintes. Refletimos que a construção de uma região não está circunscrita apenas ao aspecto geográfico, mas é também cultural, visto que é fruto das dinâmicas sociais produzidas em seu contexto.

Discutimos ainda como o processo de constituição da imagem do Nordeste e do Semiárido brasileiro, cujas representações foram forjadas sob a égide do discurso determinista ambiental, foi sendo historicamente construído e se entrelaçando no imaginário social. A partir da contribuição de Durval Muniz de Albuquerque, Francisco de Oliveira, Inaiá Moreira Carvalho e outros estudiosos, enfocaremos de que modo essa conformação do Nordeste e do Semiárido moldou a estereotipização desses espaços de forma sólida e persistente que se afirmou como discurso hegemônico.

1.1 Breves considerações sobre o conceito de região

Quando refletimos sobre uma região costumamos associá-la diretamente a um recorte espacial. É como se os vestígios da sua institucionalização estivessem invisíveis, apagados. Não é comum problematizarmos a sua gênese nem pensá-la de imediato como produto de uma construção cultural e ideológica, cujas raízes só podem ser compreensíveis nas entrelinhas.

A representação do semiárido brasileiro, por exemplo, pode ser observada por meio de diversas clivagens, plasmadas em construções imagético-discursivas produzidas no interior de inúmeros campos do conhecimento e por sujeitos heterogêneos. Se analisarmos os fios que enredam a história desse lugar, podemos notar vínculos semelhantes na maneira tal como a região foi enunciada: a paisagem árida, a gente sofrida, o clima hostil. Tais aspectos estão de tal forma solidificados e foram naturalizados no senso comum que não costumam ser tomados como objeto de uma análise mais atenta.

Como afirma Orlandi “saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento” (2007, p. 10). Portanto, a proposta desse capítulo é interrogarmos a constituição desses dizeres, percorrermos as tramas que entrelaçam as tessituras da representação desse lugar e lançarmos olhares sobre os enunciados emergentes que ocupam lugar na nova conjuntura brasileira.

Como pontua o trecho destacado na epígrafe que abre esse capítulo, uma região não é simplesmente um território vácuo, uma espacialidade delimitada pela natureza. A região é também uma construção humana e por isso mesmo, antes da sua constituição, e mesmo depois, figura como objeto de disputa, como é característico das relações de poder estabelecidas no meio social.

Por mais que seja um assunto já bastante discutido, a questão da região é um debate cada dia mais atual e não à toa desperta interesse de múltiplas áreas acadêmicas. O geógrafo Rogério Haesbaert aponta, por exemplo, que mesmo diante do advento da globalização, quando se apregoava a homogeneização e em decorrência disto a destruição das regiões, estas não desapareceram. Pelo contrário, o que se vê “é uma permanente reconstrução da heterogeneidade e da fragmentação via novas desigualdades e recriação da diferença em todos os cantos do planeta” (2010, p. 16).

Apesar de não haver consenso nesse aspecto, concordamos que o protagonismo regional e as identidades regionais reaparecem com força nessa nova reconfiguração social e se nutrem cada vez mais no/do círculo das construções simbólicas, sobretudo com a mediação das ferramentas de comunicação que integram o homem pelos espaços afora.

A relevância da questão regional não está ligada apenas à realidade concreta que mostra uma nova força das singularidades, um revigorar dos localismos/regionalismos e das desigualdades espaciais. A mídia também

alimenta uma revalorização do “regional”, ainda que ele seja entendido de maneiras as mais diversas. Para alguns, uma nova valorização do regional aparece no próprio bojo da globalização dos mercados e das comunicações, o regional aí sendo interpretado como uma revalorização do singular, da diferença (HAESBAERT, 2010, p. 16).

Essas novas circunstâncias que envolvem região, regionalismo e identidades regionais, de forma espontânea ou não, acabaram por desencadear uma farta produção intelectual nas últimas décadas a respeito desses temas. No rol dos pesquisadores que têm contribuído em suas respectivas áreas para a construção de reflexões mais consistentes sobre essa abordagem Haesbaert cita nomes como Antonio Gramsci, no campo da Ciência Política; Francois Perroux, Jacques Boudeville, Richardson e Isnard no campo da Economia Regional; Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, no campo da Sociologia. Entre os estudiosos brasileiros os destaques são para Corrêa, Gomes, Castro, Heidrich e Albuquerque.

O que o autor citado menciona é um “interesse revigorado pelas singularidades que marcam o espaço geográfico”. Ademais, podemos acrescentar, pelas construções históricas e simbólicas que permeiam ou permearam essas regiões e atuam na produção dos imaginários sociais sobre os mesmos.

Na presente dissertação, na qual propomos um estudo sobre a construção e reconstrução da imagem do Semiárido, não poderíamos nos furtar a esse debate porque embora esse tema já tenha sido objeto de amplas reflexões acadêmicas, a maioria das pesquisas versa sobre os aspectos geográficos, climáticos e sociais. Poucas vezes encontramos trabalhos que se debruçaram sobre as novas produções de representação desse lugar, forjado, principalmente, pelo discurso da seca e através dos processos socioculturais que estabeleceram para ele um lugar marginal na história do país.

Mas, afinal, o que é uma região? Como se define uma região? Um dos aspectos evidenciados sobre esse conceito se refere às relações de poder, tendo em vista que desde a antiguidade essa palavra está associada ao sentido de dominação. Origina-se do vocábulo *regere*, ou seja, comandar, administrar. Sugere então um espaço cujas regras estão subordinadas a um poder central (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 36).

Apesar de localizado dentro da área da Geografia, sendo uma palavra-chave no âmbito dessa disciplina, esse conceito há muito tempo despertou a atenção de teóricos ligados aos mais diversos campos de estudo. Isso porque as regiões, mesmo dentro das correntes do

pensamento geográfico, passaram a ser analisadas de distintas formas, não somente do ponto de vista físico, mas como resultado de relações sociais, da intervenção do homem na natureza, do sistema econômico, etc. Nessa pesquisa, tomamos como análise, principalmente, as relações de poder e as construções discursivas presentes no interior da formação de uma dada região.

Cabe trazer à luz, ainda que sucintamente, algumas definições de região extraídas de estudos geográficos. Elas ajudam na compreensão de que esse conceito não é algo rígido e impermeável. Pelo contrário, diferentes sentidos vêm sendo formulados e reformulados periodicamente pelos estudiosos do tema ao longo dos anos.

A forma mais genérica de conceituar região é defini-la como uma porção territorial que se diferencia de uma outra a partir de suas características. No entanto, desde as duas últimas décadas do século XIX até 1970, surgiram pelo menos três grandes definições:

1. A primeira classificação, a de região natural, se baseia nas relações formadas pelos próprios elementos da natureza, onde a harmonia entre eles combina-se na produção de uma paisagem natural específica. Essa visão determinista aproxima-se das ideias darwinistas e perdurou entre os anos de 1870 a 1920 (CÔRREA, 1997, p. 185).
2. A segunda categorização para o conceito é a de “região-paisagem”. Essa expressão nada mais é que a percepção de que a região vai sofrendo alterações a partir da ação humana, do processo cultural ao qual é submetido, tais como o sistema agrícola implementado, os costumes e os dialetos. Nesse caso, os próprios habitantes passam a nomeá-la e têm como referência de identidade essa região à qual pertencem (CÔRREA, 1997, p.185).
3. Em meados do século XIX surgirá uma terceira definição para região. É quando ela passa a ser considerada como uma criação intelectual, podendo ser classificada de diferentes tipos a partir dos objetivos do pesquisador que a nomeia. Como exemplo, Côrrea cita as regiões industriais, as regiões climáticas, as regiões nodais (1997, p. 186).

De 1970 em diante surgem outros debates acerca do conceito de região, agora com o florescimento de novos paradigmas associados à Geografia, “que reaparece como uma Geografia crítica fundamentada no materialismo histórico e dialético”. A partir de então, essa discussão ganha tons mais exaltados com a chegada de novos conceitos formulados agora não só por geógrafos, mas por pessoas interessadas em compreender os processos sociais e entender a dinâmica das desigualdades econômicas e culturais que envolvem as regiões (CÔRREA, p. 187). Entre os representantes dessa corrente de pensamento está o baiano Milton Santos, intelectual que se tornou referência em todo o mundo e influenciou a formação das novas gerações de geógrafos.

Os aspectos trazidos por essa vertente da Geografia Crítica comportam noções que vão muito além de definições técnicas de recorte espacial para ampliar a visão de que uma região é permeada por um leque de dimensões (política, econômica, social, cultural) que a influenciam num processo histórico e dialógico.

Diante de tais considerações a respeito do que pode definir como região, optamos por partilhar da visão apresentada por Haesbaert, citada em trabalho de sua autoria, em que ele a conceitua como:

[...] um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução”
[...] o espaço regional é ao mesmo tempo um espaço de reprodução econômica, locus de representação política (efetiva ou almejada) e um espaço de identidade cultural (2010, p. 29).

Quando afirmamos anteriormente que o conceito de região necessita ser problematizado para além do ponto de vista geográfico, isso não significa, porém, a negação de que a região esteja assentada num determinado espaço territorial, conforme sua divisão político-administrativa. O que ponderamos é que a região guarda relações com o contexto cultural e as circunstâncias sociais que a margeiam e constroem a sua história, portanto, deve ser pensada em todas as suas nuances.

Essa mesma percepção é compartilhada por autores como Castro (1992) que, mesmo considerando a existência de uma estrutura e uma dimensão concreta formadora da região, a observa como o efeito da interação dos processos sociais.

A região, portanto, possui uma dimensão territorial e uma dimensão social que interagem e configuram uma escala em particular do espaço. Em outras palavras, a região é o espaço vivido, ou seja, o espaço das relações sociais mais imediatas e da identidade cultural (p. 33)

Tal modo de ver também pode ser notado quando se observa a temática “região” a partir do sociólogo francês Pierre Bourdieu, lembrado como um dos grandes teóricos que contribuíram à discussão desse assunto. Situando a questão da região como uma das lutas simbólicas, Bourdieu tece importantes considerações no capítulo “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”, no livro *O Poder Simbólico*. Entre as afirmações do estudioso está a de que a região é, de fato, objeto de disputa entre estudiosos dos vários campos da pesquisa, como também de integrantes dos movimentos regionalistas. Cada um, ao seu modo, produz o jogo das representações e busca para si a legitimidade no processo de definição das mesmas. Bourdieu traz ainda, para o campo das representações formadoras do imaginário sobre a região, a noção do discurso *performativo* enquanto instrumento colocado em prática por aqueles que querem demarcar a sua posição social. A partir desse discurso, os seus enunciadores definem novas fronteiras e estabelecem o nascimento de outras regiões, que, antes desconhecidas, passam a ser consideradas legítimas (BOURDIEU, 1998, p. 116)

1.2 A região Nordeste como invenção histórica e discursiva

No âmbito dos estudos sobre região, uma em particular desperta grande interesse de pesquisadores brasileiros, haja vista o número de produções que tematizam esse espaço do país, o Nordeste. Para compreender, a conjuntura em que se deu esse processo e o porquê dessa representação se fazer tão sólida ainda na atualidade é preciso fazer uma incursão por conceitos, enunciados e imagens que deram formato a essa porção do Brasil. Essa abordagem se faz imprescindível antes de nos atermos especificamente à questão do Semiárido, uma vez que a constituição deste mantém relação direta com a “invenção” do Nordeste, difundido como território da pobreza, atraso e miséria. Afirma Pedrão (2008, p. 194): “seca e pobreza

sempre foram as principais referências com que a grande região semi-árida tornou-se conhecida do país e quase como sinônimo de Nordeste”.

É preciso sublinhar que até o início do século XIX o Nordeste não existia como uma organização espacial do Brasil. Não que as suas terras não existissem, mas é que o seu estabelecimento enquanto região só foi possível graças à conjunção de mecanismos que resultou na institucionalização da sua área.

Em tese de doutorado sobre o tema, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. explica como isso aconteceu. Sua pesquisa mostra como a produção literária, o jornalismo e as obras de arte contribuíram para a construção de um imaginário sobre essa fração do Brasil e sua institucionalização. Evidencia, a partir de um olhar ampliado, que essa região é uma elaboração engendrada nas relações de poder, fruto da articulação de práticas discursivas e imagéticas postas em ação por uma série de atores sociais, incluindo representantes da classe artística, política e religiosa.

A obra de Albuquerque oferece múltiplas contribuições à nossa pesquisa. Uma delas se refere à desconstrução da região como algo desde sempre definido pela natureza, como abordamos anteriormente, mas sim “como produto do entrecruzamento de práticas e discursos “regionalistas” (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 33). É partindo dessa análise, de que repetidos enunciados podem funcionar como instauradores de novas ideias, que também analisaremos a subversão ao discurso negativo instituído sobre o Semiárido e a produção dos novos conceitos por agentes de movimentos sociais, atrelados aos novos paradigmas de desenvolvimento que guiam as suas práticas.

Entendendo a região “como produto de uma batalha”, a partir das relações de força política e social, um dos propósitos da pesquisa de Albuquerque é desnaturalizar a região, revolvendo o campo em que ela foi tramada, procurando problematizar suas várias nuances e as artimanhas dos jogos de poder ali presentes.

Nessa mesma direção de pensamento, Castro vai dizer que “a região é uma construção histórica e como tal é plasmada pelos atores mais importantes nesse processo”.

Assim, a região, além de forma concreta, é representação, ideologia. Enquanto realidade empírica, ela faz parte da consciência social e é uma representação, mas, por ser também espaço de disputas de poder, essa representação é apropriada e reelaborada pela classe dominante que constrói,

a partir dela, um conjunto de ideias e conceitos que são reassimilados coletivamente como ideologia (CASTRO, 1992, p. 36).

Tal como a autora, “poderíamos dizer que a região é modelada pelas imposições objetivas da natureza e da sociedade, e re-definida pelas imposições subjetivas das relações de poder” (CASTRO, 1992, p. 34). Percebemos, nessa dialética, vestígios do que aconteceu no Nordeste, que teve uma de suas características naturais apropriadas, servindo de mote para os discursos que a transformaram em região-problema do Brasil.

É a partir da observação das relações de força estabelecidas e do conjunto de práticas discursivas que Albuquerque Jr. vai explicar a engenharia com que se moldou o Nordeste, região que vai sendo tecida lenta e sutilmente através de um encadeamento de discursos que se convergem. O lingüístico, o histórico e o geográfico constituem aspectos de análise para o estudioso, pois a construção do Nordeste para ele se dá na confluência de diversas áreas e de uma rede de relações de forças que a envolve. Escreve Durval: “O Nordeste nasce onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual da espacialização das relações de poder” (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 33).

Utilizando-se dos postulados foucaultianos, o autor vai afirmar que a visibilidade e dizibilidade dessa região surgem a partir “dos novos conceitos, temas, objetos, figuras, imagens “que permitem ver e falar de forma diferenciada da forma como se via”. É essa harmonia entre a visibilidade e a dizibilidade que constroem o espaço:

Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza (ALBUQUERQUE, 2009, p. 35).

É isso que fica evidente no livro *A invenção do Nordeste* onde é apresentada uma série de elementos e enunciados reproduzidos de forma veemente para construir a concepção dessa região. Destaca-se também a influência da produção artística, consideradas no livro como discursos e produtoras de realidade com grande impacto sobre a sociedade. Elas seriam “máquinas de produção de sentidos e significados”. “Elas funcionam proliferando o real, ultrapassando sua naturalização. São produtoras de uma dada sensibilidade e instauradora de uma dada forma de ver e dizer a realidade” (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 41).

Concordamos que as manifestações culturais e artísticas, desde a antiguidade estão presentes na vida da sociedade, narram histórias, expressam concepções de mundo, comunicam sobre papéis e relações de poder entre seus integrantes, ou seja, propiciam, pela forte carga simbólica, um modo de ver dos indivíduos sobre si e o outro. A arte é um poderoso veículo de transmissão de informações que, ao mesmo tempo, pode ser um elemento de construção e desconstrução de ideias, valores, representações sociais e objeto de denúncia.

Em razão disso, em *A invenção do Nordeste* é dada ênfase ao papel que artistas e escritores desempenharam na construção da imagem dessa região. Em um dos trechos da obra Albuquerque Jr afirma: “O Nordeste, espaço da saudade, da tradição, foi também inventado pelo romance, pela música, pela poesia, pela pintura, pelo teatro, etc” (2009, p. 122). Num segundo momento, o escritor mostra como vai sendo construída a tessitura de elementos que vão se convergindo para “construir o Nordeste”:

O espaço nordestino vai sendo dotado de uma visibilidade e de uma dizibilidade; desenhado por um agrupamento de imagens rurais ou urbanas, do litoral ou do sertão, domadas em sua diversidade pelo trabalho integrativo de poetas e escritores. (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 134).

O que se denomina “Invenção do Nordeste” também está relacionada ao processo de fortalecimento do nacionalismo brasileiro, cujo objetivo era criar uma feição para o país e forjar uma identidade que a desvinculasse da Europa. Como parte dessa empreitada, o próprio governo vai estimular uma série de viagens⁸ em busca do conhecimento do Brasil, pois, como afirma Albuquerque Jr (2009, p. 53) até então pouco se sabia sobre as regiões e populações interioranas, em virtude do ainda rudimentar sistema de transporte e do incipiente sistema de comunicação.

Entre a década de 1920 e 1940 torna-se bastante corriqueira a visita de especialistas e de curiosos aos mais variados cantos do Brasil, em especial à região Nordeste. Nos jornais, notinhas de viagem faziam aguçar ainda mais a curiosidade dos leitores sobre esse desconhecido território. O que se destacava nesse período, porém, era que as pessoas que tinham o poder da expressão, que detinham poder de voz nos jornais, costumavam tomar seus costumes como referências de nacionalidade, enquanto os outros locais eram considerados “estranhos e bizarros” (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 54),

⁸ Essas viagens exerceram forte influência “na formação de um imaginário social e na produção artística referida à natureza e ao homem brasileiros” (LIMA, 1999, p. 62).

Relatos com esse caráter, comuns nos jornais da época, vão estabelecendo certas características e compondo os discursos que se fizeram hegemônicos sobre determinados lugares. É a partir de construções deploráveis sobre o Nordeste e da demonstração de altivez de São Paulo, por exemplo, que se tecerá a figura do paulista e do nordestino (diga-se São Paulo e Nordeste). É dessa forma que a concepção de inferioridade do Nordeste vai sendo erigida em contraposição à de São Paulo, considerado superior em todos os aspectos. Essa marca será explorada mais ainda considerando-se que nesse período a chegada dos europeus (quando o fim da escravidão cedia lugar à imigração) e o desenvolvimento da industrialização faziam de São Paulo o oásis do Brasil (ALBUQUERQUE JR, 2009, p.54). Enquanto isso o Norte/Nordeste⁹ sofria cada vez mais com a decadência de sua agricultura, agravada pela crise internacional e concorrência dos mercados estrangeiros, levando-a a se tornar cada vez mais dependente economicamente dos estados do Sul. Isso também abalou o prestígio político desfrutado pelas elites nordestinas à época.

No entanto, essa discrepância regional era justificada pelo fator raça/meio, influência das correntes defensoras do determinismo ambiental e da evolução das espécies. Assim, a explicação para a superioridade do Sul, diga-se São Paulo,¹⁰ era o ambiente propício ao desenvolvimento e em razão da sua gente europeia, enquanto o Nordeste era inferior em virtude da própria natureza e do seu povo (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 56), classificado como apático e inerte.

Esse discurso encontra fôlego nas concepções discriminatórias defendidas por Nina Rodrigues que acreditava ser o progresso de uma terra e o subdesenvolvimento da outra, conseqüência dos povos que a habitavam. Na concepção dele, enquanto no Norte predominava “o mestiço indolente, inerte, subserviente”, no Sul “o elemento branco, forte, empreendedor, dominador” era que prevalecia (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 70).

E foi com base em argumentos dessa natureza, mais especificamente dos teóricos que defendiam o meio como condicionante do desenvolvimento, que as elites nordestinas se agarraram ao perceberem que o discurso fatalista da seca era algo que mobilizava e

⁹Em razão de a institucionalização do Nordeste só ocorrer a partir da primeira década do século XX é comum encontrarmos relatos que se referem a essa região, mas com a manutenção da denominação Norte, como era conhecida toda essa área do país antes de tal divisão.

¹⁰Para se ter uma ideia de como isso era tão forte, Albuquerque Jr. relembra uma série de artigos veiculados no Jornal O Estado de São Paulo com o título “Impressões do Nordeste”. Nesse compêndio de textos se buscava explorar a imagem dos nordestinos como seres inferiores, violentos e loucos. Logo depois, o mesmo jornal publicou “Impressões de São Paulo”, destacando os elementos europeus que formavam aquela população, negando a escravidão, os antecedentes negros e índios do lugar (2009, p.56).

sensibilizava a opinião pública podendo render vantagens de qualquer tipo. Seria, portanto, um interessante artifício para angariar recursos e atrair faraônicas obras governamentais. Tem-se aí os primeiros ensaios para a institucionalização do Nordeste como “região-problema” e a fundação da “indústria da seca”, atraindo a atenção estatal e da imprensa para o drama da falta de água e suas trágicas conseqüências.

A descrição das “misérias e horrores do flagelo” tenta compor a imagem de uma região “abandonada”, marginalizada pelos poderes públicos. Este discurso faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses do Estado do Norte, compondo a imagem de uma área “miserável, sofrida, pedinte” (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 72).

Sobre a eficácia desses enunciados como os descritos acima, Castro vai afirmar que eles se constituíram como verdades quase inquestionáveis diante do modo em que foram apresentados e absorvidos pela população. “O discurso da seca foi competentemente elaborado, divulgado e assimilado. Quaisquer outras relações causais tinham dificuldade de se impor como idéia corrente” (1987, p. 60).

1.3 As influências da Cultura na “construção” do Nordeste e do Semiárido

Como expusemos anteriormente, a produção artístico-cultural exerceu um forte papel na construção da representação do Nordeste, sobretudo o Movimento Regionalista e Tradicionalista que teve entre seus principais expoentes o sociólogo Gilberto Freyre. Além de defender a institucionalização da região Nordeste e a preservação de suas tradições, o movimento freyreano que irá se consolidar com o Congresso Regionalista de Recife (1926) também tinha entre suas características a crítica ao Modernismo.

O alvo da reprovação era aquilo que os defensores do regionalismo consideravam destruição das tradições do país com a imposição de elementos estrangeiros em detrimento das raízes nacionais. Nesse sentido, o movimento regionalista foi responsável por articular toda uma produção discursiva com objetivo de enfatizar a riqueza cultural da região Nordeste dimensionando-a como autêntica representante da cultura nacional.

O Movimento Regionalista liderado por Freyre teria surgido não só com esse propósito, mas também como reação à perda do prestígio político enfrentado pela região, fruto

da derrocada do seu principal produto econômico, o que a deixava cada vez mais dependente do Sul. Os tempos áureos de prosperidade, conquistados com a produção da cana-de-açúcar, agora cediam lugar à decadência, a partir da crise que se acentuava dia após dia¹¹.

Crítico do regionalismo, Zaidan Filho (2001, p. 17) afirma que para entender a criação literária dos anos de 1930 é necessário compreender o período histórico e o projeto ideológico ali subjacente, que era justamente o de criar e difundir um conceito de Nordeste. Mas não podemos ignorar que foi nesse período que se deu uma das mais importantes revoluções literárias brasileiras na qual se destacaram autores consagrados como o próprio Gilberto Freyre, Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida e José Lins do Rego, dentre outros escritores.

Na opinião de Zaidan, a engenharia produzida pelo movimento regionalista para forjar uma identidade cultural denominada de “brasilidade nordestina” serviu paralelamente ao reforço de aspectos conservadores, oligárquicos e tradicionalistas. Numa crítica a Freyre, o mencionado autor afirma ainda que “na verdade foi um conjunto de estratégias de um “verdadeiro intelectual orgânico” para garantir uma sobrevivência, no plano de uma economia simbólico-cultural, para as oligarquias decadentes de nossa região” (2001, p. 11).

Na construção da representação do Nordeste também encontraremos elementos comuns em muitos artistas que não necessariamente estavam ligados à literatura regionalista e, embora tenham exercido um grande papel ao denunciarem a exploração e a miséria as quais o povo estava submetido, muitos dos seus escritos acabaram por reforçar estereótipos difundidos sobre a região. Entre esses autores estão Graciliano Ramos e João Cabral de Melo Neto, cujas obras *Vidas Secas* e *Morte e Vida Severina* são lembradas como importantes relatos sobre o drama das secas. Vejamos alguns trechos:

O primeiro apresenta aspectos da paisagem árida e desoladora.

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia hora que procuravam uma sombra [...] Tinham deixado os caminhos, cheios de

¹¹Até pouco tempo, o Nordeste detinha as principais áreas produtoras de açúcar no Brasil, com destacado espaço na economia nacional. Essa produtividade fazia deste território local respeitado, até entrar em ruínas e despencar quando do deslocamento do interesse internacional para o Caribe, conforme analisa Carvalho (1987, p. 43-44).

espinhos e seixos, fazia hora que pisavam a margem do rio, a lama seca e rachada que escaldava os pés (RAMOS, 2006, p. 9-10).

O segundo expõe de forma dramática a saga de um retirante nordestino que rumava em busca das condições de sustento.

Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas
e iguais também porque o sangue,
que usamos tem pouca tinta.

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida) [...].

Em situação semelhante, podemos citar um dos mais expressivos cantores e compositores da região nordestina, o sanfoneiro Luiz Gonzaga. Suas canções inesquecíveis tratam do Sertão, dos seus costumes e da saudade, também podem ser lidas por óticas diferentes, sendo considerados ora como uma representação positiva dessa terra, ora negativa. No trecho abaixo, o nordestino lamenta a ausência das chuvas e a necessidade da migração, deixando para trás a esposa:

Que braseiro, que fornáia
Nem um pé de prantação
Pru farta água
Perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão
[...]

Inté mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Entonce eu disse
Adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração

No entanto, há que se considerar a importância do sanfoneiro na projeção do Nordeste, em especial da identidade sertaneja, sua principal referência. Aliás, o Sertão é o tema que ele elege para a maioria das suas obras, destacando a batalha do sertanejo na luta diária pela sobrevivência e suas características de gente forte e trabalhadora (SANTOS, 2004).

Para Santos (2004), a produção de Luiz Gonzaga incidiu no fortalecimento da imagem já construída do Nordeste das tradições rurais, enfocando o sofrimento, mas ao mesmo tempo mostrando um lugar querido para onde se queria voltar. Já Ferreti (apud Santos, 2004, p.51) considera que as músicas do cantor serviam de conforto aos migrantes, funcionando como um restaurador de suas energias, dando-lhes forças para enfrentar os obstáculos da discriminação e para preservação de suas tradições. Assim como na literatura, a pintura de artistas bastante populares como Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres, Cândido Portinari e outros representantes da classe artística vai influenciar nessa tessitura do Nordeste.

Outra expressão artística que merece destaque é a produção cinematográfica do período cinemanovista, que surge com a perspectiva idealista de desvendar a realidade brasileira e servir como instrumento de conscientização popular. De acordo com Albuquerque Jr., esse cinema caracteriza-se pela seleção dos temas nacionais e pela exposição dos problemas estruturais do país “de forma realista e pedagógica” (2009, p. 305).

Ressaltamos que o Nordeste apresentado pelo Cinema Novo aparece “como um espaço homogeneizado pela miséria, pela seca, pelo cangaço e pelo messianismo” (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 311), através de imagens impactantes e chocantes, com o intuito de despertar uma ação social contestadora, transformadora. São produções desse período os filmes *Vidas Secas*, adaptado do livro já citado, e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*. A tentativa dos ideários do Cinema Nova de engendrar um processo social de mudanças estruturais na mentalidade da população brasileira, paradoxalmente, também servindo aos objetivos da elite dominante, ou seja, reforçando os estigmas sobre a região.

Fazendo uma análise da atuação de Glauber Rocha, um dos expressivos nomes desse movimento cultural, mas que pode aplicar àqueles que sonharam com um projeto diferente, Albuquerque afirma que o cineasta,

[...] termina por atualizar os mitos, os temas, os enunciados e as imagens que construíram a região, subordinando-a a uma outra estratégia política, a de servir como espaço denúncia, espaço-vítima da sociedade capitalista e da dominação e alienação burguesas, mas também a de ser espaço de onde se

esperava o futuro, o território da revolta que já havia entusiasmado Jorge Amado, que havia sido sonhado por Graciliano Ramos, por João Cabral de Melo Neto. O Nordeste, do discurso dos intelectuais de esquerda, termina por estar preso à mesma trama imagética e enunciativa da visão conservadora, saudosa e romântica que o constituiu; termina por atualizar imagens e enunciados há muito tempo usados pelas oligarquias locais no seu discurso da seca, para conseguir a piedade nacional (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 327).

A respeito das considerações sobre a imagem do Nordeste é preciso esclarecer que essas formulações não podem ser analisadas como ações exclusivamente conspiratórias tampouco devem deixar de serem observadas como enunciados portadores de significados e que estão inseridos dentro de uma lógica marcada pelas relações de poder que atuam na construção das representações sociais. E como alerta Chartier, de qualquer modo,

[...] as representações sociais não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (apud LIANZA, 2007, p. 17)

Essas representações se expressam como formas simbólicas e fazem parte do dia a dia dos indivíduos. Mas é preciso compreender que a representação social não é homogênea, ou seja, as informações não são recebidas e digeridas da mesma forma pelos indivíduos. O que permite afirmar, então, que nem todas as pessoas vão receber uma mensagem da mesma forma e que fará assimilações a partir do seu acúmulo de informações. Assim coadunamo-nos com a seguinte afirmação:

[...] a representação não é o simples espelho da realidade, mas sim uma imagem do funcionamento da sociedade filtrada pelos interesses decorrentes das diferentes configurações e práticas dos muitos grupos em confronto, marcando visivelmente a existência de grupos antagônicos dentro do mundo social (CHARTIER apud LIANZA, 2007, p. 48).

Com base nesse conjunto de enunciados, julgamos necessário considerar as construções culturais em todo o seu processo de formulação e como edificações que devem ser sempre postas em questionamento. Isso pode ser ilustrado com base no olhar sobre os movimentos que eclodem constantemente em favor dos direitos sociais, dos direitos das

mulheres e especificamente da desconstrução do Nordeste/Semiárido como “região-problema”.

1.4 De Nordeste a Sertão, De Sertão a Semiárido

Ao longo dos anos, o Semiárido¹² recebeu diversas denominações como Sertão e Nordeste das Secas (SILVA, 2006) e ainda na atualidade é comum o uso do termo Sertão para se referir as áreas pertencentes ao Semiárido (LIMA, 1999). As fronteiras que separam uma da outra são tênues, às vezes imprecisas. Do ponto de vista da representação cultural, majoritariamente, iremos encontrar para as duas expressões a alusão ao lugar da pobreza, miséria e atraso, características semelhantes também aplicadas à região Nordeste.

Em relação ao termo Sertão, julgamos importante remeter à história algumas explicações que demonstram que ele foi construído e reconstruído e que não há unanimidade sobre a real explicação, pelo contrário, existem pontos controversos. Do ponto de vista etimológico, conforme proposto por Lima (1999), entre os séculos XVIII e XIX os dicionários definiam que a palavra Sertão derivaria de “desertão” e significaria deserto ou região pouco povoada. Em outras palavras, Sertão era tudo que se localizava distante das áreas ocupadas.

Nos séculos anteriores, XVI e XVII, o Sertão tinha uma conotação que ultrapassava a mera questão espacial. Essa região teria o significado de terra não colonizada, o que nas palavras de Mader (apud LIMA, 1999, p. 58) apontava para um “território do vazio, mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, e do diabo”.

¹² A palavra semiárido vai aparecer de forma mais assídua a partir dos anos 1980, como um termo técnico que pretender ordenar geograficamente as políticas institucionais que visavam combater as secas. Vai surgir na Constituição Federal de 1988, através de uma norma que estabelecia o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e que definia recursos a serem aplicados nas áreas de precipitação pluviométrica igual ou inferior a 800 mm (SILVA, 2006). No ano de 1995, houve algumas alterações nos critérios e uma nova delimitação do semiárido foi realizada em 2005, atualizando a quantidade de municípios brasileiros classificados nesse recorte. Atualmente são 1.333 municípios, espalhados numa área de 969.589,4 km e com uma população estimada em mais de 21 milhões de habitantes espalhados pelos estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas Gerais.

Baseando-se em estudos de diversos autores, a professora Jerusa Pires (2010) fez uma incursão sobre o vocábulo e encontrou múltiplos e até contraditórios significados. Ela verificou, por exemplo, que em alguns casos a palavra Sertão designava desde floresta, com áreas povoadas e de vegetação densa, em outros casos remetia a terras desertas ou áridas.

Essa dualidade, e às vezes contradição, também prevaleceu no pensamento social brasileiro. Basta analisarmos as produções que versam sobre a construção da nacionalidade para verificarmos que o Sertão ora é apresentado como símbolo de brasilidade e autenticidade, ora como sinônimo de barbárie e de atraso. Essa constatação pode ser vista inclusive no clássico *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Como explica Lima,

[...] o sertão/litoral apresenta duas faces. Numa delas, o pólo negativo é representado pelo sertão – identificado como resistência ao moderno e à civilização. Na outra, o sinal se inverte: o litoral é apresentado como sinônimo de inautenticidade, enquanto antítese da nação. Em muitos autores, entre os quais a posição de Euclides é exemplar, a ambivalência consiste na principal característica da representação que constroem o país e seus contrastes (1999, p. 60).

Essa tensão é explicada pelas teorias racistas, calcadas no determinismo biológico, que orientaram o pensamento social brasileiro até início do séc. XX (VENTURA apud LIMA, 1999, p.60). Um dos principais defensores é Nina Rodrigues que, recorrendo à teoria cultural da evolução, considerou o Sertão, povoado por habitantes mestiços, como lugar da “população inculta e em estágio inferior de evolução”; já o litoral, de gente branca, era tido como o “reduto da civilização” (LIMA, 1999, p. 60).

Para Silva (2010), em busca das suas origens o Brasil seguiu os passos das sociedades norte-americana e européia que se utilizaram das representações geográficas na construção das imagens da identidade. Como afirma o autor, “a interação entre homens e habitat esteve no centro das idéias de construção e fundação da nação”, auxiliada pelos relatos abstraídos da literatura de viagem, como é possível atestar por esse trecho relacionado ao contexto do Brasil:

O pensamento social brasileiro de meados do século XIX utilizou-se amplamente desses relatos de viagem, da natureza ou da paisagem descrita por eles, especialmente aquelas que descreviam a particularíssima geografia do sertão. O período subsequente à emancipação política nacional foi marcado pelo grande esforço de ruptura em relação à antiga metrópole, não apenas no terreno político, como também, de muitas maneiras, no campo da cultura. (SILVA, 2010)

Nesse aspecto, a literatura de viagem exerceu papel imprescindível na estratégia utilizada para tentar desvincular a imagem do país à colônia de Portugal, pois propiciou uma fonte de elementos na qual foi possível examinar os tipos mais adequados para criar e afirmar a identidade nacional de uma pátria recém-conquistada. E na busca pela essência do país, pelos símbolos autóctones, o sertão foi usado como alicerce para a fundação da idéia da emergente nação:

[...] "o sertão aparece na ficção brasileira durante o período romântico, diante da urgência de marcar as características singularizantes da ex-colônia que se pretendia nação. A autenticidade de um modo de ser foi logo associada à sociedade e à paisagem do interior, simbolizando o distanciamento geográfico em relação ao litoral a progressiva conquista da independência da nacionalidade. Em suas expedições reais e literárias, os escritores tentavam responder à incômoda pergunta "o que é o povo brasileiro?" (SOUZA apud SILVA, 2010).

É importante salientar, tal como ocorreu nos Estados Unidos com a questão da fronteira Norte/Sul, que demarcou a história política e social do país, o dualismo litoral/ sertão marca o debate sobre a identidade nacional brasileira, mostrando a ambigüidade do novo cenário que se desenrolava no Brasil, no final do séc. XIX e início do séc. XX (LIMA, 1999, p. 41).

Em posição análoga, Souza destaca que esse pensamento esteve sempre presente ao longo do tempo, haja vista as narrativas dos viajantes europeus com o propósito de delimitar uma feição positiva e outra negativa dos dois brasis. Nesta perspectiva o sertão seria "um pólo negativo, marcado por uma resistência ao moderno e à civilização enquanto o litoral representaria a civilidade, por ser um espaço mais habitado, mais desenvolvido economicamente, mais próximo do modelo de organização social européia" (apud OLIVEIRA FILHO, 2008, p. 14).

O que podemos observar a partir das leituras realizadas, é que mesmo se referindo à região interiorana, o processo de configuração da imagem do Sertão foi sendo majoritariamente atrelado a uma região específica, o Semiárido do Nordeste do Brasil. O que, de certo modo, justifica ainda na contemporaneidade a utilização de Sertão e Semiárido como termos equivalentes.

O sertão deixa de ser aquele espaço abstrato que se definia a partir da "fronteira da civilização", como todo o espaço do interior do país, para ser apropriado pelo Nordeste. Só o Nordeste passa a ter sertão e este passa a ser

o coração do Nordeste, terra da seca, do cangaço, do coronel e do profeta (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 134).

Assim, podemos dizer que o Sertão/Semiárido estará desde o início no centro dos debates da intelectualidade brasileira sendo como cenário recorrente na construção da historiografia, na produção literária, na cinematografia, nas artes plásticas, na música, e em geral vai sendo tecido através de uma representação fundamentada em determinados aspectos climáticos e ambientais que conformaram uma imagem enviesada.

1.5 A instituição discursiva da seca e as intervenções governamentais no Semiárido

O imaginário alimentado ao longo de tantas décadas preservou uma concepção do Semiárido que atribuiu à seca a principal causa dos problemas da região. Durante muito tempo ela tem sido a justificativa adotada para as injustiças sociais e as desigualdades que afetam a sua população, sendo apresentada de tal forma que aparece como algo naturalizado. No entanto, é preciso questionar o porquê de a seca continuar a ser encarada como vilã do Semiárido depois de séculos e com tantas inovações e tecnologias apropriadas para se conviver com essa realidade.

Desde a chegada dos colonizadores portugueses no país é possível encontrar relatos da ocorrência de fortes períodos de estiagens, sendo um dos primeiros datado de 1552. Também há registros de que a área onde se situa essa região do Nordeste, outrora teria sido coberta por uma densa floresta cujo desaparecimento estaria atrelado a fenômenos astronômicos, meteorológicos e geológicos. É isso que afirma Pinto de Aguiar no livro *Nordeste: o drama das Secas* (1983, p. 34). Aos processos naturais citados, se acrescentaria a ocupação predatória das terras pelo homem com a utilização de práticas ecológicas e manejo do solo de forma inadequada à realidade, o que teria contribuído para o acelerado processo de degradação do ambiente natural (AGUIAR, 1983, p. 36).

Muito embora as secas já fizessem parte da vida das populações indígenas desde tempos remotos, esses povos conseguiam sobreviver e adaptar-se procurando se abrigar nos lugares mais úmidos. A explicação para o acelerado processo de degradação e conseqüentemente da aridez das terras, estaria no processo de ocupação das terras pelos

portugueses que instalaram grandes fazendas de gado e implantaram uma pecuária extensiva que levou ao desmatamento de muitas áreas.

A destruição do modo de vida dos índios, o que aconteceu muitas vezes de forma violenta, e a consolidação da ocupação dos colonizadores, fizeram com que as secas começassem a aparecer de forma cada vez mais intensa (SILVA, 2006, p. 39).

Aguiar (1983) relata que até o início do século XX teriam ocorrido pelo menos 32 grandes secas na região, sendo a mais severa delas a do ano 1877. Essa seca, aliás, é considerada o divisor de águas na construção da representação do Nordeste e do Semiárido como região-problema do Brasil. Não por ela ter sido a pior das catástrofes, como abordam alguns autores, haja vista que não há indícios que a destacasse das demais, mas pela conjuntura em que esse fenômeno aconteceu.

Na opinião de Albuquerque Jr.(2009), os motivos que elevaram a seca de 1877 à condição de pior estiagem, decorrem de um conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos. Nesse período, a região atravessava uma crise agrícola, passava por uma mudança no modelo escravista para o modelo de trabalho livre e era extremamente dependente da cultura de subsistência, portanto estava mais vulnerável aos períodos sem chuva. Em consequência desse somatório de causas, seus efeitos foram sentidos com mais rigor.

Outra questão pertinente é o fato de que as secas anteriores não haviam impactado de forma tão incidente na elite nordestina. Na verdade, a seca de 1877 despertou a elite para as benesses que ela poderia adquirir, sobretudo num momento de caos quando muitas famílias apossadas beiravam a falência. Podemos observar no trecho abaixo que ele descreve com ironia:

Enquanto a seca era problema do mundo dos dominados, ela era uma senhora desconhecida, mas ao chegar ao mundo dos dominantes ela não só é percebida, como transformada no cavalo de batalha de uma classe dominante que estava necessitando de argumentos fortes, para continuar exigindo o seu quinhão na partilha dos benefícios econômicos, e dos postos políticos a nível nacional. Foi, pois, a seca para esta classe, neste momento um achado com o qual procurou conquistar benefícios econômicos e políticos e recuperar a hegemonia no interior da região, que estivera ameaçada por alguns momentos (ALBUQUERQUE JR, 1988, p. 83).

A imprensa também desempenhou um papel inestimável na projeção da seca de 1877 chamando a atenção de todo o país para a calamidade e contribuindo para a criação de um

grande clima de comoção nacional para com as vítimas da seca. De acordo com Albuquerque Jr. (1988) é ela, inclusive, que vai antecipar e difundir o problema nacionalmente antes mesmo de as elites regionais se manifestarem (p. 79).

É esse fenômeno de 1877 que irá contribuir decisivamente na construção do discurso da seca, mas não há como apontar um protagonista somente. Em geral, a partir da investigação de Albuquerque Jr (1988), percebemos que vários atores sociais se misturam nessa gênese. Basta observar que seu trabalho aponta que os diversos discursos, tanto da oligarquia política, da Igreja, dos representantes da literatura regionalista da década de 30 e dos cientistas. Todos, ao seu modo, propagaram uma imagem da seca a partir de interesses próprios ou dos seus princípios ideológicos.

No caso da classe oligárquica, o discurso estava mais centrado numa crítica à falta de investimentos na região e conclamava ao governo para que socorresse os flagelados da seca, sob a acusação da falta de patriotismo e amor ao próximo. O discurso científico estava pautado no combate à seca através de obras que deveriam ser dirigidas por técnicos preparados para auxiliar o governo na construção de estudos técnicos, relatórios e análises da viabilidade. Na abordagem regionalista, que se utilizou amplamente dos recursos literários, a seca era vista como causadora das desordens sociais e destruidora dos valores morais da sociedade, provocando inclusive perversões e libertinagens sexuais. Já o discurso da Igreja apregoava o fenômeno como uma espécie de castigo divino¹³, resultado da desobediência do homem, que deveria se purificar para alcançar a misericórdia. Nesse caso, ela se apresentava como uma intermediária entre os pecadores e o divino, tendo o papel de aliviar as tensões sociais, pregando a paz e a fé em Deus como única solução. Todas as falas convergiam para a construção de uma imagem da seca como a grande causadora das desordens econômicas e sociais da região (ALBUQUERQUE JR, 1988).

Ao longo dos anos diferentes paradigmas orientaram as intervenções colocadas em prática no semiárido. Silva (2006) organiza em três tipos as ações:

1.O combate à seca e seus efeitos, mais reconhecido como solução hidráulica, se deu através da implantação de grandes obras, como açudes e barragens;

¹³Para explicação mais detalhada ler “O Imaginário Social da Seca: Implicações para a Mudança Social” (GOMES, 1998).

2. Outro modo encontrado foi o investimento na produtividade econômica com base na irrigação;

3. Por último, a convivência com o semiárido, com o desenvolvimento de ações mais adequadas à realidade ambiental e social.

A primeira fase teve início em 1903, quando foram instaladas as Comissões que precederam o primeiro órgão oficial, o Instituto de Combate as Secas (IOCS), criado em 1909. Uma década depois este passa a se chamar Instituto Federal de Combate as Secas e é elevada à condição de autarquia em 1945 sob a sigla DNOCS (Departamento Nacional de Combate as Secas).

As políticas desse período se caracterizaram pela realização de muitos estudos sobre a região e a construção de estruturas de armazenamento da água. “A açudagem passou a ser vista como a redenção do Sertão” (SILVA, 2006, p. 46). Foram construídos 133 açudes públicos e 317 açudes entre os anos de 1909 a 1950 (PLANO DE DESENVOLVIMENTO, p. 21), além da perfuração de mais de cinco mil poços em 50 anos. No entanto, a solução não resolvia o problema da maioria da população pobre, que continuava submetida aos coronéis que detinham o controle da água já que a instalação dos poços e barragens era feita em suas terras. Essa prática contribuía para o assistencialismo e a troca de água por voto nos períodos eleitorais, deixando o povo dependente dos políticos locais.

No ano de 1936 foi criado oficialmente o Polígono das Secas, através da Lei 175, que delimitava a área de atuação federal contra os efeitos da seca. No entanto, essa divisão sofreu diversas alterações ao longo dos anos em função de arranjos políticos e de críticas perpetradas pelos cientistas descontentes com a delimitação com a alegação de que a área não correspondia fielmente à zona semiárida (SILVA, 2006, p. 51).

Nos anos de 1940, em meio a denúncias de desvios e escândalos, o governo alterava aos poucos sua forma de atuação na região incorporando o discurso do desenvolvimento através da modernização da sua economia e implementando novas alternativas. Com a vitória de Getúlio Vargas novas experiências vão sendo colocadas em prática, através de um planejamento mais orientado e que terão seguimento no governo de Juscelino Kubitschek. Exemplos dessa nova política foi o aproveitamento do Vale do São Francisco para geração de energia elétrica, com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e a utilização das suas águas na agricultura irrigada. A criação do Banco do Nordeste em 1952

também fez parte da estratégia de desenvolvimento da região. O objetivo do primeiro banco de atuação regional do Brasil era fornecer subsídios para fomentar a implantação de indústria e de empreendimentos agropecuários na região, possibilitando a aquisição de equipamentos modernos para dinamizar o trabalho e fortalecer a economia (SILVA, 2006, p. 56-57).

No final da década de 1950, no âmbito da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, foi constituído o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que tinha como missão formular propostas para o progresso da região. Resultado desse trabalho foi a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste e posteriormente a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O órgão tinha a finalidade de criar instrumentos para enfrentar os problemas de subdesenvolvimento da região, principalmente aqueles causados pelos prolongados períodos de seca. É nessa época que a região vai ganhar projeção em âmbito nacional:

[...] a sincera preocupação com os destinos da região – nunca tão discutida como na segunda metade da década de 50 – por parte da imprensa, de alguns políticos, intelectuais e funcionários da União davam a impressão que depois de quase um século buscando formas para enfrentar a seca, o flagelo seria finalmente enfrentado e derrotado. Esse também foi o momento em que o Nordeste e, particularmente, a seca ocuparam um grande espaço na música popular, no cinema e na literatura (VILLA, 2000, p. 193).

É importante ressaltar que a fundação da SUDENE teve como um dos ideólogos um dos mais reconhecidos economistas brasileiros, Celso Furtado¹⁴, que inclusive teria elaborado uma série de recomendações para o desenvolvimento da área semiárida com o incentivo à produção agrícola mais resistente a seca e o fortalecimento da geração de renda dos trabalhadores.

Celso Furtado, no entanto, foi afastado do órgão durante o golpe militar. Essa teria sido uma das causas pelas quais a SUDENE teria sido desviada dos seus princípios, servindo como mais uma fonte de arrecadação de recursos para a elite política e tendo sido destituída 42 anos após sua criação sem cumprir as atribuições para as quais foi fundado. Aliás, todas as intervenções foram amplamente criticadas pelos dispendiosos gastos aos cofres públicos sem resultar numa ação mais efetiva que atenuasse o sofrimento da maioria da população pobre.

¹⁴Dentre as teses que defendeu estava a de que a causa do não desenvolvimento do Nordeste não era consequência da seca e sim da exploração da região pela sua elite política. Acreditava que esse era um problema social e não natural (FURTADO, 1998, p. 08) como queria fazer crer aqueles que obtinham vantagens.

É necessário destacar que nesse intervalo, entre os anos 70 até década de 1990, sob a égide do capitalismo, o país implantou uma política para o campo nos mesmos moldes industriais, concebendo espaços díspares (urbano e rural), como homogêneos e adotando as mesmas estruturas de funcionamento (FAVERO e SANTOS, 2002). A partir de intervenções e aplicação dos mais altos padrões de tecnologia, implantou-se uma nova estrutura de modernização no campo, mas estas não impactaram de forma igualitária na vida das populações. Pois, conforme, salienta Favero e Santos “o modelo de organização da agricultura familiar foi conservador, seletivo e excludente” (p. 55), aumentando ainda mais o fosso que afastava as populações mais pobres das ricas.

O país fez a opção por um modelo de desenvolvimento conhecido como “modernização conservadora”, que ao tempo em que modernizou o campo e alavancou a economia, manteve as estruturas de dominação e aprofundou as desigualdades entre latifundiários e pequenos proprietários, estes últimos alijados das benesses da ‘modernização’. E o semiárido nordestino foi o espaço onde os efeitos das políticas errôneas e descontextualizadas foram ainda mais acentuados, provocando as ondas migratórias e o êxodo rural. Ainda hoje, no âmbito do Nordeste, essa região continua a figurar entre os piores lugares no ranking do IDH e em distribuição de renda.

Com vistas a atacar esse problema, em 2003, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva lançou um plano de recriação da SUDENE, reconhecendo a manutenção do Nordeste na lista dos piores indicadores do país, mas destacando a importância do enfrentamento da questão nordestina baseado na construção de uma política regional comprometida com o desenvolvimento sustentável. Em 2007 é criada a nova autarquia federal. Nessa nova política, o Semiárido é destacado como umas das áreas prioritárias e terá as suas estratégias de desenvolvimento estruturadas através da convivência com a semiaridez (BASES, 2003, p. 44).

Nesse conjunto de medidas destaca-se também a criação do Instituto Nacional do Semiárido (INSA) em 2004. Vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o órgão começou a funcionar em 2007. De acordo com o estabelecido na missão da entidade, tem como proposta articular ações de pesquisa, formação e difusão de políticas para o desenvolvimento sustentável no semiárido brasileiro onde a semiaridez é vista como ‘vantagem’.

Com o propósito de enfrentar as questões do semiárido também surgiram articulações sociais de várias naturezas, com o propósito de encontrar ações para os problemas sociais da região e romper com a lógica excludente que se estabeleceu. A mobilização desses atores sociais cumprem ainda uma função social estratégica que é a de lutar pela implementação de políticas públicas que contemplem a realidade semiárida em suas especificidades, assegure direitos sociais e promova a cidadania da gente sertaneja. Esses atores sociais procuram romper com a lógica de inviabilidade através de uma prática social e discursiva que se baseia na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Esse é o assunto do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OLHAR SOBRE O SEMIÁRIDO

“O processo de construção da cidadania enquanto afirmação e reconhecimento de direitos é, especialmente na sociedade brasileira, um processo de aprendizado social, de novas formas de relação que inclui de um lado, a constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, mas também, de outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que recusam permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles” (DAGNINO, 1994, p. 109) grifo nosso.

Neste capítulo, realizamos uma breve incursão sobre a emergência dos chamados “novos movimentos sociais” na cena política brasileira e a sua contribuição na reabertura das bases democráticas do país com o despertar da consciência da sociedade civil para a busca dos seus direitos. Para o debate que estamos tecendo sobre o Semiárido, é imprescindível destacar ainda o papel exercido pela Igreja Católica e o impacto da emergência do paradigma de desenvolvimento sustentável a partir dos anos 80. A partir desse contexto, procuramos situar o nascimento da Articulação do Semiárido Brasileiro, rede formada por instituições e grupos sociais que se pauta na construção de uma imagem positiva e viável do semiárido brasileiro, a partir da adoção de práticas alternativas para convivência com o ecossistema e da instauração de um novo discurso em relação à região.

2.1 A entrada em cena dos movimentos sociais: o povo como sujeito político

Na segunda metade do século XX, o Brasil será palco de inúmeras transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Trata-se de uma época bastante conturbada em virtude de diferentes acontecimentos que afetam a população do campo e da cidade, como as profundas mudanças no campo das comunicações, a industrialização incipiente, a urbanização, a modernização econômica. Por outro lado, os efeitos da globalização, do desenfreado crescimento do neoliberalismo e das suas conseqüências devastadoras exigem posturas mais radicais da sociedade e consciência crítica.

A partir de meados dos anos 1960, o país mergulhará no agravamento das tensões sociais, sobretudo no âmbito político, o que será deflagrado com a tomada do poder pelo

militares. O cerceamento das liberdades civis e as perseguições àqueles que contrariavam o governo são marcas desse período. Por outro lado, o regime ditatorial será enfrentado com a resistência e a mobilização social de uma população que se organizava, se insubordinava aos ditames arbitrários e reivindicava uma sociedade livre e autônoma.

Num contexto que se assemelhava a de outros países da Europa e da América Latina, aprofundamento da pobreza, precarização das condições de trabalho, falta de liberdade de expressão, novos atores sociais e lideranças sociais e políticas eclodem na cena pública brasileira. Organizados através de instituições, associações e outros tipos de articulações, esses atores formaram um tecido social forte que deu visibilidade às demandas da sociedade civil e cumpriram um papel fundamental no enfrentamento da ditadura e no processo de redemocratização do país, através da luta para intervenção nas decisões do país.

Neste sentido, criou-se um intenso processo de mobilização onde as pessoas não buscavam apenas a criação de políticas públicas orientadas pelas reivindicações sociais, mas também queriam se inserir no processo de formulação e efetivação dos direitos (TEIXEIRA, 2001, p. 24). Elas almejavam tornarem-se protagonistas e não apenas legitimar as ações construídas pelo poder público.

Além de suscitar uma nova forma de relacionamento entre o poder público e a sociedade civil, os movimentos sociais surgem nesse período como um canal importante de interlocução. Eles funcionavam como principais alternativas para substituir os instrumentos de participação social bloqueados pela ditadura (CARDOSO, 1994, p. 82). Esses novos sujeitos coletivos emergiram como “algo novo” e com uma força expressiva dotados de um grande significado:

A grande contribuição dos movimentos sociais seria trazer uma mudança na cultura política. Mudança que vinha exatamente do fato de a autonomia dos movimentos quebrar com as relações clientelísticas, com o modo de atuação do sistema político tradicional (CARDOSO, 1994, p. 82).

A entrada em cena dos movimentos sociais também traz na sua essência a busca por um novo modelo de estabelecimento da relação do povo com o Estado, onde aquele não possui para com este nenhum sentimento de dívida, uma vez que aquele se descobre portador de direitos. Engendra ainda a construção de um processo democrático baseado na auscultação popular, no construir coletivo que culmina no despertar de uma consciência social do “direito

a ter direitos”, concepção que se constituirá no âmago da noção de “cidadania” que vai aparecer nesse período (CARDOSO, 1994).

As bases dessa noção de cidadania se fundamentam em conceitos muito mais amplos e redefinidos que, segundo Dagnino (1994, p. 108), se alargam para além das conquistas já estabelecidas legalmente, mas “inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos, que emergem das lutas específicas e da sua prática concreta”. Um exemplo disso é a ampliação da participação das mulheres na cena pública erguendo bandeiras próprias de luta como o enfrentamento do machismo que imperava na sociedade, além da cobrança de igualdade de direitos para ambos os sexos.

Movimentos e organizações de vários tipos e em diversas frentes se multiplicavam, desde a causa operária, a luta pelo acesso à moradia, à terra e à água, até o movimento estudantil. Teixeira (2001, p. 122) afirma que no processo de redemocratização foram realizados vários encontros, fóruns, reuniões, além das caravanas ao centro do poder. Todos esses mecanismos serviram para visibilizar e fortalecer as lutas da sociedade e civil, colocando na ordem do dia temas que até então não ocupavam a agenda política. Tais movimentos agora lutavam não apenas pelos direitos como saúde, terra, educação, mas por estabelecer de forma regulamentar a participação mais direta nas decisões, conquistadas na ação direta.

Essa questão só foi institucionalizada juridicamente na Constituinte de 1988, que contemplou a abertura de canais de participação da sociedade civil e o controle social das políticas públicas. O marco significou uma grande conquista dos movimentos sociais organizados do Brasil, demarcando um novo capítulo na história do país, e dando um novo impulso à luta pelo restabelecimento da democracia.

Essa prerrogativa legal vai possibilitar a criação de inúmeras ações de caráter coletivo pelo Brasil. Além da criação de conselhos municipais no âmbito das cidades como forma de inserir os cidadãos e cidadãs nos processos de deliberação e decisão, surgem também experiências de co-gestão local participativa tendo se materializado principalmente em prefeituras ligadas à política de esquerda. O instrumento mais conhecido dentre os implementados foram os Orçamentos Participativos, replicados em vários municípios do Brasil e que se tornaram “espaços fundamentais de luta política para a construção da cidadania” (DAGNINO, 1994, p. 110).

Por trás da ideia da participação social, conquistada através de muita luta, está algo que deu impulso para a ruptura de um longo do processo de opressão e repressão: a consciência dos direitos. Foi esse princípio que pautou uma concepção que é chave para a compreensão do período que é a questão da cidadania: “A nova noção de cidadania expressa o estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo, especialmente a partir da crise do socialismo real” (DAGNINO, 1994, p. 104).

Dagnino (1994) destaca três elementos que balizaram a noção da nova cidadania: 1) sua ligação direta aos movimentos sociais e à luta por direitos; 2) o fato de que essa mesma luta por direitos ensejou uma “ênfase” na construção da democracia; 3) o fato de que a nova cidadania articulava enquanto “estratégia de organização democrática e transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política;

Teixeira identifica, no entanto, um certo recrudescimento na ação dos diversos movimentos constituídos na efervescência da redemocratização do Brasil, ao tempo em que reconhece o surgimento de outros, sobretudo a partir da lógica que se estabeleceu no mercado. Em se tratando especificamente das ONGs, o principal problema apontado pelo estudioso é a falta de sustentabilidade financeira, que fez com que essas organizações se tornassem dependentes quase exclusivamente do apoio governamental. A dificuldade de se adequar aos novos cenários também estaria na explicação para a retração dos movimentos ligados à igreja e ao movimento operário. Do mesmo modo, as experiências de intervenção popular na gestão pública, embora se mostrassem fortes, também corriam o risco de se tornarem apenas instrumentos de marketing se não fossem efetivamente concretizadas, uma vez que encontravam resistência das elites que ainda comandavam o poder local (2001, p. 199).

Essa constatação acima é endossada por Cardoso (1994) que identificou duas fases dos movimentos sociais: “a emergência heróica”, que vai da década de 1970 até 1980; e a fase da institucionalização, a partir de 1980, quando começa um certo refluxo na ação dos movimentos. Essa apatia seria justificada pela abertura do sistema político para novos canais de participação e a criação de uma nova relação dos movimentos sociais com os partidos políticos e com o estado. A aproximação dos movimentos, sobretudo com as agências públicas foi denominado por muitos como um processo de cooptação, uma vez que teria contribuído para o retrocesso na ação reivindicatória, característica essa que era sua grande marca.

A dificuldade de se relacionar nessa nova fase de diálogo e de abertura do Estado, e de ainda não se saber lidar com essas questões, pode ser a explicação para a análise, que não deve ser precipitada devido ao contexto em que ocorre. Cardoso analisa, contudo, que essa abertura trouxe consigo uma grande contribuição para o aprofundamento democrático brasileiro que foi a redefinição do espaço público e do espaço privado. As pessoas puderam discutir temas de interesse coletivo e tomar decisões baseadas no diálogo e consenso, abrindo mão de desejos pessoais, por exemplo.

A primeira fase vivida pelos movimentos sociais é analisada por Doimo (1995, p. 74) como o momento em que a sociedade civil aparecerá nos diversos discursos numa perspectiva de protagonista: “o povo como sujeito da sua própria história”¹⁵. Essa ideia estará presente na abordagem dos diversos segmentos sociais, desde os setores progressistas da Igreja Católica até os intelectuais ligados aos centros acadêmicos.

Aliás, a autora ressalta ainda que nunca antes “povo” e “participação” tiveram significados na vida social do país, o que ocorre somente com a descoberta de que este tinha força e capacidade para liderar as transformações de que o Brasil necessitava. É um período em que a população sai de uma posição quase de inércia e passa a ter uma expressiva atuação. Eis o que ela afirma:

Inaugura-se uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, pela qual não havia mais lugar nem para o culto do “Estado-nação”, que prometia o desenvolvimento pela eficácia instrumental-administrativa do planejamento compreensivo, nem tampouco para a ação das “vanguardas”, que previam combater o imperialismo e o latifúndio pela conscientização das massas amorfas, passivas de inerentes (DOIMO, 1995, p. 75).

A Igreja católica, principalmente através da sua face mais progressista, foi um dos setores que tiveram grande participação na difusão dessa concepção “povo como sujeito”. Essa mudança na postura eclesial é desdobramento de uma série de debates ocorridos no interior da sua doutrina pastoral, sobretudo a partir da derrocada de um projeto desenvolvimentista excludente verificado na América Latina, e se consolidou com a realização da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), em Medellín, no ano de 1968. Foi durante esse evento que se desenhou a proposta de estender a mão da igreja aos

¹⁵Essa premissa também é adotada pela Asa, uma vez que reconhece que as experiências devem vir acompanhadas de uma tomada de consciência popular, “mas antes de mais nada, pela adoção de uma política diferente que reconheça, inclusive, a capacidade protagônica de seu povo de assumir nas mãos seu próprio destino” (CAMINHOS, 2010, p. 02).

mais pobres, concebendo aí um outro modo de evangelização que ficou conhecido como Teologia da Libertação.

Como o próprio nome sugere, a Teologia da Libertação surge com uma perspectiva emancipatória, por meio da religiosidade, com o intuito de despertar os sujeitos das amarras do projeto capitalista opressor e explorador e tomar as rédeas do seu destino de forma protagonista:

[...] afirma-se que a transformação social não é mera revolução para o povo, mas o próprio povo – mormente os setores camponeses e operários, explorados e injustamente marginalizados – é que deve ser agente de sua própria libertação. Essa participação exige tomada de consciência por parte dos oprimidos, da situação de injustiça... Em Medellín foi aprovado, precisamente, como linha pastoral, alentar e favorecer todos os esforços do povo por criar e desenvolver suas próprias organizações de base, pela reivindicação e consolidação de seus direitos e pela busca de uma verdadeira justiça (GUTIERREZ apud SCHERER-WARREN, 1984, p. 126)

A Igreja, não de forma unânime, foi um dos pilares de sustentação para a ação dos movimentos sociais organizados no Brasil porque mirava neles um horizonte para o enfrentamento dos problemas, sobretudo, aqueles que afetavam as camadas mais empobrecidas da população. Aliás, alguns grupos religiosos desde a década de 1950 já exerciam pressão para uma maior conexão da igreja com os populares e cobravam mudanças nessa relação, o que só veio a ocorrer com a constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹⁶ a partir dos anos 1970 (AGUIAR, 1985, p. 42).

O surgimento das CEBs cumprirá a função de aproximar a Igreja da sua base, dando formatação a uma relação mais fraternal com a comunidade. Propõe a adoção de um “modelo renovado de ação pastoral” com um diálogo mais alinhado com a realidade e os desejos das classes populares. Influenciado por esse novo momento, Aguiar (p. 34) observa uma alteração inclusive na estrutura de poder e na ação eclesial que é a inclusão dos leigos na realização de tarefas como serviços pastorais e ministérios, além destes poderem opinar nas decisões.

A ligação mais direta com a realidade do povo e o engajamento sociopolítico, logo transforma as CEBs em canais de interlocução onde o povo tinha voz, já que a ditadura militar havia restringido as esferas de participação. As CEBs também vão se tornar espaços de

¹⁶A Conferência de Medellín, em 1968, é apontada como principal motivadora. As CEBs são fruto dos diálogos estabelecidos durante o evento (AGUIAR, 1985).

acolhimento de pessoas perseguidas pelo regime e a igreja, que antes apoiava a estratégia militar, passa a denunciar os horrores e as truculências praticadas pelos militares.

Em resumo, as CEBs surgem como:

[...] resposta histórica a necessidades sociais dos setores deserdados do regime político brasileiro e, ao mesmo tempo, a todo um questionamento à prática tradicional da igreja católica e, conseqüentemente, da organização das camadas subalternas no Brasil, nos últimos anos (AGUIAR, 1985, p. 05).

Reconhecidas pelo papel que desempenharam na organização das frentes de luta no Brasil, tanto no campo como na cidade, as Comunidades Eclesiais de Base contribuíram para a articulação popular e deixaram suas marcas impressas de diferentes modos na vida das organizações populares através de conquistas sociais. E em cada espaço em que as CEBs tiveram ação destacada, segundo Aguiar (p. 35), foram elaboradas propostas de soluções e obtidos resultados concretos para as demandas estabelecidas. Por exemplo, a realização de manifestações cobrando soluções ao poder público, a realização de intervenções de forma coletiva, a exemplo de mutirões e outras práticas que refletiam o sentimento de partilha e de solidariedade.

A partir dos postulados da Teologia da Libertação, uma nova leitura da Bíblia, possibilitada pela conversão do discurso religioso, faz irromper o político (ORLANDI, 1996, p. 112) embora com “novas determinações de sentido”. Ainda que não se identificasse claramente como tal, a partir do momento em que opta pelos pobres e pelo fim da opressão, inspiradas num discurso de base marxista, as Cebes demonstram de forma tácita sua face política.

2.2 A Articulação do Semiárido Brasileiro: tecendo uma rede

Dos inúmeros movimentos que brotaram nesse limiar entre a ditadura e a redemocratização do Brasil, protagonizados pela sociedade civil organizada insatisfeita com os rumos do país e em busca de atendimento de seus anseios está a Articulação do Semiárido Brasileiro. Embora a data da sua constituição formal aconteça somente em 1999, é desse terreno fértil, descrito anteriormente, com forte influência dos princípios das CEBs, que

germinam as principais organizações que formam a Articulação do Semiárido Brasileiro tendo à frente lideranças orgânicas da Igreja católica.

Desde o final dos anos 1960, um conjunto de instituições sociais e movimentos populares¹⁷ de luta pela terra e água e que hoje compõem a rede ASA, já buscava dar visibilidade aos dilemas enfrentados pelas populações da região semiárida. Protestavam por um novo modelo de desenvolvimento que contemplasse as especificidades regionais e efetivasse as transformações necessárias para a alteração do quadro de discrepância em relação às outras áreas do país. Esses grupos também se inseriram no debate da formulação das políticas e programas de desenvolvimento propondo mudanças na condução das ações na região, conforme veremos a seguir.

Embora uma série de intervenções políticas já tivesse sido aplicada ao longo de séculos, especialmente com a criação da SUDENE, o órgão ainda não havia dado respostas necessárias para a região se desenvolver na perspectiva almejada e de forma sustentável. Isso aconteceu principalmente com a instauração da ditadura militar e o afastamento do seu principal dirigente e entusiasta da transformação social daquela realidade, o economista paraibano Celso Furtado. Com a sua saída, o órgão foi direcionado para a execução de megaprojetos, deixando de lado questões estruturantes para uma mudança verdadeira na região, como a reforma agrária.

Na tentativa de encontrar soluções, não só as ONGs presentes na região, mas centros de pesquisa como a EMBRAPA e EMBRATER já tinham iniciado diversos estudos e experimentos tecnológicos que pudessem servir de alternativas à realidade do semiárido. Os primeiros ensaios do que seria uma proposta de *Convivência do Homem com a seca* foi apresentada pelos órgãos em 1982. O documento continha em linhas gerais orientações inovadoras de intervenção governamental para a exploração da agricultura e sugeria a criação de sistemas de captação e armazenamento de água (Silva, 2006, p. 79).

Dez anos mais tarde ainda não se observava nenhuma mudança estrutural com base no que havia sido elencado no programa. Assim, em 1992, diante de uma grande seca, a sociedade civil voltou a pressionar o governo federal para a adoção de medidas imediatas e de um plano de ações permanentes para o Semiárido. No ano seguinte, mais de trezentas

¹⁷São exemplos o Movimento de Organização Comunitária, idealizado em 1960 pela Diocese de Feira de Santana, da qual se desvinculou formalmente em 1970, e o IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada), com sede em Juazeiro.

organizações sociais reunidas no Fórum Nordeste de Entidades Cíveis elaboraram as “Propostas da Sociedade Civil para o Semiárido”. As principais idéias do documento enfatizavam que a pobreza da região deveria ser enfrentada com ações permanentes e sustentáveis, com a adoção de um novo paradigma social e político e que o Estado deveria repassar a tarefa de elaboração das ações para instituições da sociedade civil (SANTOS e FAVERO, 2002, p. 67).

Tentando dar uma resposta, entre 1993 e 1994, o governo federal lança o *Projeto Áridas: uma proposta de desenvolvimento sustentável para o Nordeste*. Neste programa o poder público “expressa a preocupação com o meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida no semi-árido”. Também aborda que “as propostas devem evitar a sobrecarga ambiental e ao atendimento das necessidades básicas da população, com a conservação dos recursos naturais, em especial, os solos e os hídricos” (SILVA, 2006, p.80). O projeto Áridas foi resultado concreto dos debates travados pela Conferência Mundial do Meio Ambiente sediada no Brasil, em 1992 (Rio 92), onde a questão semiárida foi um dos principais destaques. Foi a partir desse encontro, inclusive, que o tema do desenvolvimento sustentável começou a ganhar relevante espaço na agenda governamental, incentivando a busca de alternativas de progresso que não comprometessem o meio ambiente e a preservação das espécies.

É importante apontar que a Rio 92 foi precedida de um amplo debate preparatório, a ICID (Conferência Internacional sobre Impactos da Variabilidade Climática e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas), que teve lugar na cidade de Fortaleza, com a presença de representantes de 45 países de regiões áridas e semiáridas. Pela primeira vez na história um debate reuniu tantos pesquisadores para debater a temática e formular políticas públicas para a promoção do desenvolvimento dessa região. Desse fórum de discussões emergiram vários documentos importantes para pautar as políticas em prol do semiárido, como a Declaração de Fortaleza – Um chamado para ação nas regiões secas¹⁸ e a Convenção das Nações Unidas no Combate à Desertificação e os Efeitos das Secas, já ratificado por 192 países (ICID + 18, 2010). Além destes, destacam-se a Convenção de

¹⁸Em agosto de 2010 foi realizada novamente em Fortaleza a Segunda Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas como etapa preparatória para a Rio+20, que acontecerá em 2012. Durante o evento, o documento foi atualizado com 25 recomendações de políticas públicas e foi denominado “Declaração de Fortaleza: Trazendo as terras secas para o centro das atenções”. Entre as propostas, ressalta-se a importância da participação popular na formulação das proposições e a necessidade de estratégias baseadas nos conhecimentos das populações locais (ICID + 18, 2010).

Mudanças Climáticas e a Convenção de Proteção à Biodiversidade (SEGUNDA CONFERÊNCIA, 2010).

Muitas ações tiradas daquele encontro foram sendo colocadas em prática pelos governos, mas nos anos seguintes os resultados não conseguiam apontar qualquer alteração no quadro de pobreza e desigualdades da região. Assim, em 1999, durante a *3ª Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca*, foi organizado o Fórum Paralelo da Sociedade Civil com a representação de centenas de entidades da região semiárida. Neste evento foi elaborada a *Declaração do Semi-árido Brasileiro* dando visibilidade às questões da região e propondo medidas a serem implementadas. O documento construído pelas centenas de organizações participantes é considerado o marco da criação e consolidação da Articulação do Semiárido Brasileiro como “espaço de articulação política da sociedade civil organizada” sendo ainda hoje o norteador da ação da entidade.

A Declaração do Semiárido Brasileiro tece o desejo das organizações dessa vasta região do país e a reivindicação de políticas adequadas e transformadoras que considerassem as particularidades do semi-árido. Apresenta a posição de um conjunto de entidades que já trabalham no contexto do semiárido, que é dar viabilidade da região, e, baseando-se no princípio de “o homem como sujeito de sua história”, afirma “que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar o destino em suas mãos”.

Eis os principais pontos da declaração: 1) A viabilidade do semiárido; 2) A diversidade da região deve ser levada em consideração; 3) Os investimentos devem ser orientados por uma política de sustentabilidade e não de degradação; 4) O fortalecimento da sociedade civil e a sua qualificação para intervenção nas políticas públicas; 5) A inclusão das mulheres e jovens no processo de desenvolvimento; 6) Preservação, reabilitação e manejo dos recursos naturais; 7) Financiamento dos programas de convivência com o semiárido.

A Articulação do Semiárido surge então como catalisadora de todas as iniciativas que até então se desenvolvem de forma paralela em diversas partes do Semiárido, mas que possuem características de atuação e objetivos convergentes. A percepção de que as estratégias a serem adotadas precisavam estar articuladas em torno das necessidades da região dá origem a uma grande rede que compreende atualmente mais de 800 organizações, desde instituições ligadas a agricultores e agricultoras familiares, sindicatos, igrejas católicas e

evangélicas. Tem como missão o fortalecimento da sociedade civil organizada na construção de processos realizados de forma participativa que contribuam no desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido tendo por base valores como justiça social (ASA, 2010).

O próprio nascimento da Asa está vinculado a uma característica mencionada por Dagnino e que é própria da origem desses sujeitos coletivos:

[...] “a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação espaço da política, é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática” (1994, p. 104).

A ASA orienta sua práxis, entendida no sentido marxista como ação social transformadora, não centrada apenas no discurso teórico da viabilidade do semiárido, mas em ações concretas espalhadas por diversos estados onde têm atuação, através das suas entidades parceiras. Hoje, existe uma multiplicidade de experiências em curso que têm como base os princípios que orientam as organizações, a exemplo da produção agrícola fundamentada nos valores agroecológicos, da segurança alimentar e nutricional, da educação contextualizada, do combate à desertificação, do acesso à água, do acesso à terra e da promoção da igualdade de gênero. Trata-se de experiências inovadoras que articulam gestão compartilhada e o envolvimento efetivo das pessoas¹⁹ na construção das alternativas de desenvolvimento baseadas na sustentabilidade, considerando-se como primordial o protagonismo e a emancipação dos sujeitos.

2.3 Do Combate à seca à Convivência com o Semiárido

Durante os séculos XIX e XX a principal estratégia do governo brasileiro no Semiárido foi o combate à seca. A orientação política promovida ao longo do processo histórico da região no que se refere à adoção de ações emergenciais e às soluções hidráulicas

¹⁹Na Asa Brasil, o trabalho é desenvolvido pelas instâncias estaduais, através das UGMs (Unidades Gestoras Microrregionais). Já as UGMS são compostas por diversas entidades como associações, paróquias, grupos de trabalhadores e trabalhadoras, sindicatos, etc. Essa rede da qual integram centenas de pessoas e comunidades é mantida pelos sonhos e ideais que a alimenta, mas também pelos desafios semelhantes que vencem fronteiras e limites impostos pela geografia (CARTA POLÍTICA, 2010).

popularizou a falsa idéia que os problemas da região estavam vinculados apenas à falta de água, quando na verdade eles decorrem de fatores mais amplos, como a questão da concentração de terras, da ocupação predatória, do manejo do solo de forma desordenada e da ausência de políticas públicas estruturantes.

Nos últimos anos, porém, podem ser observadas sensíveis mudanças que foram ocasionadas por alguns fatores: o despertar da população para o fato de que a seca não é o principal problema do semiárido brasileiro, até porque ele apresenta as taxas hídricas mais elevadas de todas as regiões semiáridas do mundo; a mobilização popular em torno de um projeto sustentável de desenvolvimento, aliado às práticas e iniciativas que começaram a provar que é possível construir uma vida digna; o terceiro fator, que contribuiu de forma decisiva para a quebra da hegemonia das políticas de combate à seca, foi o apelo mundial em torno do desenvolvimento sustentável, missão que tem sido colocada no centro da agenda política nas últimas décadas de forma muito intensa.

A partir de um arcabouço de experiências que já vinham sendo testadas e gestadas por organizações sociais e grupos, sobretudo entidades ligadas à Asa Brasil, surgiram as nuances do paradigma denominado de “convivência com o semiárido” em contraposição ao modelo de “combate à seca”. Enquanto este último reduz seu campo de atenção apenas à dimensão da falta de água e traz como resposta apenas a solução hídrica, o primeiro engloba um conjunto de ações pautado por um novo modelo de atuação que tem como foco a sustentabilidade hídrica e alimentar, mas se configura numa perspectiva ainda mais abrangente de desenvolvimento que considera as dimensões política, econômica, cultural e social da região como um todo.

Embora esse modelo só tenha ganhado espaço a partir da visibilidade trazida pelos movimentos sociais da região, os quais propõem uma “ruptura com as velhas concepções e programas emanados do Estado e das elites e adequando em seu lugar uma política de transformação” como salientam Favero e Santos (2002), vários teóricos e estudiosos já apontavam para a necessidade de ações mais estruturantes no semiárido desde as primeiras décadas do século passado. Dentre os principais pesquisadores que contribuíram para a

formatação do paradigma da convivência podemos frisar Djacir Menezes²⁰, Josué de Castro²¹, Celso Furtado²² e José Guimarães Duque, o qual queremos destacar.

José Guimarães Duque, natural de Minas Gerais, formado em engenharia agrônoma, foi um dos pesquisadores da IFOCS que contribuiu de maneira profunda com a produção de conhecimento sobre a região semiárida, sobretudo, com os princípios que compõem a convivência com o semiárido. Com um olhar aguçado e abrangente sobre a problemática, ele antecipou diversos conceitos e alternativas agroecológicas que hoje estão em curso. Seu pensamento, certamente, é completo e aglutinador no sentido amplo dessa concepção defendida pela Asa.

Veamos as principais contribuições deixadas por Duque, com base em Silva (2006):

1. As políticas de desenvolvimento devem contemplar os saberes das populações locais, as quais vivenciam numa relação mais próxima a realidade. A ciência e técnica devem ser aliadas e não se sobrepor a esses conhecimentos;
2. Incentivo ao cultivo das lavouras xerófilas, pois são as plantas que se adaptam às condições climáticas;
3. O manejo do solo deve ser feito de forma apropriada e o uso da água deve prever o seu melhor aproveitamento;
4. A produção agrícola deve se basear nos princípios agroecológicos, respeitando a terra e procurando conservar os solos;
5. Defendia a policultura e a combinação de árvores com culturas temporárias, no sentido de que as primeiras podem oferecer proteção a essas (é o caso dos sistemas agroflorestais).

²⁰ Contribuiu com seus estudos para desmistificação da raça e do clima como explicações para a violência praticada na região, a exemplo dos atos praticados pelo cangaço. Apontava como causas desse problema a opressão e as injustiças sociais das quais o povo era vítima (SILVA, 2006).

²¹ Suas reflexões desde a década de 1920 destacam que a fome do Nordeste era resultado de problemas estruturais, como a concentração fundiária, e não devido à elevada taxa demográfica. Defendia a reforma agrária e a implantação de uma política nacional de desenvolvimento que contemplasse a produção de alimentos de forma diversificada, com foco no fortalecimento dos mercados consumidores locais e na segurança alimentar. Era defensor de uma educação libertária que conscientizasse as pessoas e como base para as transformações necessárias à região (SILVA, 2006).

²² Foi um dos principais defensores do crescimento regional pautado no desenvolvimento de forma ampla. Acreditava na democracia como processo fundamental no processo de discussão e possuía visão estrutural dos problemas do Semiárido, os quais, acreditava, deviam ser tratados de forma planejada.

6. Defendia a proteção à caatinga e controle dos desmatamentos;
7. Era contrário a mecanização agrícola, compreendendo que os processos de poda poderiam causar erosão ao solo;
8. Tecia críticas a certos tipos de irrigação, acreditando que eles deveriam ser realizados de maneira que não prejudicasse o solo;
9. Condenava o uso de herbicidas e produtos tóxicos;
10. Defendia o direito à terra, infraestrutura e crédito. Esses elementos eram considerados por ele como estruturantes para que as famílias pudessem ter condições de viver dignamente;
11. Afirmava que a industrialização deveria ser adequada e com vistas a beneficiar os produtos, agregando valor e gerando mais renda e trabalho para as famílias;
12. Em sua opinião, a educação deveria estar acessível a todos, de forma que os sujeitos pudessem se apropriar da realidade local;
13. Apoiava o Cooperativismo
14. Estimulava a participação social das pessoas de forma livre e consciente;

Os pressupostos da convivência com a semiaridez adquirem, na perspectiva de Duque uma visão holística, completa, ampla. Em alguns casos, ainda predomina uma tendência de considerar a convivência com o semiárido apenas os projetos ligados à infraestrutura hídrica e alimentar, o que é um equívoco. Nesse aspecto, o pensamento de Silva (2006, p. 188) propicia uma compreensão mais aberta, ao afirmar essa concepção como uma:

[...] proposta cultural que visa contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriados à semi-aridez, reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais, considerando também as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução que se foram construindo e desconstruindo ao longo da história de sua ocupação.

A efetiva convivência com o semiárido compreende ainda uma série de questões que precisam ser enfrentadas como condição essencial para a promoção de uma vida digna no Semiárido como: a reforma agrária, pois a concentração de terra é apontada como a principal

causa da fome e da insegurança alimentar; a universalização do acesso à água; a promoção da agroecologia como um dos princípios para a produção agropecuária sustentável; a adoção da educação contextualizada, como prática pedagógica que valoriza os saberes locais, respeita as peculiaridades e forma cidadãs e cidadãos inseridos na sua realidade com capacidade de intervenção; entre outros aspectos.

Essa postura crítica e inovadora em relação ao Semiárido, capitaneada, sobretudo, pelas organizações integrantes da Asa, desencadeia no seu bojo a introdução de uma linguagem nova sobre a região e não se limita ao mero discurso, mas também dá uma nova autoestima à população diante das alternativas e tecnologias sociais que imprimem um novo olhar para um problema antes considerado irremediável. Essa nova leitura pode ser resumida neste trecho:

Se antes era o combate à seca, agora é a convivência com o semi-árido. Se antes o Nordeste era caracterizado como uma região de morte, agora levanta-se a bandeira do: sim, é possível conviver e muito bem, no Semi-Árido brasileiro, no Nordeste, desde que através de práticas sustentáveis para o meio ambiente e região (DIAS, 2004, p. 12).

A “Convivência” não é um conceito acabado e rígido, mas uma proposta que está em permanente construção (SILVA, 2006, p. 188) e vem sendo elaborada e reelaborada no decorrer do processo histórico, a partir das lições resultantes das ações postas em práticas no sentido de combater a seca. A convivência com o semiárido é construída no dia-a-dia com a partilha das experiências e a valorização dos saberes das comunidades.

Sobre isso, a Asa defende que as ações de convivência também

[...] consideram as especificidades e potencialidades locais e respeitam os limites e fragilidades da região [...] Valorizam o saber e a capacidade geradora de conhecimento dos agricultores e agricultoras familiares (ASA, 2010, p. 11).

Embora seja orientada pelo caminho da construção de alternativas acessíveis à população, a convivência com o semiárido prescinde de ações estruturantes e articuladas que promovam a melhoria efetiva da qualidade de vida da população, sob o risco de não se tornar um discurso vazio (SILVA, 2006, p. 208).

Nos últimos anos, a sociedade civil tem conseguido sensibilizar instâncias do poder público que têm se tornado parceiras na construção do paradigma de convivência com o semiárido, através da adoção de alternativas adaptadas ao contexto Semiárido e a implementação de programas conjuntos que foram transformados em políticas públicas. Isso significou uma grande vitória da mobilização popular e da organização popular ao longo dos anos, pois essas tecnologias sociais, embora sejam simples e de baixo custo propiciam um resultado imensurável na vida das famílias beneficiadas.

Por outro lado, ainda que alterações significativas estejam acontecendo no campo da ação governamental e na própria narrativa discursiva dos órgãos públicos, Silva (2008) ressalva atitudes paradoxais²³ no interior das ações com permanências de práticas equivocadas e questionáveis:

[...] mesmo renovando os discursos, com a incorporação das dimensões de inclusão social e da sustentabilidade, permaneceu a perspectiva de solucionar os problemas regionais com a implantação das grandes obras hídricas para a moderna produção irrigada, geralmente orientada para o mercado externo (SILVA, 2006, p. 81).

Trata-se de um desafio a ser enfrentado. No entanto, a lógica que está em construção, protagonizada pela Articulação do Semiárido, pode ser compreendida como prisma inaugural de um novo discurso sobre a região à medida que procura desconstruir o mito de lugar inóspito edificado ao longo dos tempos e afirmar uma nova identidade para esse lugar.

Verificamos que o discurso da convivência com o semiárido traz em sua formulação, a ressignificação de um discurso sobre essa região. Um discurso esperançoso e encorajador e positivo, conforme é ilustrado pela campanha “Clima de Otimismo no Semi-Árido”, realizada pela ASA em 2006. O objetivo da ofensiva foi sensibilizar a população brasileira para a possibilidade de desenvolvimento de um semiárido digno para sua gente e próspero. Além disso, teve como propósito conquistar novos apoiadores e arrecadar recursos para a construção de cisternas.

²³ É o caso do Projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco. A proposta vem de longa data, remete ao governo de Dom Pedro II, mas nunca havia sido colocado em prática em razão da pressão popular e das divergências. A justificativa do projeto é levar água para milhares de famílias. As organizações discordantes consideram a obra um megaprojeto que desrespeita o meio ambiente, exclui a população mais necessitada e beneficia o agronegócio. Consideram ainda que o valor total a ser investido, um montante avaliado em R\$ 5 bi, poderia ser aplicado em ações sustentáveis de curto prazo, com respostas imediatas, sem agredir o meio ambiente.



Figura 1. Peça da Campanha Clima de otimismo no Semi-Árido

A disseminação de um “novo Semiárido” aparece com ênfase em todas as peças informativas da organização, apostando na valorização dos personagens da região como protagonistas dessa empreitada e destacando as iniciativas populares construídas. Na imagem acima, a outrora cinzenta paisagem cede lugar ao verdejante campo de hortaliças, insinuando as potencialidades da terra.

Podemos interpretar que a estratégia traçada pela ASA demonstra a sua preocupação em produzir novos enunciados e fazer o contradiscurso. Como argumentou Foucault (2005, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Portanto, ao explorar esses sentidos, a ASA reconhece o discurso como um campo de luta importante na formação imaginária da sociedade. Esse discurso não é vazio, está alinhado às diversas práticas que vêm sendo experimentadas na região, algumas das quais procuramos apresentar a seguir.

2.4 Práticas sociais na construção do novo Semiárido

Anteriormente discorremos sobre a emergência do paradigma de *Convivência com o semiárido*, conceito que se tornou emblemático na luta dos movimentos populares do Semiárido e expressão-chave para compreensão das novas dinâmicas estabelecidas na região. Nesta seção, abordaremos as principais ações e ideias contidas nesta concepção relatando algumas experiências que sustentam esse paradigma e colaboram para o agendamento de uma nova imagem sobre essa região. Dentro do leque de atuação da Asa e com base na escolha dos eixos de debate da comemoração dos 10 anos de atuação da entidade, realizada em março deste ano na cidade baiana de Juazeiro, destacaremos sete temas transversais que contemplam seu campo de trabalho, a saber: acesso à água, acesso à terra, segurança e soberania alimentar, economia popular solidária, educação contextualizada, organização e direito das mulheres e biodiversidade. No entanto, aprofundaremos as experiências que consideramos essenciais para a construção do paradigma da convivência com o semiárido: O Programa Um Milhão de Cisternas, o Programa P1+2, a Educação Contextualizada e a Comunicação.

2.4.1 Tecnologias de convivência e mobilização social

Como vimos anteriormente, a luta para dar visibilidade aos desafios do semiárido e assegurar as condições necessárias à sobrevivência da sua população tem sido travada há muitos anos por organizações presentes na região. Portanto, se no período mais recente da democracia brasileira as estratégias de desenvolvimento no semiárido possibilitaram avanços significativos com a implementação das políticas públicas para essa região, podemos afirmar que elas são, em grande parte, vitória das organizações da sociedade civil. Isso se deve, sobretudo, às experiências realizadas por essas entidades na busca de soluções para minimizar problemas diários e que ganharam o reconhecimento público.

Essa rede de organizações diversas criou um leque de tecnologias sociais²⁴ que são consideradas como ferramentas promotoras de inclusão social, favorecendo a melhoria das condições de vida da população. Assim, iniciativas populares desenvolvidas por gente simples e comum, mas com resultados efetivos e concretos, têm sido testadas e aplicadas em prol da sustentabilidade ambiental e da melhoria da qualidade do povo sertanejo. Trata-se de uma série de alternativas denominadas de tecnologias sociais que, experimentadas e colocadas a

²⁴ As organizações da Asa desenvolveram cerca de 40 tecnologias sociais (MALVEZZI, 2007).

serviço dessa região, formam o arcabouço mais amplo da convivência com o semiárido. Por tecnologias sociais se compreende “práticas de intervenções sociais que se destacam pelo seu êxito na melhoria das condições de vida da população, construindo soluções que se relacionam estreitamente com a realidade dos locais ao qual se aplicam” (ITS, 2004).

2.4.2 Acesso à água

Embora o semiárido brasileiro seja o mais chuvoso do mundo, o acesso à água sempre foi um dos principais problemas enfrentados pela sua população. Deve-se isso a fatores de cunho geográfico, social, político e cultural, conforme explicitado no capítulo primeiro. O clima da região é caracterizado por temperatura elevada e alto índice de evapotranspiração. As precipitações chuvosas são inferiores a 800 mm por ano e acontecem em períodos irregulares. Além disso, aproximadamente 80% do solo da região é formado por rochas cristalinas que dificultam a acumulação de água (CONHECENDO O SEMI-ÁRIDO, 2007, p. 12-13). Por outro lado, a falta de políticas públicas de armazenamento do líquido, aliado às práticas assistencialistas e pontuais dos sucessivos governos, resultou num quadro de dependência das comunidades às oligarquias regionais que controlavam as principais fontes de água.

Compreendendo a democratização da água como primordial para a libertação das famílias do poderio local e como um direito estabelecido na Constituição brasileira, a ASA luta pela universalização desse bem. Desde a sua constituição, a entidade defende a construção de cisternas de placas como uma ferramenta para a garantia do direito humano à água. Dentre as tecnologias sociais mais conhecidas, a cisterna de placas é invento que se tornou símbolo da convivência com o semiárido por todo o simbolismo que a água representa na vida dos sertanejos e sertanejas. A cisterna é um reservatório, geralmente construído em formato cilíndrico, que serve para captação e armazenamento de água. Sua capacidade de guardar em média 16 mil litros de água garante água de beber para uma família por cerca de um ano.

No contexto da convivência com o semiárido, o projeto de maior envergadura é o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). A proposta foi elaborada entre os anos 2000 e 2001 por organizações sociais, mediante reuniões e consultas que envolveram 11 estados da federação.

Trata-se de uma iniciativa que visa à construção de um milhão de reservatórios para famílias sertanejas, combinando um intenso processo de formação para a convivência com o ecossistema semiárido e a aplicação de um conjunto de tecnologias sociais populares (P1MC, 2003). Com isso, o P1MC incide em questões que sempre marcaram a vida da população semiárida, ter água suficiente para beber nos tempos de estiagem prolongada e proporcionar a emancipação dos sujeitos ao sistema político, contribuindo para a ruptura com aquilo que se convencionou chamar de “Indústria da Seca”. Essa ação tem grande impacto na vida do sertanejo, uma vez que a água sempre foi usada como meio de submissão da população às oligarquias que a utilizam como moeda de troca para obter vantagens e se perpetuarem no poder.

O P1MC teve início em julho de 2003 e além da construção dos reservatórios envolve a formação continuada das famílias beneficiadas, o que inclui o gerenciamento dos recursos hídricos, o fortalecimento da sociedade civil organizada e a autonomia dos agricultores familiares. Para o gerenciamento dos recursos foi criada, ainda no ano de 2003, a Associação do Programa Um Milhão de Cisternas, uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), ligada à ASA.

Além do apoio da cooperação internacional e de setores da iniciativa privada, nos últimos anos, o programa conseguiu obter o apoio governamental e passou a ter status de política pública. Até o mês de outubro de 2010, aproximadamente 300 mil cisternas haviam sido construídas, resultado do conjunto de esforços que tem se realizado em torno da viabilização da proposta de democratização do acesso à água.

O P1MC tem favorecido a qualidade de vida das populações beneficiadas:

O Programa Um Milhão de Cisternas vem provocando mudanças sociais, políticas e econômicas significativas na região semiárida. O aumento da frequência escolar, a diminuição do número de pessoas com doenças, como diarreia, cólera, hepatite A e a esquistossomose, em virtude do consumo da água contaminada; a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres nas atividades domésticas; e a geração de emprego, trabalho e renda para os moradores das comunidades (ASA, 2010, p. 14).

O P1MC é orientado por uma série de princípios que procuram nortear a ação de convivência com o semiárido protagonizada pela ASA: Gestão compartilhada, Parceria,

Descentralização e Participação, Mobilização Social, Educação-cidadã, Direito Social, Desenvolvimento Sustentável, Fortalecimento Social e Emancipação. Tem como objetivo:

[...] “criar uma nova visão a respeito do embate secular entre a população sertaneja e seu meio ambiente, mediado pelas políticas públicas assistencialistas voltadas para combater as secas do Nordeste. A proposta é antes de tudo, uma busca de estabelecer outra visão sobre as possibilidades de convivência entre o povo do semi-árido e seu habitat” (PROGRAMA DE FORMAÇÃO, 2003, p. 12).

Além das cisternas, as barragens subterrâneas, os tanques de pedra e outras ações contribuem para as comunidades rurais do Semiárido.

2.4.3 Acesso à terra

A concentração das terras nas mãos de poucas famílias é uma das marcas das desigualdades no Brasil, em particular na região semiárida do país, que persiste ainda hoje. Esse quadro remonta à colonização brasileira, quando a maioria da população foi excluída do direito à propriedade tornando-se dependente da caridade dos grandes latifundiários que exerciam controle e poder dos meios de produção. Essa relação feudalista, baseada na concessão do uso das terras e na exploração da mão de obra, influenciou diretamente na má distribuição de renda, ampliando gradualmente a pobreza e o quadro de miséria das populações camponesas.

A valorização do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, proporcionada pelas políticas equivocadas postas em funcionamento por governos diversos, conseqüentemente, aumentou a pobreza e a insegurança alimentar e nutricional. Enfrentar essa realidade de exclusão em que vivem milhões de famílias para a ASA implica num reordenamento fundiário e na adoção de uma série de políticas transversais (ASA, 2010).

Dentro desse contexto, uma das iniciativas gerida pela Asa é o Programa Uma Terra e Duas Águas, batizado sob a sigla P1+2. Inserido na linha do Programa de Formação e Mobilização da Asa, o projeto surgiu de ideia inspirada numa experiência chinesa, que consiste em dotar cada família com uma pequena propriedade de terra e duas fontes de água, uma para beber e outra para produção (MALVEZZI, 2007). O objetivo da ação é promover a

segurança alimentar das famílias e fomentar a geração de renda, com o manejo e uso de modo sustentável da terra e da água para produção de alimentos. Para isso, o P1+2 utiliza como tecnologias sociais: Barragem subterrânea, Tanque de Pedra ou Caldeirão, Cisterna Calçada e Bomba d'água popular.

2.4.4 Segurança e Soberania Alimentar

Compreende-se por Segurança Alimentar o direito de cada cidadão e cidadã de ter “acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”, conforme artigo 3º da Lei de Segurança Alimentar. Já a soberania alimentar refere-se ao direito que cada país tem de definir e traçar suas estratégias de produção, distribuição e consumo dos alimentos, respeitando a diversidade ambiental e cultural dos seus povos e garantindo a toda a sua população o direito humano à alimentação (DOCUMENTO BASE, 2007).

No entendimento da ASA, nos últimos anos, a segurança e a soberania alimentar brasileiras têm sido ameaçadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista que se instaurou em todo o mundo no bojo do processo de globalização. Além de incorrer no aumento da fome, haja vista o preço dos produtos alimentícios, a entrada de alimentos estrangeiros no país incorporou mudanças na cultura alimentar dos povos e enseja uma forma de dominação.

Para inverter esse processo compreende-se que é necessário investir em políticas públicas, sobretudo no desenvolvimento dos sistemas familiares de produção que hoje respondem por 70% da alimentação que chega à mesa dos brasileiros. A agricultura familiar é hoje a principal atividade econômica que envolve as famílias rurais do semiárido. Uma das conquistas recentes é a Política Nacional de Segurança Alimentar que estabeleceu as diretrizes e ações que o governo brasileiro deve tomar na direção do fortalecimento do setor.

Em se tratando do Semiárido, conforme vimos anteriormente, os problemas seculares do Brasil no que concerne à sua estrutura fundiária, comprometem fundamentalmente a

garantia dessa premissa, uma vez que grande parte da população não dispõe de água e terra suficiente para o cultivo de alimentos. Entre as ações da Asa está a capacitação das famílias para a estocagem de alimentos e armazenamento de água, garantindo assim a segurança alimentar e nutricional. Várias tecnologias, como a cisterna calçadão, barragens subterrâneas e os tanques de pedras, possibilitam a produção de base familiar. Por meio desses mecanismos, elas também são incentivadas a valorizar as plantas locais e cultivar de forma sustentável sem degradar o meio ambiente em que vivem. Assim, podem produzir alimentos de qualidade respeitando a cultura alimentar da região (RIQUEZAS, 2010a).

2.4.5 Economia Popular e solidária

Outro eixo trabalhado pela Articulação do Semiárido é a economia popular e solidária. Trata-se de uma forma de organização das atividades econômicas de uma determinada comunidade que se baseia em princípios cooperativistas e solidários. Nesse modelo, o trabalho é realizado de forma participativa e compartilhada e os resultados são divididos de forma igualitária entre os seus participantes. Os empreendimentos econômicos solidários configuram-se como alternativas de geração de emprego e renda para diversas famílias, pois de forma coletiva essas pessoas podem conseguir melhores condições de acesso aos mercados de comercialização, mais facilidade para obtenção de crédito, além de estarem inseridas num sistema de desenvolvimento sustentável. Fazem parte desse ramo de atividade os fundos rotativos solidários, as cooperativas, os bancos de sementes, entre outras organizações.

2.4.6 Educação Contextualizada com o Semiárido

O processo educativo é um elemento determinante da formação cultural e imaginária da sociedade. Nesse aspecto, a ASA também procura desenvolver e apoiar iniciativas de educação contextualizada²⁵ que tem na linha de frente da sua prática pedagógica o respeito aos valores sociais, culturais, ambientais e a realidade dos educandos. No Semiárido, a noção de educação contextualizada ganha contornos ainda mais significativos, uma vez que os estereótipos de pobreza, atraso e miséria, foram amplamente difundidos sobre a região.

²⁵ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 2006) promulgada em 20 de dezembro de 1996, prevê que, na oferta da educação básica para a comunidade rural, os sistemas de ensino poderão adaptar conteúdos curriculares e metodologias aplicadas às reais necessidades e interesses dos alunos do campo e às peculiaridades da região.

Dentro da perspectiva de inversão desses sentidos, os conteúdos valorizam os saberes locais e as possibilidades existentes diante das adversidades climáticas e ambientais. Tal prática contribui para a construção e consolidação do paradigma da convivência com o semiárido, com a formação de sujeitos sociais que tendem a ser mais conscientes e autônomos.

Embora diversas experiências em curso já existissem espalhadas pelas áreas do semiárido, a luta pela educação contextualizada de forma mais sistemática tomou corpo no final dos anos 90, primeiro durante a realização do Simpósio Escola e Convivência com a Seca, na cidade de Juazeiro na Bahia, evento apoiado pelo Projeto Nordeste, pela UNDIME e pelo UNICEF. No ano de 2000, a cidade foi novamente palco do I Seminário de Educação no Contexto do Semi-Árido Brasileiro do qual saiu um documento onde as diversas representações presentes se comprometeram a manter e ampliar as discussões com vistas a propor uma ação coordenada. O objetivo principal naquela época e ainda hoje visa garantir políticas públicas para qualificar o ensino e os sistemas educacionais do Semiárido brasileiro.

A educação contextualizada é hoje uma das principais propostas defendidas pelos movimentos sociais que atuam no Semi-árido, incentivando novas práticas educativas nos espaços formais de educação e na formação de lideranças comunitárias. A educação contextualizada é concebida como um processo dinâmico de construção de conhecimentos e atitudes dos seres humanos, considerando o ambiente no qual está inserido. A intenção é formar pessoas (crianças, jovens e adultos) que atuem como agentes multiplicadores de novas visões (conhecimentos) e de novas práticas apropriadas a essa realidade, explicitando suas potencialidades sem omitir as fragilidades dos seus ecossistemas (SILVA, 2006, p.255).

Foi a partir dessa perspectiva que se criou as bases para a criação da Rede de Educação do Semiárido (RESAB), concebida como um espaço de articulação política regional da sociedade organizada formada por instituições governamentais e não-governamentais, que atuam em prol da Educação no Semiárido brasileiro.

Entre os problemas para os quais a organização chama a atenção está a necessidade de construção de outro olhar para a região, pois, segundo ela, o imaginário da seca serve de artifício para deslocar um debate mais amplo, como a concentração de terra e a falta de acesso à água, que tem como graves conseqüências a pobreza enfrentada por milhares de famílias tanto no campo como nas cidades (I ENCONASA, 2006).

Dentre os ideais defendidos pela RESAB destaca-se: “A luta por um semi-árido justo e igualitário, com reais condições de inclusão de toda a sua população através de políticas

públicas apropriadas e que sejam capazes de responder às demandas dos povos do semi-árido”. A política pública educacional da entidade é pautada pelos princípios citados abaixo:

- Gestão democrática garantindo a plena participação dos vários setores, atores e atrizes na sua execução;
- Sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural como pilares dos processos e projetos educacionais;
- Formação contextualizada e integral de educadores e educadoras abrangendo os aspectos socioculturais, político e ambientais do semi-árido;
- Re-orientação curricular que valorize o diálogo permanente dos saberes locais com o universal;
- Materiais didáticos pedagógicos re-significando os discursos e imagens atribuídas ao nordeste e ao semi-árido;
- Respeito e promoção dos direitos humanos, do meio ambiente e dos princípios e direitos constitucionais;
- Aplicabilidade dos instrumentos legais que visam à construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade no Semiárido e no Brasil;

2.4.7 Organização e direito das mulheres

A promoção da igualdade de gênero também é parte integrante das preocupações da Articulação do Semiárido e das suas políticas em prol da construção de um novo modelo de desenvolvimento para a região. Assim como em todo o tecido social, as mulheres sofreram as consequências de um modelo patriarcal e excludente que subestima o papel feminino e sua contribuição social. No semiárido, a cultura machista impõe desafios ainda maiores, conforme atesta a Declaração do Semi-Árido elaborada em 1999. O documento já colocava no centro das discussões situações que secundarizavam a mulher e contribuía para a sua inferiorização:

[...] muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens. Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos

conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania (DECLARAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO, 2010).

Dentre os principais obstáculos enfrentados, em se tratando da mulher rural, está a opressão da divisão sexual do trabalho, expressa na invisibilidade da sua força produtiva, levando-se em consideração que as tarefas realizadas por elas tanto na lavoura como em casa não são valorizadas. Assim sendo, ela não é considerada como parte responsável pela geração de renda da família, tendo pouco poder de decisão no emprego dos recursos obtidos pela família. Atesta-se, além disso, que grande parte das mulheres não tem sequer documentação civil, dificultando o acesso aos programas governamentais e aos direitos sociais garantidos pela constituição. Outro papel geralmente atribuído às mulheres é a educação dos filhos e os cuidados domésticos, acrescentando-se aí a tarefa de prover a casa com água, como se isso naturalmente fosse “coisa de mulher”.

Na perspectiva da convivência com o semiárido, as mulheres são estimuladas e capacitadas para participarem dos processos decisórios e ampliem a consciência do seu poder e papel na construção do desenvolvimento local. Para isso, apresenta-se como essencial a formação crítica e o aprendizado sobre os seus direitos sociais:

Entendemos que a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável e de convivência com o Semi-Árido, passa pelo reconhecimento da situação de opressão e subordinação em que vivem as mulheres. A ação transformadora dessa realidade pressupõe a perspectiva de gênero como ação estruturante, a incorporação da luta pelos direitos das mulheres e a sua constituição como sujeitos políticos (CARTA POLÍTICA DE GÊNERO, 2006)

As tecnologias sociais também possibilitam, nesse contexto, uma nova forma de relacionamento das mulheres com o mundo que a cerca. Destacam-se, por exemplo, as cisternas que propiciam maior liberdade às mulheres, já que estas já não precisam percorrer longas distâncias para buscar água; as tecnologias que permitem o desenvolvimento de atividades agrícolas, criando alternativas econômicas para essa população. Além disso, com mais tempo livre, as mulheres podem fazer parte de espaços de debates e assim, empoderar-se social e politicamente, participando das decisões que afetam a sua vida e a sua realidade.

2.4.8 Biodiversidade

O Semiárido brasileiro é composto por uma ampla variedade de plantas e espécies animais que conseguem sobreviver de forma adaptada, superando as adversidades ambientais e climáticas. Ao conjunto de seres vivos presentes numa determinada região dá-se o nome de biodiversidade. Quando esses recursos naturais são manejados de forma inapropriada, pode ocorrer o desequilíbrio ambiental, responsável por desencadear uma série de mudanças na vida do homem e do planeta. A preservação da biodiversidade do semiárido é uma das preocupações das organizações da ASA, por ser essa uma área suscetível à desertificação. O trabalho de conscientização é realizado através do estímulo aos agricultores para o uso de práticas agroecológicas, o cultivo de espécies nativas, o armazenamento das sementes nativas. As práticas são norteadas pelo princípio de que é possível conciliar o desenvolvimento sustentável com a proteção da natureza e dos recursos naturais (RIQUEZAS, 2010b).

Vimos que a Convivência com o Semiárido envolve diversos aspectos e se transforma numa proposta ampla de remodelamento das práticas agrícolas, sociais, culturais, educacionais e políticas. No capítulo seguinte, discutiremos os múltiplos enfoques e sentidos atribuídos pelos sujeitos no que se refere a essa paradigma, a partir das informações coletadas e dos dados examinados.

CAPÍTULO 3

MÚLTIPLOS DIZERES E PERCEPÇÕES SOBRE A CONVIVÊNCIA

“O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”
26

Neste capítulo, faremos uma rápida contextualização sobre a região semiárida da Bahia e em seguida procedemos à análise do corpus com o objetivo de examinar a construção discursiva sobre esse recorte com base no paradigma da Convivência. Nesta perspectiva, observamos como o discurso trazido à tona pelos movimentos sociais e seus atores reelaboram e reconceituam a ideia desse lugar, imprimindo-lhe novas significações simbólicas, apesar dos desafios que ainda se impõem em decorrência do modelo hegemônico de desenvolvimento vigente. As transformações ocorrem, contudo, a partir das múltiplas possibilidades emersas do convívio com o ambiente, da construção de tecnologias alternativas resultantes desse profícuo processo de aprendizado e das políticas emancipatórias que começam a redesenhar um novo espaço semiárido. Mas, não obstante à manifestação de um certo *deslocamento* no discurso sobre esse lugar, ele permanece marcado pelas disputas que historicamente permearam as relações de poder e pelo conservadorismo das ações implementadas.

3.1 A Bahia no contexto do semiárido

Quinto em extensão no país, a Bahia é o maior estado da federação inserido no mapa do semiárido brasileiro. Responde por mais de 23% do total de municípios dessa região e suas terras representam 40% de toda a área territorial que é de 969.589,4 km ou 11% de todo o território nacional. Quando partimos para uma análise estadual, os dados são ainda mais significativos. Dos seus 417 municípios, 265 estão localizados neste bioma, ou seja, 64% do total, o que compreende uma área de 393.056,1 km². Isso significa algo em torno de 70% da extensão territorial da Bahia que totaliza 564.692,67 km². Seu território abriga um contingente

²⁶ (FAIRCLOUGH, 2001, p.91)

de 6,5 milhões de habitantes, aproximadamente 50% da população do estado e 31% de todo o semiárido nordestino²⁷.

As regiões semiáridas, em geral, se caracterizam pela miscelânea de climas e vegetações não sendo possível, dessa forma, considerá-las como áreas homogêneas, mas como um sistema complexo e diversificado, singular na flora, fauna e na pluralidade das populações que habitam suas terras. Em virtude desses aspectos, portanto, não se pode falar na existência de um “semiárido”, mas de “semiáridos”. Uma pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), por exemplo, demonstrou a diversidade do ecossistema dessa região onde foram catalogados pelo menos 172 sistemas geoambientais.

Avaliando a Bahia, podemos afirmar que a sua porção semiárida é, de fato, bem diversificada. Uma análise dos municípios que compõem a cartografia dessa região no estado mostra que ela é reúnem áreas com feições extremamente diferentes: a Chapada Diamantina, que abriga as principais reservas verdes do estado e se configura como um importante pólo turístico; a região do Vale do São Francisco, conhecida pela produção vinícola tipo exportação; até áreas que concentram os municípios com os piores IDHs do Estado, como a região do Território Semi-Árido Nordeste II, cuja paisagem está mais relacionada à vegetação caatinga e o clima mais quente, próprios do semiárido; além de outras áreas.

Quando se observa o viés econômico também aparecem as diferenciações. “O Semi-Árido baiano não se constitui numa região homogênea. Ao contrário, trata-se de uma região na qual a diferenciação dos espaços é bastante evidente, com discrepâncias acentuadas nos indicadores sócio-econômicos” (ESTRUTURAS ECONÔMICAS, 2008). A partir desse diagnóstico e dos elementos anteriormente vislumbrados (bem como das disputas políticas de cada área), reitera-se que o desenvolvimento socioeconômico e cultural não conseguiu acompanhar a dimensão geográfica desta região, revelando que as intervenções estatais postas em prática no chamado semiárido baiano, assim como no restante do semiárido brasileiro, não incidiram na superação de problemas estruturais que perduram ao longo dos anos. Com efeito, isso se traduz nos indicadores sociais e na permanência da estrutura social conservadora, excludente e opressora. A concentração do Produto Interno Bruto (PIB)²⁸ na capital e seu

²⁷ Os dados constam no Relatório Estruturas econômicas da Região Semiárida Baiana, elaborado pelo Desenbahia (ESTRUTURAS ECONÔMICAS, 2008).

²⁸ O PIB do Semi-Árido baiano representa 26,2% do agregado do estado, segundo dados de 2005 (ESTRUTURAS ECONÔMICAS, 2008).

entorno é outro exemplo que ilustra a discrepância da mencionada região frente às outras áreas do estado.

De forma demasiadamente simplificada, Sampaio atribui o subdesenvolvimento do semiárido ao papel secundarista exercido por ele, o que, na sua opinião, tem servido como “apêndice ao modelo econômico exportacionista e a economia criatória”, aliado às suas condições ambientais consideradas não propícias para o fomento de atividades econômicas (2008, p. 221). Num giro pelas políticas governamentais adotadas na região, o autor pontua que o primeiro grande esforço do Estado para alavancar o desenvolvimento dessa área, embora tenha se concentrado nos mais importantes centros urbanos, foi a atração de indústrias no início de 1970. Como resultado dessa operação, em meados da década de 1980, a região chegou a responder pela metade dos empreendimentos industriais da Bahia, embora isso não tivesse refletido num aumento significativo do PIB.

[...] o setor industrial terminou, de fato, por contribuir muito pouco para desenvolver o interior baiano e, em particular, a região semi-árida. No decurso das últimas décadas os capitais foram direcionados de maneira mais expressiva para os territórios do estado que já apresentavam maior desenvolvimento econômico, como a RMS e o Pólo Petroquímico de Camaçari (SAMPAIO, 2008, p. 217).

O fraco desempenho econômico, então, teria sido um dos fatores que ocasionaram o redirecionamento dos investimentos para a capital Salvador e área metropolitana, o que evidencia o fracasso das ações que não levam em consideração a vocação e as especificidades de cada região. Essa questão acaba por apontar a necessidade da reavaliação das demais políticas implementadas e que resultaram num déficit de desigualdade ainda expressivo nos dias atuais em todas as esferas.

Além de ter sido deixado à margem do desenvolvimento econômico e das suas benesses, em outro aspecto o semiárido baiano também sofreu restrições. Podemos citar, por exemplo, o silenciamento e a invisibilidade da sua riqueza cultural. Basta observarmos as políticas culturais estatais, submetidas durante as últimas décadas ao setor do turismo, para verificarmos que a estratégia adotada na publicização do estado assumiu uma lógica marcadamente capitalista e excludente. Ela se configurou na supervalorização das manifestações culturais e artísticas da Região Metropolitana de Salvador e do Recôncavo, em detrimento daquelas situadas fora desse eixo.

A propaganda em verso e prosa “terra da felicidade” não podia ser vinculada a evocações de “atraso, pobreza, incivilidade”, representadas pela sua região semiárida²⁹. Essa porção da Bahia destoava do modelo publicitário construído e apresentado para o país e para o mundo. A imagem do estado, pautado na concepção da baianidade³⁰ não comportava esse “lugar inculto, indócil”.

Tal espaço era dissonante do mapa de significados forjado e agenciado pela publicidade, mesmo sendo este calcado na mistura cultural, na diversidade de povos e raças que constituíram o estado. Baianidade é aí associada ao texto identitário construído por meio de “representações simbólicas e estéticas produzidas por uma variedade de artistas, intelectuais e agentes políticos, baianos e não-baianos, através do qual se definiu o que deve ser lembrado/evidenciado” (MOURA apud VASCONCELOS, 2007, p. 22).

Essa discussão nos remete à ideia de região apresentada no primeiro capítulo, a partir das elucidações traçadas por Bourdieu no tocante ao *discurso performativo*. Com base nos preceitos apresentados pelo pesquisador, consideramos que a Bahia, longe de ser um mero recorte político-administrativo, também é resultado das relações de poder em embate no jogo de forças sociais³¹. Portanto, tal construção apresentada anteriormente, pode-se dizer, foi confeccionada por aqueles que detiveram a prerrogativa de atuar como legítimos porta-vozes, falando por e pela região, instaurando os sentidos culturais e simbólicos que lhes reveste.

Vasconcelos (2007)³² afirma que, por meio de vários dispositivos e atores sociais, o discurso da baianidade foi urdido tomando apenas como referência Salvador e Recôncavo, considerados metonimicamente como síntese da Bahia, embora ela seja tão plural e diversa.

²⁹Somente a partir de 2007, com a desvinculação da Secretaria de Cultura e Turismo, foi adotada uma concepção de política cultural que buscou descentralizar os recursos da cultura. Os grupos e artistas do interior puderam acessar mais os investimentos para a área. As expressões identitárias do semiárido baiano e as identidades de todo o território baiano tiveram mais visibilidade. De forma inédita, o próprio Ministério da Cultura lançou o Edital de Microprojetos Culturais para o Semiárido, onde 211 municípios situados na área semiárida do estado foram contemplados com 243 projetos (BALANÇO, 2010).

³⁰ Vasconcelos (2007, pág. 94) aponta outras personalidades que se tornaram referência na construção dessa ideia, a exemplo do cantor e compositor Dorival Caymmi, do artista plástico Caribé (Hector Julio Páride Bernabó) e do fotógrafo Pierre Verger, figuras que influenciaram gerações posteriores que levaram adiante essa concepção de Bahia. Essa concepção também encontrou respaldo nas políticas do turismo implementadas durante as sucessivas gestões do Estado.

³¹A Bahia possui mais de 20 regionalizações, criadas por órgãos federais e estaduais para atender demandas específicas. A partir do atual governo foi tomada como parâmetro a divisão por Território de Identidade, na qual a Bahia foi recortada em 26 áreas, seguindo orientação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

³² As considerações da autora estão presentes na pesquisa realizada para a dissertação de Mestrado intitulada “Ser-tão: o lugar da sertanidade na configuração da identidade baiana” defendida em 2007 no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia.

Essa visão é reforçada ao se produzir uma imagem hegemônica e oficial do estado, em que as belezas e os elementos ligados à modernidade se concentram em um só espaço – a capital e seu Recôncavo –, em contraponto a toda uma região culturalmente muito rica que passa a ser um desconhecido dentro de um mesmo território (estado) (VASCONCELOS, 2007, p. 23).

De tal modo, omitiu-se outro lugar, o semiárido, visto como uma terra alheia, maculada pelo imaginário da miséria e do arcaico, qualificações constitutivas de uma visão reducionista e preconceituosa em relação a esse espaço. Há que se fazer um parêntese aqui para destacar que, embora diversos municípios situados na região da Chapada Diamantina sejam pertencentes ao semiárido, esse ‘detalhe’ passa despercebido, pois semiárido está associado a outro tipo de imagem, que nem de longe remete a essa região paradisíaca.

Em se tratando de políticas públicas específicas de convivência³³ para o semiárido, Nascimento (2007, p.225) assinala que as informações disponíveis na última década são insuficientes para montar um quadro das intervenções realizadas em âmbito estadual. No entanto, com base nas comunicações oficiais, o atual governo defende que tem colocado essa área rol de suas prioridades.

Nos últimos quatro anos, houve foco especial no semiárido baiano, região que concentra os piores indicadores socioeconômicos do Estado. Formado por 265 municípios, o semiárido é, historicamente, a região onde é precária a oferta de serviços de saúde, educação, água potável, assistência social e infraestrutura (BALANÇO, 2010, p. 139).

O discurso governamental demonstra uma tendência verificada em nível nacional, que é o retorno pulsante do semiárido à agenda dos debates políticos, à semelhança do que ocorreu anteriormente com a região Nordeste. Porém, é preciso analisar se a noção de convivência com o semiárido, que vem se tornando cada vez mais “lugar-comum” na voz de agentes políticos, é empregada na abordagem mais ampla que o paradigma propõe ou fica circunscrita somente ao aspecto economicista.

Nos últimos anos, ações inseridas nos princípios da convivência e realizadas pelo Governo do Estado, foram referenciadas em experiências exitosas³⁴, experimentadas e

³³Embora concordemos com o autor quando ele afirma que a convivência é uma estratégia de desenvolvimento, a perspectiva adotada na pesquisa concebe a convivência de forma mais ampliada, como um conjunto de ações e propostas que concilia vários eixos, conforme vimos na seção anterior.

³⁴Um dos exemplos é o Água Para Todos que está sendo implementado em âmbito estadual, baseado no modelo de construção de cisternas iniciado pelo PIMC em 2003.

pautadas pela sociedade civil organizada para serem adotadas políticas públicas. Atualmente, entidades ligadas à Articulação do Semiárido na Bahia são executoras de alguns desses projetos estatais, conquistados através da seleção de editais públicos e firmação de convênios, a exemplo do Projeto Aguadas³⁵ e do Projeto Cisterna nas Escolas³⁶.

É necessário ressaltar, no entanto, que figuras³⁷ oriundas de entidades que integram a ASA/BA conquistaram postos de destaque em áreas estratégicas do governo baiano sob a gestão Jaques Wagner, alguns dos quais podem ser citados: a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação; a Superintendência da Agricultura Familiar, autarquia da Secretaria Estadual de Agricultura, e a coordenação do Programa Água Para Todos, principal plataforma da campanha política de 2006, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Já em âmbito federal, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e responsável por articular os principais programas destinados à promoção do desenvolvimento rural sustentável, é comandada desde o início da gestão da presidenta Dilma Rousseff por uma liderança vinculada à rede ASA.

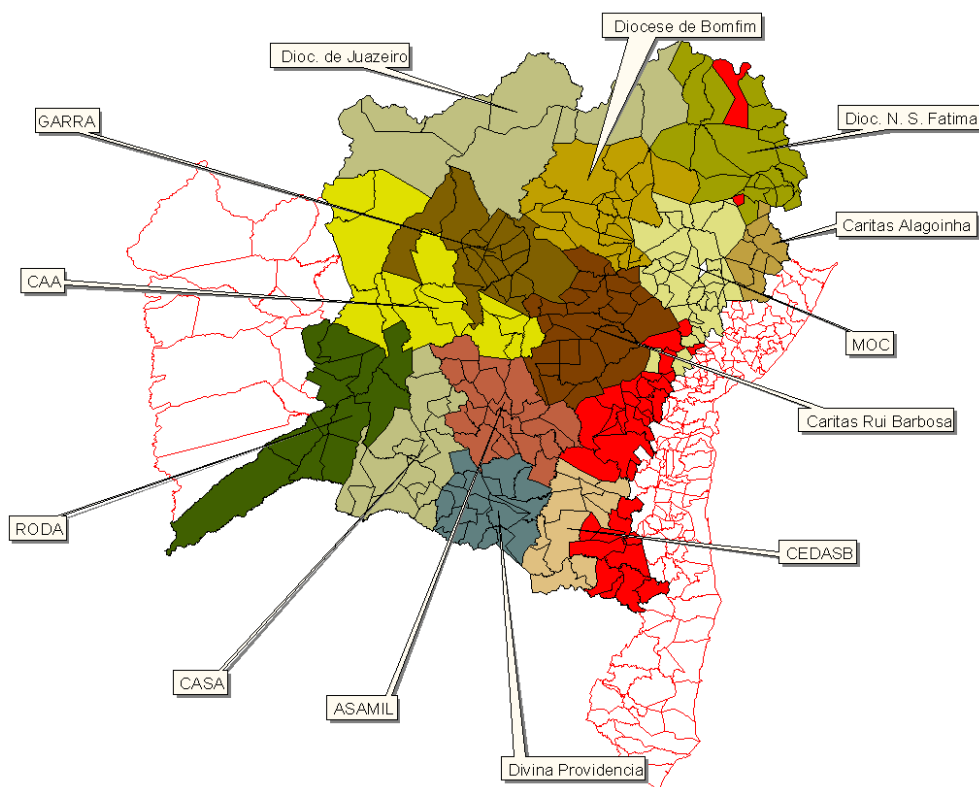
A ASA está presente em praticamente todo o território baiano através das suas organizações: Diocese de Juazeiro, Diocese de Senhor do Bonfim, a Cáritas de Alagoinhas, a Cáritas de Ruy Barbosa, o Movimento de Organização Comunitária (MOC), o Instituto Regional da Pequena Propriedade Apropriada (IRPAA), o Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste Baiano (CEDASB), a Divina Providência, a Associação de Solidariedade e Apoio aos Militares, Pensionistas e Ex-Militares do Sertão (ASAmil), a CASA, a RODA (Rede de Organização em Defesa das Águas), o Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) e o GARRA (Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental).

³⁵ O projeto Aguadas envolve diversas ações que têm como foco a melhoria da oferta hídrica nos municípios do semiárido. São realizados serviços de limpeza de aguadas (reservatórios de água), construção de cisternas e barreiros-trincheiras, equipamentos que garantem o armazenamento de água para produção de alimentos e criação de animais. O projeto é desenvolvido pelo Centro de Assessoria de Assuruá (CAA) e o Instituto de Gestão de Águas e Clima (Ingá), com a parceria de mais 08 entidades vinculadas à Articulação no Semiárido Brasileiro na Bahia (CAA, 2011).

³⁶ Trata-se de um projeto desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Educação, e executado pelas entidades da Asa. O projeto, cujo piloto foi testado na Bahia e depois levado para outros estados do Nordeste, tem como objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças em idade escolar, incidindo na melhoria do aproveitamento pedagógico. Para isso, são construídas cisternas nas escolas rurais de municípios do semiárido, tanto para armazenamento de água para o consumo humano quanto para a produção de alimentos. A ação beneficia estudantes e famílias que habitam no entorno da instituição escolar. Na Bahia, o programa está sendo implantado em 13 municípios (CAA, 2011).

³⁷ Respectivamente, Ildes Ferreira, Wilson Dias, Nilton freire e Jerônimo Rodrigues. O primeiro e o terceiro já foram desligados da gestão.

Figura 2 - Mapa da atuação Asa/Bahia (Fonte: ASA/BA)



3.2 Os enunciados da Convivência

O exame dos depoimentos³⁸ dos entrevistados permite verificar uma forte predominância da Formação Discursiva Religiosa, entrecortada por várias outras Formações Discursivas (FD) no seu interior. Quando tratamos de Formação Discursiva estamos nos referindo às posições discursivas externadas pelo sujeito através da enunciação. É aquilo que, dadas às condições conjunturais, determina o que pode e o que deve ser dito (PÊCHEUX, 2008, p. 43). Essas posições do discurso sofrem variações em função dos lugares sociais dos quais emanam

³⁸Nos trechos extraídos dos depoimentos a seguir mantivemos a concordância expressa pelos sujeitos entrevistados.

esses sujeitos da fala e do viés ideológico que cada um defende. Vejamos, a partir de então, os aspectos observados por meio da análise.

A perspectiva religiosa aparece nas falas quando da observância de elementos ligados à igreja na linguagem dos sujeitos e na explicação do significado da convivência com o semiárido. Sentimentos e práticas como fé, esperança, solidariedade e partilha são evidenciados na maior parte da construção argumentativa dos depoentes. Essa presença é sempre marcante, uma vez que muitos iniciaram sua luta político-social no seio da Igreja Católica ou ainda exercem militância social neste contexto e por isso demonstram a influência dos valores cristãos.

Além da presença expressiva do aspecto religioso nas abordagens, podemos dizer que a própria atuação das organizações e o desempenho das suas tarefas são marcados por uma forte relação com o sagrado, através da dimensão espiritual. Essa afinidade se revela através de práticas, rituais místicos, canções, performances teatrais que geralmente integram a programação dos encontros, assembleias e manifestações reivindicatórias realizadas por tais grupos.

Nos discursos estão presentes muitos fundamentos da Teologia da Libertação, movimento explicado no capítulo precedente, que funciona como arcabouço da construção de uma nova ideia de semiárido trazida pela proposta da convivência. A Teologia da Libertação aparece como determinante na questão da valorização das pessoas e do lugar, está centrado no olhar sobre a realidade e na percepção do outro como um ser que tem valor. É o que podemos deduzir a partir do relato abaixo.

[...] a Teologia da Libertação é muito de escuta desses clamores, de olhar esses sinais que vêm das classes oprimidas, das comunidades pobres, do povo mais sofrido, e traz isso à tona. Então esse método, essa prática, esse jeito de fazer teologia foi fundamental para a organização das comunidades de base. É fundamental para a gente que tenta trabalhar a convivência com o semiárido dentro de uma metodologia popular (CLEUSA ALVES, 49 anos).

Isso não quer dizer, porém, que a Igreja como um todo tenha essa compreensão, conforme explica a própria entrevistada: “São pastorais, são organismos, paróquias e pessoas individualmente que se sensibilizam e se dedicam, que vem trazendo esse caminho”. Na opinião da depoente, ainda hoje é possível observar espaços conservadores onde “a igreja não está nem aí para essas situações (de exclusão), mas quem se sensibiliza e se dispõe, vai

descobrimo na própria história a **semente de libertação** desse imaginário” (CLEUSA ALVES). Grifo nosso.

Podemos perceber que a expressão grifada traz explicitamente duas palavras fortes, que ligam a religião à proposta da convivência. A *semente* na liturgia católica está intimamente relacionada à questão da vida, do novo, do broto. Já a palavra *libertação* traz no seu cerne o desejo da ruptura da opressão e das amarras do povo sertanejo, dependência essa que é materializada nas ações de combate à seca e deixam a população refém de obras emergenciais e paliativas.

A falta de consenso entre lideranças da igreja, as diversas abordagens, interpretações bíblicas e práticas eclesiais podem ser apontadas como causas de muitas dissensões na igreja. Missionários católicos como Antonio Conselheiro, Padre Ibiapina e Padre Cícero³⁹, incompreendidos à sua época, hoje são resgatados como referências (CLEUSA ALVES) pelos sujeitos adeptos da convivência com o semiárido porque no tempo em que viveram contribuíram para formular e difundir os sentidos dessa proposta.

No discurso da convivência as marcas do fatalismo, que outrora perpassavam diretamente a explicação da Igreja sobre a seca na região, a ideia da impossibilidade de fuga de um destino cruel e temido por todos, são discutidas e contestadas com base em uma nova leitura da palavra divina. Essa interpretação, amparada na Teologia da Libertação, se pauta por uma prática religiosa engajada na transformação da realidade, possibilitando que a mensagem faça sentido na prática popular e não seja apenas motivo de adoração/contemplação, como se as mudanças fossem impossíveis. Portanto, nesse redesenho, o conformismo que causava a inércia, cede lugar a uma proposta libertária onde os indivíduos são responsabilizados pela transformação das condições adversas em potencialidades que podem ser revertidas a seu favor. Em outras palavras, o fenômeno da seca não pode mais ser usado como justificativa para as condições limitantes e subumanas às quais os sujeitos são submetidos.

³⁹ De acordo com Malvezzi (2007), os três missionários contribuíram para a desmistificação da seca como obra do divino, concepção que predominou durante muitos anos no sertão, difundida por outros grupos de religiosos. A seca era apresentada como uma espécie de castigo de Deus pelos pecados praticados pelo povo e como forma de controle popular. Pe. Ibiapina, Antonio Conselheiro e Pe. Cícero não discordavam totalmente com estas ideias, mas faziam suas pregações de outra forma, ajudando a construir alternativas concretas para minorar o sofrimento da população. Por isso, Malvezzi acredita que para romper com o imaginário sobre o semiárido é preciso também uma revolução cultural que perpassasse a dimensão religiosa da população local.

Neste aspecto, as pessoas são instigadas a perceberem as condições do meio ambiente em que vivem e a aprenderem com ele as normas de sobrevivência e adaptação. Assim como povos de outras regiões do mundo conseguem se adaptar às adversidades climáticas sem combatê-las, os povos do semiárido são estimulados a compreender os códigos da sua região e partir deles montar suas estratégias de atuação. No exemplo abaixo, o técnico agrícola expõe sua maneira de tratar com os agricultores demonstrando que desde a antiguidade os exemplos da convivência com o semiárido aparecem de forma clara.

[...] na minha prosa com os agricultores eu faço esse debate da história da Bíblia, da fala de José, que ele traduziu o sonho do faraó: sete vacas magras, sete vacas gordas, sete espigas de milho cheias, não é? E ele traduziu, não é, naquela época, para gente o queria dizer? Vai ter sete anos de verde e sete anos de seca. E o que foi que o faraó fez? Guardou, construiu imensos reservatórios e guardou água e comida para ser utilizado na época da seca. Então nosso clima tem uma dinâmica própria que nós temos que levar em consideração, né? Nós só temos duas estações, estação da seca e estação do verde. O verde é a época da água e da fartura e a seca é o tempo da escassez, então nós temos que aprender a olhar o passado. Temos que guardar o que nós conseguimos produzir no verde para ser utilizado na seca. A água é a mesma idéia (MÁRIO JACÓ, 46 anos).

Mais uma vez, a influência cristã se mostra presente. O trecho destacado explana que a sabedoria consiste em observar os fenômenos naturais específicos da região e se preparar de forma adequada para as intempéries no momento em que elas aparecerem. O problema da seca não está pautado exclusivamente na falta de chuva, mas na irregularidade, na sua distribuição e armazenamento. Portanto, é preciso observar os sinais da natureza e aprender com eles o tempo certo de plantar, colher e estocar. Nos tempos mais remotos, conforme traz com o relato bíblico, os homens já se precavam para as situações de dificuldades e conseguiam vislumbrar as alternativas para enfrentá-las. Uma das saídas para os períodos de seca era justamente a construção de recipientes de armazenamento da água, além da estocagem de alimentos.

Outra observação trazida pelo sujeito enunciativo é que as estações do ano na região semiárida acontecem de forma diferente das outras áreas que não pertencem a esse espaço. Nela, o tempo se divide em duas ocasiões bastante definidas e com características próprias. A estação seca é a época da estiagem prolongada e da ausência. Para ele, a época “verde” é o tempo da abundância e do trabalho. É o tempo da alegria pela colheita e de armazenamento do excedente para abastecer o período subsequente, que possivelmente será de carência.

Percebemos ainda na argumentação do depoente que o sentimento de passividade e indolência que era atribuído ao povo diante dos seus problemas, e que alimentou o imaginário da seca durante séculos, é motivo de contestação. Se há muitos anos atrás, já era possível construir soluções para a convivência com a semiaridez, prevendo as temporadas de abundância e de privações, a solução que se apresenta desta vez é ensinar as pessoas a agirem de forma preventiva e planejada.

É importante registrar nas falas dos entrevistados a pouca referência ao papel da ciência e da tecnologia na convivência com o semiárido deixando entender, talvez, que não há uma relação harmônica entre os centros de pesquisa e os movimentos. Pode se atribuir isso ao fato de que as políticas conservadoras do passado, que largaram a região num profundo nível de desigualdade com obras e projetos faraônicos que não resultaram em melhoria da qualidade de vida da população, foram embasadas no saber técnico e científico sustentado pela elite dominante. Hoje, com a questão das mudanças climáticas cada vez mais presentes no ambiente acadêmico incorporando o discurso da sustentabilidade, essa hostilidade tende a ser amenizada.

Voltando ao exemplo, vejamos que o sujeito faz questão de destacar que a sua pregação tem como fonte a Bíblia, ou seja, o livro sagrado que tem o respeito dos cristãos. Portanto, uma ferramenta que serve para referenciar e dar credibilidade ao exposto por ele. Podemos considerar neste exemplo uma interpretação diferenciada das palavras bíblicas, lembrando que durante anos a igreja contribuiu para a sustentação do imaginário da seca como castigo divino⁴⁰. Observamos que são os ensinamentos bíblicos que continuam a influenciar os sujeitos, embora noutra perspectiva, mais libertária. Aludindo Pêcheux, é interessante lembrar que “as palavras, as expressões, as proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (p.160).

De forma crítica, uma informante é enfática ao afirmar que o imaginário religioso que deu sustentação ao discurso da seca como responsável por todos os males no semiárido seria o

⁴⁰A seca aparece no discurso da Igreja como um castigo de Deus pelos pecados humanos. A tarefa do padre seria intermediar a relação entre Deus e o pecador, como uma espécie de advogado de defesa deste último junto ao Senhor. O padre devia conquistar a misericórdia divina para o pecador, e para isto ele orientava práticas como as preces coletivas, as procissões e as penitências, que visavam aplacar a ira de Deus. (ALBUQUERQUE JR, 1988, p. 162). Outro livro que aborda esse tema como objeto de pesquisa é “Imaginário social da seca e suas implicações para a mudança social”, de autoria de Alfredo Macedo Gomes, publicado pela editora Massangana em 1998.

mesmo que justificou a escravatura no século XIX. Para ela, existia uma compreensão religiosa que subsidiava e permitia o sistema escravocrata (CLEUSA ALVES). A reelaboração desse discurso na chamada convivência com o semiárido é parte de um processo que vai acontecendo ao longo dos anos, sendo provocada pelas bases, não pela instituição oficial igreja (CLEUSA ALVES). Na opinião dela, “a religião tanto pode servir de instrumento, de arcabouço ideológico para sustentar determinadas situações que deixam as pessoas em condições de fatalismo, como a leitura bíblica pode ajudar as pessoas a se libertarem”.

A participante analisa que as pessoas costumam lançar mão da explicação religiosa para os fenômenos sobre os quais não se tem esclarecimento, como foi o caso da seca. No entanto, a partir da organização popular e das novas leituras acerca do problema, ela afirma que foi se percebendo que se tratava de uma falácia: “Vai se descobrindo que não é vontade de Deus (a seca). Não é lavando a cruz época da seca que eu vou conseguir fazer chover” (CLEUSA ALVES). Na opinião da entrevistada, é somente com ações concretas que a transformação pode acontecer e essa foi uma das contribuições que a Teologia da Libertação deixou como legado.

A mudança paradigmática, portanto, passa pela ação prática que cada um pode desempenhar nessa engrenagem, e não de simples um ato mágico. A seca passa a ser vista não mais como um elemento do domínio sobrenatural, mas como parte da natureza que tem uma dinâmica dependente de vários fatores. “A gente vai construindo outra concepção, de não esperar mais um milagre, entendido como um fato mágico” (CLEUSA ALVES). O milagre, na sua maneira de ver, acontece por outros caminhos, depende da ação humana para transformar a realidade.

Essa tomada de consciência é parte do entendimento de que o semiárido tem adversidades que impedem seu desenvolvimento de forma justa, mas também possui uma série de potencialidades que precisam ser observadas e aproveitadas. Em vez de se resignarem, é preciso que as pessoas encarem essas potencialidades no sentido de construir uma vida melhor.

[...] a proposta da convivência com o semiárido não nega isso (os problemas). É assim, tem uma série de dificuldades, mas aqui também tem uma série de potencialidades e aí em vez de a gente ficar lamentando o que é que a gente faz? Trabalha aqui uma série de potencialidades que se tem. E

tem como ter uma vida diferente, uma vida com dignidade (ADEMILSON SANTOS, 31 anos).

Na fala destacada acima aparece uma das essências da proposta de convivência com o semiárido e que está presente no discurso de grande parte dos indivíduos abordados nessa pesquisa: a visão ampla dos problemas da região sem esquecer as inúmeras potencialidades que estão inseridas no contexto. Enquanto isso, no modelo de combate à seca aparece com mais nitidez as fraquezas do espaço geográfico.

Na convivência com o semiárido, a seca é compreendida como um fenômeno já previsível e não como uma catástrofe que chega de forma inesperada. Lutar contra o fenômeno é querer violar algo inerente à sua natureza, é preciso aprender a conviver. A convivência também admite a existência dos limites, mas aponta possibilidades de um relacionamento viável entre o homem e o bioma.

É importante destacar ainda que a palavra “sertão”, especificamente, quase não é mencionada nas narrativas dos depoentes, enquanto o termo semiárido vai se instaurando e consolidando como discurso que rege uma nova racionalidade sobre a região, constituindo a ideia de um território “novo”, institucionalizando novos dizeres e dando legitimidade ao projeto de desenvolvimento sustentável que se pretende implementar.

A percepção que engloba um novo olhar sobre o território semiárido é explicada nas entrevistas sob o ponto de vista da geografia pelo fato de os sujeitos que militam na Asa Bahia terem desenvolvido uma relação íntima com a terra, por trabalharem como agricultores familiares e compreenderem suas variações ou por serem majoritariamente oriundos do meio rural. Outros adquiriram conhecimentos sólidos para lidar com a natureza semiárida pela própria formação educacional em estreita ligação com o campo, caso dos técnicos agrícolas ou dos egressos das Escolas Famílias Agrícolas⁴¹, ou pela formação a qual foram submetidos no movimento social que integram.

No trecho abaixo podemos perceber que prevalece a explicação que tem como base o saber popular, mas assentada no enfoque geográfico.

⁴¹ Escolas Famílias Agrícolas são espaços de formação educacional que se baseiam na pedagogia da alternância como método de ensino.

O combate à seca é uma perspectiva de você estar lutando contra um fator climático, contra uma característica geográfica e natural de uma região, que é a região semiárida. É combater uma coisa que não se combate. A gente não tem como mudar o clima e a convivência com o semiárido vem trazer uma perspectiva diferente. Ela vem ensinar que a gente pode e deve conviver com este clima, que existem alternativas que possibilitam a convivência, pra amenizar a convivência do homem com esse bioma natural, que é a caatinga, que é o semiárido brasileiro (DAIANE VIEIRA, 25 anos).

O depoimento de outro entrevistado corrobora com a perspectiva apresentada pela anterior.

[...] a seca é um fenômeno natural, não tem como a gente ficar combatendo. Existem alternativas pra gente estar convivendo, né? O semiárido, a gente sabe que chove bastante no semiárido brasileiro. E agora, o que é que a gente pode fazer para estar acumulando essa água, para a gente estar guardando? Existem essas tecnologias de captação de água que garantem que no período da seca as famílias possam ter água pra beber, água para produzir...as mulheres, o empoderamento das mulheres também... Então, a diferença está nisso, a gente não pode ficar combatendo, não é? (LORENA AMORIM, 25 anos).

Reconhecer as estiagens prolongadas como aspecto característico da região não significa atribuir à seca a culpa pelo desenvolvimento precário, como era corriqueiro na proposta de combate ao fenômeno. Nessa nova concepção, atribui-se a isso a uma série de fatores que se sobrepõem uns aos outros, um deles é a execução de políticas assistencialistas e compensatórias realizadas pelo poder público no decorrer dos anos.

Outras questões trazidas neste trecho é a que a convivência com o semiárido tem desafios ao seu processo de afirmação, como a ruptura com a estrutura conservadora que produz a submissão feminina, por isso se fala em empoderamento da mulher. E mais em empoderamento cultural, social e econômico, que passa conseqüentemente por ter acesso à água para produzir, consumir, entre outros aspectos.

Nesse fragmento abaixo, o sujeito critica a concepção vigente de desenvolvimento que usa a seca como pano de fundo para a implementação de ações que não tiveram êxito. Ao mesmo tempo, é firme em sua opinião sobre o porquê da sua prevalência.

O combate à seca foi uma concepção política que não ajudou porque não se combateu a seca. A seca continua, continuou acontecendo do mesmo jeito porque isso não se combate, é um fenômeno climático. Então, quer dizer, você tem um monte de ações que foram feitas nessa perspectiva, mas que

efetivamente não conseguiram solucionar os problemas sociais decorrentes dessa situação que se dizia que era da seca. Mas a gente sabe hoje que não é um problema da seca, mas da falta de políticas de convivência (CLEUSA ALVES).

Mas a convivência com o semiárido vai muito além da questão da produção. Na opinião de Robson Rodrigues (49 anos), um conjunto de aspectos deve ser considerado e a organização popular é imprescindível para alcançar os objetivos.

[...] convivência com o semiárido não é só produzir alimentos, não é só criar animais, tem que também trabalhar a questão da mulher, do jovem, da criança. É também a gente discutir esses problemas na comunidade que a gente venha refletir o nosso semiárido, a importância que é isso, e como é que nós vamos viver aqui, não é?

A preocupação com as questões de gênero e de geração também estão presentes nessa fala, uma vez que mulheres e crianças são as mais afetadas pelas condições desiguais que historicamente prevaleceram no semiárido. As crianças sempre foram mais vulneráveis pela insegurança alimentar e pelo acometimento de doenças. Já as mulheres sempre padeceram da “injusta divisão sexual do trabalho - que destina a elas o espaço privado, invisibilizando a sua contribuição econômica, social e política” (CARTA POLÍTICA, 2006). Às mulheres, por exemplo, sempre foi atribuída a tarefa de abastecer a casa de água, tendo de percorrer longas distâncias e carregar pesados recipientes na cabeça.

Os entrevistados reconhecem que muitas ações foram realizadas, mas sem resultados satisfatórios. A partir do momento que se começou a enxergar e aplicar ações diferenciadas novas possibilidades foram abertas. “É um período da história que se faz, que se tenta fazer muita coisa, mas não se consegue resolver o problema. A partir do momento que se muda essa concepção se começa a ver resultados mais efetivos” (CLEUSA ALVES).

O paradigma da convivência é apontado por Ademilson Santos como grande impulsionador da desconstrução do imaginário popular do semiárido, visto como atrasado, improdutivo e inviável. Mais que isso, do seu ponto de vista, foi desencadeador das políticas públicas para a região na perspectiva de que nela possível se viver bem e com dignidade. Difere, portanto, do combate à seca, na qual as ações de emergência sinalizavam para a descrença na possibilidade do seu desenvolvimento desse território.

Parte dos sujeitos entrevistados assinala que a sociedade começa a reconhecer as modificações atravessadas pelo semiárido. Apesar disso, deixa antever em suas narrativas que muitas políticas oficiais destinadas a região ainda se configurarem naquelas de combate à seca, embora sejam revestidas como ações de convivência.

Algumas das mudanças ocorridas no território semiárido e apontadas pelos sujeitos ouvidos foram descritas em uma carta enviada pela Asa Brasil à presidenta Dilma Rousseff logo após as eleições presidenciais que garantiram a sua vitória. O documento faz menção e pede a continuidade de ações e programas implementados no semiárido nos últimos anos, a partir da ausculta do governo aos movimentos sociais. De acordo com o texto, pautas estratégicas foram colocadas na ordem do dia e incorporadas pela gestão federal. Entre os programas destacam-se à valorização da agricultura familiar, como o PAA (Programa de Aquisição de alimentos); o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Luz Para Todos, analisados como “programas estruturantes e emancipatórios” (CARTA À DILMA, 2010). Além desses já citados, ainda são lembrados no documento o programa Bolsa Família, a consolidação do programa ATER (Assistência Técnica Rural) e o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar) no quesito crédito.

O conjunto de ações e as mudanças estabelecidas impactaram diretamente na opinião dos entrevistados sobre o semiárido, infundindo uma nova representação àquela que se tinha anteriormente e fortalecendo os vínculos identitários e de pertencimento. Mas ainda que reconheçam as transformações, eles mantêm a posição de cobrança por maior atenção à região.

Você perguntava a qualquer família há 10 anos atrás, o que você acha que deveria, como é que se diz, o que você acha que deveria ter aqui na região e o povo respondia que a solução era ir pra São Paulo, era ir pra outro lugar, pra os conglomerados urbanos. Hoje você faz a mesma pergunta, o que é que as pessoas acham da região, o que é que precisa ali? Já lhe responder outra coisa: **“se a gente tivesse mais acesso à terra, mas acesso à água, mais acesso à produção, mais acesso ao crédito”**, que elas conseguiriam ter uma vida diferente, mais dignidade ali. Então, hoje está espalhado no senso comum essa idéia de convivência com o semiárido (MAEDSON ARAÚJO, 32 anos).Grifo nosso.

Uma das questões trazidas à tona acima é a migração, fenômeno que consiste no êxodo de milhares de pessoas, geralmente para grandes centros urbanos, impulsionadas pela busca de

emprego nos centros urbanos. Ao elencar uma série de mudanças ocorridas na vida do povo e na maneira dele encarar a sua terra, o sujeito demonstra uma profunda alteração também nesse problema social, bem como na elevação da autoestima da população. Ele deixa entrever ainda uma consciência mais aberta para a noção do “direito a ter direitos” e cita políticas públicas que contribuiriam para a melhoria de vida almejada pela população.

A incursão do entrevistado pelo Programa Um Milhão de Cisternas em 2003, no qual tinha a função de animador, a experiência na igreja e a participação nas formações e projetos de convivência com o semiárido, lhe possibilitaram ampla leitura sobre a realidade social da região. O conhecimento adquirido permite que ele faça uma análise mais apurada dos desafios históricos da região, da população camponesa em geral, e o impacto das ações conquistadas nos últimos anos.

Nós sabemos que uma das maiores dificuldades do homem do campo sobreviver no seu pedaço de terra é a falta do acesso às políticas públicas, por exemplo, políticas de água para o consumo humano, para a produção de alimentos, então esses projetos estão exatamente conseguindo trazer essa esperança de novo. Você ouve de vários agricultores que depois de receber uma cisterna de consumo, uma cisterna de produção, que jamais deixariam seu pedaço de chão, deixariam seu pedaço de terra, que agora dá para viver ali. Ouve outras famílias dizerem “difícilmente eu compro uma verdura, um pimentão, porque eu tenho como produzir” (MAEDSON ARAÚJO). Grifo nosso

Observando o trecho em destaque acima, podemos observar que assim como o entrevistado, é unânime entre os participantes ouvidos a preocupação com o modelo de desenvolvimento vigente no Brasil, apesar de considerarem os avanços bastante significativos. Um ponto nevrálgico é a concentração fundiária, que aparece como um dos principais entraves da política de convivência. “Sem a terra é ilusão, talvez, a gente tá trabalhando outras questões porque o povo não vai ter nem o que botar em prática. Não tem como conviver, porque não se tem acesso à terra” (ADEMILSON SANTOS).

A Asa é reconhecida na abordagem dos entrevistados como protagonista do processo de mudanças na região semiárida, uma vez que suas experiências fazem parte desse arsenal de ações que estão contribuindo para uma nova conjuntura política e social.

[...] as pessoas inclusive se reconhecem como sujeitos, que tiveram seus direitos negados historicamente, e hoje têm brilho nos olhos. Um semiárido, com mais vida, mais dignidade, as pessoas realmente se sentem mais sujeitos

dos processos e aí tem milhares de experiências aí, não é? Tem mais de 300 mil cisternas construídas, por exemplo, pela Articulação do Semiárido, então são mais de 300 mil famílias com água pra beber e cozinhar ao lado da casa, milhares de cisternas de produção e outras tecnologias sociais também de acesso à água, não é? As famílias têm água pra produzir, tem água para outro uso. E é assim, toda essa gama de trabalho de formação, de articulação, de troca de experiências (ADEMILSON SANTOS).

Na opinião de um dos entrevistados, apesar de todas as mudanças ocorridas no mandato do presidente Lula, isso não deve ser creditado apenas em função da sua origem popular. Ele acredita que a força política da Articulação do Semiárido foi essencial para pautar muitas políticas que hoje estão sendo abraçadas. Dessa forma, deixa transparecer vínculos mais estreitos com o executivo federal, assim como revela que a dimensão social construída ao longo dos anos pela entidade também é capaz de pressionar.

[...] somos uma articulação que envolve 11 estados do Brasil, nós temos organicidade, nós temos milhares de organizações filiadas em nossa base, uma capilaridade imensa no semiárido, então, não é qualquer coisa. Então nós tínhamos isso e pautamos o governo. Nós tínhamos força política, dentro do próprio governo, apesar de ter o comando, a visão do presidente, mas o governo é disputa, tem muita gente dentro do governo que não acreditava na Asa, que não apostava no trabalho nosso, acreditava muito mais nas empreiteiras fazendo cisternas dos que as ONGs, não é? (MARIO JACÓ).

O entrevistado ao referenciar a dimensão da Asa, afirma a existência de uma disputa política e ideológica. Ele afirma que o governo recebe pressões de várias correntes no seu interior, citando que a CPI das ONGs⁴² é um exemplo da perseguição enfrentada em razão da existência de uma intensa disputa dentro da política e defende o trabalho realizado pela instituição. “Tem todo um movimento que tenta barrar esse avanço do diálogo e da parceria do estado com a sociedade civil organizada, mas eu acho que a gente tá conseguindo avançar” (MARIO JACÓ).

Em outra oportunidade, o assunto mais uma vez é pautado por outro entrevistado, Climério Silva. Quando aborda a importância do trabalho em rede, o depoente utiliza a expressão “uma andorinha sozinha não faz verão” para explicar que uma organização isolada não consegue resolver as questões locais. Mas, em sua opinião, a articulação de organizações umas com as outras possibilita uma maior sinergia para a disputa de projetos que requerem

⁴² Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado em 2008 e encerrada em 2010 com o objetivo de investigar irregularidade em repasses de recursos do governo federal para Organizações Não-Governamentais. A CPI foi criticada pelas ONGs e entendida como uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais.

posicionamento para enfrentar outras “forças políticas”, que podem ser compreendidas como facções que defendem outro modelo de desenvolvimento. Em consonância com seu antecessor, ele considera que um dos principais ganhos com esse arranjo institucional da ASA foi o intercâmbio de experiências que enriqueceram toda a rede e o **fortalecimento político** (CLIMÉRIO SILVA, 32 anos). Grifo nosso

Olhando noutra perspectiva, um dos aspectos evidenciados na abordagem feita pelos entrevistados é a da mudança da sua própria relação com a região e a sua identidade, a partir da participação nos movimentos convivência com o semiárido. Aqui temos o testemunho de alguém que não tinha relação com o meio rural e que, a partir das vivências, desenvolveu uma nova racionalidade sobre a região semiárida.

A forma como você se relaciona com esse jeito de viver no campo muda. Porque você é um sujeito extremamente urbano. Eu não tinha experiência de ir pra o meio rural, eu não tinha essa visão da convivência com o semiárido, eu também acreditava... se eu fosse falar de seca, com certeza eu ia falar de combate a seca, com certeza ia sair isso da minha boca antes. E aí você começa a fazer uma outra leitura, não é? Outra forma de ver e se relacionar com as pessoas, respeitar o ambiente em que elas vivem, a cultura delas, você pode contribuir com um luta interessante que ajuda a melhora a qualidade de vida dos outros. Então eu acho que mudou muito coisa, mudou minha forma de enxergar as pessoas, a sociedade, eu acho que mudou bastante (LORENA AMORIM).

A percepção de Lorena Amorim também foi sendo transformada a partir do trabalho desenvolvido na instituição em que ele faz parte. Sua análise do semiárido aparece de forma ressignificada.

Eu viajava para Quijingue, que é um dos municípios mais pobres da Bahia se não me engano, para passar o São João, e só conhecia ali a praça. Hoje me vejo viajando seis, sete vezes por ano ao município, visitando a zona rural e podendo ver como essas ações, não só de assistência técnica, não só tecnologia de captação de água, mas também de comunicação, que é o que a gente faz lá no MOC, na assessoria que a gente trabalha, como é que ações pequenas podem ajudar a vida dessas pessoas

A fala da entrevistada demonstra que o conhecimento sobre o semiárido é essencial para uma mudança de cultura e de postura em relação ao lugar. “Eu vivia uma realidade totalmente diferente do semiárido, não tinha essa consciência, do que existia no semiárido”, afirma a participante, nascida e criada no meio urbano. Foi a partir do seu trabalho no MOC que a

mesma diz ter conhecido as experiências e aprendido a valorizar a região, observando suas potencialidades e riquezas.

Essa percepção demonstra a importância dos processos de formação na promoção da convivência com o semiárido e na transformação do olhar da sociedade para essa vasta região do Brasil e da Bahia. E é o que também se relata abaixo:

[...] eu não tenho nem dúvida, que as famílias que estão envolvidas com qualquer um que seja desses projetos, de convivência com o semiárido, seja ele de assistência técnica, seja de captação ou armazenamento de água de chuva, seja política de convivência com o semiárido o que for, a partir do momento que essa família tem uma educação, ou seja, um curso educativo, que fale do potencial do semiárido, dificilmente ele olhará para o semiárido com o mesmo olhar que ele olhava a tempos atrás (MAEDSON ARAÚJO)

Os sujeitos demonstram ter certeza de que não apenas os processos informais de educação são imprescindíveis, mas aqueles que interferem mesmo no currículo e na pedagogia escolar. É o caso da educação contextualizada, uma das bandeiras de luta dos movimentos do semiárido para que ela seja adotada como prática escolar.

[...] a maioria dos nossos jovens são educados (sic), eles receberam educação não pra viver no semiárido, eles recebem a educação pra ir pro Sul, eles recebem a educação pra ir pro sul, pra ir pra outras regiões, mas nunca pra sobreviver no seu próprio espaço. E a partir do momento que as famílias recebem esse conhecimento, participam desses processos educativos, você percebe uma outra filosofia, um outro olhar, um outro jeito de agir, um outro jeito de lidar com a terra, um outro jeito de lidar com os animais, até o gosto mesmo de falar pelo chão em que vive você vê. (MAEDSON ARAÚJO).

O comentário acima expressa a disputa ideológica que desafia o discurso da convivência com o semiárido. Ou seja, apesar do trabalho realizado há anos de educação contextualizada, existe outra visão ainda dominante e hegemônica que circula no interior da sociedade. Uma visão que é sustentada pelo discurso da seca como limitadora da região, que está enraizado desde os primórdios do processo histórico, que foi sendo edificado paulatinamente.

Outro entrevistado afirma que a educação contextualizada é um dos pilares da convivência. A preocupação dele está centrada, principalmente, no tipo de ensino oferecido às crianças. Em sua opinião, a educação deve garantir que elas cresçam sabendo sobre a sua região, possam acumular conhecimentos que contribuam no desenvolvimento dela e possam aprender a amá-la (CLIMÉRIO SILVA).

Embora não aborde diretamente, ele critica o ensino orientado pela “cabeça dos pedagogos do Sul”. O informante se refere aos livros didáticos, que geralmente carregam uma visão unívoca da realidade e são adotados em todo o país sem levar em consideração o contexto no qual serão adotados. Tais livros se tornam impositores de concepções de vida e valores culturais distantes da vida dos estudantes, além de reforçar estereótipos e preconceitos difundidos sobre o semiárido. Desse modo, acabam gerando nas crianças uma falta de empatia com o seu lugar de origem e, conseqüentemente, de não pertencimento. Uma educação que valorizasse os saberes e a cultura locais, na opinião desse entrevistado, contribuiria na formação de sujeitos mais comprometidos e mais identificados com a sua região. Uma formação que privilegie as múltiplas faces do país, mas que também leve para o cotidiano escolar as riquezas da região, articulando o conhecimento com a prática, para uma compreensão do mundo que está ao seu redor.

[...] hoje uma criança nasce, começa a estudar, a primeira coisa que ela... que vem na cabeça é “eu tenho que sair daqui pra ir ganhar a vida numa cidade grande”. Ela não tem a paixão pela região que ela deveria ter, se eu aprendo com o livro do sul, a cara do sul, eu vou gostar do sul, mas se eu aprendo que o umbu é gostoso, eu vou gostar do umbu, em vez de aprender que maçã é gostosa... Eu acho que o prazer vai ser muito maior, então, ter uma educação voltada pra convivência com a nossa região (CLIMÉRIO SILVA).

Diferente da maioria dos entrevistados, este se mostra ainda cauteloso em relação a uma nova abordagem sobre o semiárido. Em sua opinião está ocorrendo uma mudança, mas esta ainda é muito incipiente. “Ainda prevalece o discurso da miséria, com cenas na TV da caatinga morta, da caatinga, da terra rachada, da cabeça de vaca lá, da ossada do gado”, enfatiza.

Embora o mesmo reconheça que existam muitas conquistas, o entrevistado acredita que ainda é preciso mais tempo para que a sociedade compreenda as iniciativas que mostram outra abordagem do semiárido e as pesquisas acadêmicas cumprem papel importante nesse processo. **“Por isso é importante dar visibilidade, mostrar que viver com dignidade é possível, que viver aqui com respeito e com qualidade de vida é possível”** (CLIMÉRIO SILVA) Grifo nosso.

Por fim, duas questões que chamam a atenção sobre a análise realizada. Para Foucault, “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus

poderes e perigos” (2004, p. 04). Nesse aspecto, ele sinaliza que nenhum discurso é autônomo, mas governado por elementos que estão presentes no círculo social e inscrito em formações ideológicas. O discurso da convivência, de certa forma, se insere dentro dessa lógica, uma vez que é encadeado pelos sujeitos, seja com a utilização das mesmas expressões, bem como nas definições e maneiras de explicá-la.

Outro ponto é que, quando fazemos o recorte dos entrevistados, entre aqueles que estão há mais tempo no movimento e os que são mais recentes no processo, percebemos algumas diferenças na abordagem. Enquanto os mais novatos são mais propensos ao otimismo, os mais antigos expressam uma visão mais crítica e demonstram prudência ao mencionar as mudanças ocorridas. Eles também relacionam as dificuldades enfrentadas no trato com a população, para convencer sobre a proposta da convivência, e com os governos, haja vista que muitos não acreditam no modelo. Os sujeitos ainda reconhecem os investimentos estatais nesta linha, mas criticam os vultosos recursos que são aplicados em propostas que ameaçam as iniciativas de convivência. A “quebra de braço”⁴³ para penetrar nos espaços de decisão é a forma de influenciar as políticas públicas. Nesse sentido, os principais espaços de inserção são os conselhos da sociedade civil e as redes de articulação, onde eles conseguem pautar esse debate, levar sugestões e ter voz.

3.3 A comunicação na perspectiva da Convivência com Semiárido

Até o início da presente pesquisa não havia nenhum tipo de iniciativa⁴⁴ de comunicação em comum das entidades pertencentes à Asa Bahia. A primeira tentativa de organização de um núcleo que teria essa atribuição surgiu no final de 2010, como

⁴³Termo usado pelo participante Ademilson Rocha Santos.

⁴⁴ É preciso destacar que existe um material de comunicação confeccionado pela Asa, o boletim informativo “O Candeeiro”. Mas neste caso, não pode ser considerado como uma peça que traduza a voz da Asa como um todo, porque ele é feito de forma individual por cada uma das Unidades Gestoras Territoriais (UGTs). No Candeeiro são apresentadas as ações desenvolvidas pelos agricultores e agricultoras familiares inseridos no contexto do Programa Uma Terra e Duas Águas. Trata-se de uma peça específica do programa, confeccionada em todos os estados onde a Asa Nacional está presente, sob responsabilidade das UGTS, inclusive na Bahia. O Candeeiro é uma experiência rica de comunicação e troca de saberes entre as comunidades, mediado pela ação dos/as comunicadores/as, mas cuja feitura é um processo coletivo que possibilita dar voz aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Através da sistematização das práticas realizadas, as famílias do semiárido interagem e dinamizam seu processo de produção e transmissão de conhecimento, contribuindo para a propagação de alternativas de desenvolvimento. Sua apresentação geralmente é feita em papel reciclado, com fotografias realçando imagens belas que enfatizam as riquezas do semiárido, em papel tamanho A4, com textos sempre reduzidos e letras grandes. Sua proposta editorial procura relatar experiências exitosas vivenciadas pelas famílias agricultoras procurando evidenciar as mudanças positivas pelas quais elas estão passando.

desdobramento do I Encontro de Comunicadores da Asa Brasil, realizado entre 01 e 03 de dezembro de 2010, em Recife (PE), onde se fez presente uma comitiva de comunicadores populares da Bahia.

Com o mote “Comunicação por uma vida digna no semiárido”, o objetivo do encontro foi conhecer as diversas experiências de comunicação desenvolvidas pelas organizações da Asa e refletir sobre as possibilidades de uso dos seus mecanismos para dar visibilidade às inúmeras ações em execução no semiárido.

Dessa atividade, emergiu a primeira proposta de constituição de um GT de Comunicação da Asa Bahia para levar adiante as discussões tecidas em nível nacional. Durante o encontro em Recife se percebeu que as outras Asas estaduais já desenvolvem um trabalho avançado nesse aspecto (Anotações do Diário de Campo no Encontro da Coordenação Ampliada da Asa Bahia, 08 de fev. 2011).

Em âmbito nacional, o trabalho de comunicação da Asa Brasil é realizado por equipe de profissionais com formação específica nesta área profissional. A entidade é sediada em Recife e mantém um site (www.asabrasil.org.br) que reúne informações dos diversos estados. Também realiza programas de rádio, disponibilizados na página eletrônica e confecciona uma diversidade de materiais, a maioria para divulgação dos projetos e de cunho informativo. No tocante à assessoria de imprensa, já existe uma boa visibilidade da atuação da entidade, as ações de assessoria de imprensa, por exemplo, já receberam quatro prêmios⁴⁵.

No estado da Bahia já existem experiências bastante avançadas no interior de diversas organizações que fazem parte do coletivo, mas não há um plano de comunicação conjunto para o desenvolvimento de ações que contribuam para dar viabilidade ao trabalho executado pela rede de organizações (Anotações do Diário de Campo no Encontro da Coordenação Ampliada da Asa Bahia, Fev. 2011). Portanto, a comunicação, apesar de ser avaliada como

⁴⁵ Três dos quatro prêmios conquistados foram concedidos pelo Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, denominado Cristina Tavares. Em 2008, o trabalho “Um outro olhar sobre o Semi-Árido brasileiro” retratou a ação de mídia desenvolvida pela ASA para os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), ambos desenvolvidos pela entidade. O segundo prêmio veio no ano seguinte consagrando a ação “10 anos lutando pelo direito à água no Semiárido”, o material abordou a ação de mídia desenvolvida por ocasião dos 10 anos da ASA. Esse mesmo trabalho foi vencedor da 2ª edição do Prêmio Desafio das Águas, de iniciativa da iniciativa da Compesa em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos de Pernambuco. Em 2010, a Asa mais uma vez conquistou os jurados do prêmio Cristina Tavares com a ação de divulgação do VII Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido (Enconasa).

ferramenta estratégica para a promoção do paradigma de convivência com o semiárido, ainda não é apropriada de forma satisfatória pela Articulação do Semiárido/Bahia.

Um dos participantes da Asa considera que a comunicação “é um instrumento forte para dar visibilidade à luta política e ganhar o apoio da sociedade”. Por isso, ele defende uma ação mais ousada com a utilização de recursos para cada público específico (Anotações do Diário de Campo no Encontro da Coordenação Ampliada da Asa Bahia, Fev. 2011).

Outro membro da Asa coaduna com a ideia de uma publicização massiva, mas sem abrir mão da comunicação corpo-a-corpo. Por influência da sua formação religiosa, o mesmo defende o contato mais direto com as pessoas que estão participando dos projetos de convivência com o semiárido, acreditando que tais sujeitos podem funcionar como potenciais multiplicadores da proposta. Os próprios pedreiros, aqueles que lidam diretamente com as famílias no momento da construção das tecnologias, são lembrados por ele como importantes propagadores (Anotações do Diário de Campo no Encontro da Coordenação Ampliada da Asa Bahia, Fev. 2011).

A comunicação é apontada como um mecanismo crucial no trabalho de conscientização popular sobre as potencialidades do semiárido e sobre a importância das políticas que estão sendo implementadas. No entanto, ela não está sendo apropriada pela Asa. “Esse trabalho que a gente faz ele liberta as pessoas e a comunicação tem que mostrar isso. Se nós queremos avançar nas nossas lutas, precisamos avançar na comunicação”, afirma uma das participantes da Asa Bahia (Anotações do Diário de Campo no Encontro da Coordenação Ampliada da Asa Bahia, Fev. 2011).

A fala seguinte vai ao encontro das duas considerações apresentadas anteriormente:

[...] no contexto da ASA, ela (a comunicação) tem que ser vista como um processo formativo, né? De transformação, de concepção mesmo, de cultura, então não adianta eu, não adianta a gente fazer comunicação para evidenciar, para mostrar que nós estamos fazendo muito bem. O desafio é fazer com que essa comunicação alcance as pessoas verdadeiramente. Então o objetivo principal disso, seria o quê, convencer as pessoas que moram lá, e convencer a sociedade como um todo, e isso não pode ser tarefa da asa sozinha, a gente tem a compreensão desse limite. A gente não vai salvar o mundo. Para fazer uma comunicação boa, para entidade aparecer, nós queremos que a entidade apareça mesmo, nós queremos incomodar, sermos ousados, então o máximo que nós pudermos nós vamos fazer para que a comunidade apareça. Mas junto com essa outra estratégia de convencer as pessoas de que é importante

para elas para desenvolver a região, e depende delas também (FLÁVIA AZEVEDO, 30 anos).

Os participantes da Asa também avaliam que diante da ausência de uma estratégia de comunicação mais incisiva acabam perdendo a dianteira nas ações de convivência. Eles dirigem críticas ao governo estadual, com o qual as entidades realizam projetos, por tentar colher sozinho as vantagens das ações de convivência com o semiárido. “Como o Estado detém poder e capital para divulgação, acaba figurando como protagonista das ações de convivência com o semiárido, já que a nós nem sequer somos mencionados como parceiro dos projetos. Enquanto a Asa executa a ação, o governo é quem aparece” (Anotações do Diário de Campo no Encontro da Coordenação Ampliada da Asa Bahia, Fev. 2011).

A argumentação apresentada para a deficiência de um projeto de comunicação alinhavado entre as organizações tem como uma das justificativas a falta de recursos específicos para tal fim. Mas uma das entrevistadas analisa por outra linha: “talvez exista ainda uma incompreensão natural da comunicação como estratégia política, como estratégia cultural. Não seria bem incompreensão, mas formas diferentes de perceber a comunicação” (FLÁVIA AZEVEDO).

A entrevistada opina que a comunicação, em geral, não é pensada estrategicamente no conjunto das organizações, por isso a estrutura para o desenvolvimento dela dependerá da compreensão que se tenha sobre isso. “Para fazer comunicação, você precisa de equipe, você precisa ter acesso a gráficas, o mínimo que você faça depende de verba, pois existe esforço” (FLÁVIA AZEVEDO). Na compreensão dela, a partir do momento que a comunicação passa a ter relevância dentro da entidade e uma nova concepção sobre ela se inicia, começam a ser buscadas as saídas até mesmo para a falta de recursos.

Quando a gente coloca nos nossos projetos uma verba maior para comunicação, a gente pensa na perspectiva de construir uma mensagem ampla, que alcance o maior número de pessoas. Porque é verdade que as pessoas que moram no semiárido precisam ser convencidas de que existem possibilidades de viver bem no semiárido. É verdade também que a sociedade precisa compreender que o semiárido é uma terra de oportunidades, é uma terra de desenvolvimento e compreender que o clima nada mais é que, o clima regional, o clima, não é o clima que vai determinar o desenvolvimento da entidade ou não, da região ou não, não é? Então nós, nosso objetivo é fazer comunicação pra que todas as pessoas compreendam. É claro que, como eu tava falando de verba, não existe uma verba, milhões, pra gente fazer comunicação de massa, não existe. Algumas ações

ousadamente nós fazemos com esse objetivo, pra alcançar diversos públicos (FLÁVIA AZEVEDO).

Ciente das dificuldades para realizar as ações de comunicação, a participante ressalta que é possível estabelecer o mínimo de comunicação entre as organizações, a partir do acúmulo produzido pelas entidades filiadas à ASA Bahia ao longo da história. Compreendendo, claro, que cada uma tem uma dinâmica própria e limitações, mas com possibilidade de construir algo que seja “a voz da Asa”.

Nós temos experiências maravilhosas de anos por aí. Por exemplo, o MOC, eu acredito que é a nossa experiência de referência aqui na Bahia, porque já faz, já realiza essas ações de comunicação há um bom tempo, já realiza projetos de comunicação popular, enfim, já tem uma experiência, de interessante, e aí eu acredito que, as entidades, elas... o que falta é um pouco de... de organização mesmo (FLÁVIA AZEVEDO).

A posição da participante é que, de forma organizada e compartilhada, seria possível otimizar os recursos disponíveis, como por exemplo “unir as estratégias e explorar espaços alternativos que não gastem tanto dinheiro”. Por outro lado, uma ação conjunta e integrada configuraria uma unidade no discurso, conseqüentemente dará mais força e amplitude na mensagem. “Você falar como ASA Bahia, é mais do que você falar como CAA, falar como MOC, você falar como Cáritas, não é? Então, existe um peso maior” (FLÁVIA AZEVEDO).

Na opinião de Lorena Amorim, que há cinco anos atua no setor de comunicação de uma das organizações, a comunicação é sem dúvida uma aliada para a divulgação desse novo paradigma. Ela recorda que a estratégia comunicação para a convivência com o semiárido foi colocada em primeiro lugar durante a elaboração do planejamento estratégico da entidade. Desde então, em todas as peças produzidas “a gente tenta trazer esse outro olhar sobre o semiárido”. Segundo sua avaliação já avançou bastante o tratamento dado à região pelos meios de comunicação.

[...] nas nossas peças, a gente tentar reforçar essa vida existente no semiárido, as pessoas, os sujeitos do semiárido, as experiências, a questão da água no semiárido, a questão da criança e do adolescente, então a gente sempre tenta mostrar esse outro... que existe vida nessa região. A gente tenta mostrar que o semiárido não é só essa imagem, que na nossa análise, hoje os meios de comunicação não reforçam tanto essa imagem de semiárido como inviável, incapaz. A gente avalia que melhorou bastante.

Em uma das abordagens, uma das depoentes toca numa questão importante quando se pensa, por exemplo, que a linguagem também é uma forma de manifestação ideológica (BRANDÃO, 1995).

A gente procura muito trabalhar nessa linha, **nas nossas ações, na nossa escrita, a gente procura dar visibilidade as ações de convivência com o semiárido**, valorizando não só o homem, mas a mulher do campo, respeitando a questão de gênero, a segurança alimentar e outros paradigmas que a gente acha importante para que a convivência com o semiárido aconteça (DAIANE VIEIRA). (Grifo nosso).

Portanto, reveste-se de total importância, a forma como essa mensagem é transmitida. Podemos inferir que a convivência configura-se de forma sistemática, ou seja, como uma prática sociodiscursiva que vai além das ações concretas que são realizadas pelos grupos.

As análises extraídas das vozes de vários sujeitos que gravitam em torno da proposta da convivência permitem inferir que existe um mundo de possibilidades a serem exploradas no sentido de afirmação desse novo paradigma. A importância da ocupação dos espaços é compreendida como importante, embora careça de uma ação prática mais planejada para a sua concretude. Afinal, como afirma Fairclough (2001, p. 94), “o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder [...] e os modos em que se articulam são um foco de luta”. Desse modo, não basta a ação concreta, mas é necessário a organização de um discurso coerente e que lhe dê sustentação e legitimidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muitos anos, o Semiárido foi pautado como um lugar atrasado, infértil e incapaz, feição mais pobre e feia do Brasil. Essa representação negativa e reducionista, tecida ao longo do processo histórico, teve como principal justificativa o seu recorte climático, responsabilizado por todas as mazelas da região. O argumento da seca serviu de subterfúgio para a ocultação das raízes do problema e para protelar a tomada de providências necessárias ao desenvolvimento desse território e da sua gente.

O imaginário que foi se cristalizando instaurou imagens e enunciados que formataram uma identidade homogênea e um discurso hegemônico sobre o Semiárido, reforçado no campo das artes, da ciência, da literatura, da política. Nos últimos anos, atores sociais ligados a setores populares organizados vêm protagonizando um movimento em defesa de um “novo olhar” sobre essa região, com base na reivindicação de um projeto sustentável de desenvolvimento, contextualizado e adaptado à realidade, denominado de “Convivência com o Semiárido”.

Por meio desta pesquisa, procuramos refletir acerca dos elementos constitutivos da centralidade da ideia de um “novo semiárido” que se enuncia e se anuncia amparada nesta proposta. Apesar de as nuances da convivência com semiárido datarem do início do século XX, esse paradigma só se efetivou com solidez e alcançou espaço a partir da década de 1990, quando o tema do desenvolvimento sustentável passou a ser debatido em nível planetário, em função das preocupações mundiais com as alterações do clima, e por pressão dos movimentos sociais de forma geral. Sem falar que, aqui no Brasil, em particular, com os resultados desastrosos das intervenções realizadas pelos sucessivos governos e da “modernização conservadora” implementada na região, ficou difícil sustentar as políticas e os discursos descontextualizados dessa realidade.

Para cumprir o objetivo da pesquisa, inicialmente, analisamos a categoria região sob o ponto de vista da construção cultural para adentrarmos na genealogia do Nordeste e do Semiárido. Percorremos as delimitações geográficas e técnicas do Sertão/Semiárido, perpassando as dualidades que marcaram o pensamento social no início do século XX, as dicotomias apresentadas pelos principais autores que abordaram esse lugar, além de tocarmos na principal problemática social que circunda esse tema: a seca. Principal elemento de

sustentação do discurso sobre a região, a seca deixa de ser um fenômeno natural para se tornar o sujeito causador de todos os infortúnios das populações sertanejas.

Vimos que a institucionalização do combate ao problema cíclico, as políticas assistencialistas e a modernização conservadora, aliadas a um conjunto de procedimentos imagético-discursivos forjados a partir do conceito do determinismo geográfico, edificaram os discursos hegemônicos de fatalidade e irreversibilidade.

A reversão dessa imagem surge na contramão da história com fundamento na sustentabilidade ambiental e nas potencialidades regionais, quando irrompe uma nova perspectiva para o semiárido sustentada por representantes da sociedade civil organizada que tem nas práticas de convivência uma nova compreensão de desenvolvimento. Concebe-se aí a matriz de um novo paradigma que, com ações, práticas e saberes, formatam um modelo que propõe a desinstitucionalização do semiárido como região-problema para a construção de uma região “possível”.

Assim, o Sertão/Semiárido ao longo do seu processo histórico foi moldado por dois discursos que se diferem e se tensionam. O primeiro se baseia na ideia de um território sem solução, onde os inúmeros problemas sociais foram atribuídos à seca e à inércia da sua gente. Essa representação negativa e reducionista ignora as potencialidades da região e atribui as causas deste atraso apenas ao fenômeno climático sem questionar as raízes históricas e a estrutura excludente que estão por trás das disparidades desta região em comparação as demais áreas do país.

A abordagem pelo viés da convivência denota outro “olhar” para essa região, contemplando a natureza da sua diversidade física e cultural, em contraposição à imagem hegemônica que foi construída. Neste paradigma, o desenvolvimento só pode ser plenamente alcançado com a adoção de políticas públicas adequadas e práticas sociais que valorizam suas particularidades, sua cultura, sua história e a força da sua gente, com o uso de tecnologias sociais adequadas ao contexto semiárido e com educação contextualizada.

Com base nas análises feitas através do conjunto de entrevistas com os sujeitos da Asa na Bahia podemos fazer algumas observações em torno desse novo enfoque: há de fato uma mudança em curso na representação da imagem do semiárido, mas ainda em pequena escala, não atingindo o conjunto da sociedade; O discurso da convivência é marcado expressivamente

pelos valores cristãos, o que se percebe pelos argumentos utilizados pelos depoentes onde se destacam elementos como partilha, solidariedade, fé; há uma reorientação das políticas públicas para o semiárido, contudo as ações de abastecimento hídrico são as que continuam a prevalecer; um fator positivo abordado é que as ações implementadas nos últimos anos, pautadas pelos movimentos sociais no semiárido e acatadas pelos governos, em parte, respondem pela melhoria do nível de qualidade de vida das populações desse território; por meio das falas dos sujeitos pode ser percebida certa tensão em torno da convivência com o semiárido em função das disputas ideológicas presentes na sociedade; a educação contextualizada é pontuada como um dos aspectos essenciais para a desconstrução dos estereótipos difundidos ao longo dos anos e como ferramenta para a construção de novos valores sobre a região, principalmente entre os mais jovens.

O paradigma da convivência é ameaçado pelas disputas e pelo imaginário impregnado na sociedade, que encontra eco na grande mídia e nas estruturas conservadoras, sobretudo as situadas nos centros decisórios de poder. No entanto, dadas as condições existentes, é possível afirmar que houve avanços significativos na própria forma com que as pessoas encaram os problemas da região, suas fragilidades e suas potencialidades.

No quesito comunicação, verificamos ainda uma fraca utilização do potencial da comunicação como estratégia de visibilidade política das ações realizadas pela Articulação do Semiárido na Bahia, embora em nível nacional se tenha uma atuação mais intensa. Essa deficiência não ocorre pela falta de consciência da sua importância, mas em decorrência de falhas nas organizações presentes no estado para um trabalho mais elaborado e mais unificado em torno dessa proposta, algo que começou a ser trabalhado nos últimos meses do andamento dessa pesquisa.

Sem dúvida, restam muitas questões a serem problematizadas em relação aos semiáridos para além do “geográfico”, que a academia começa a abrir espaço e que merecem ser debatidas e exploradas: as preocupações em torno das mudanças climáticas ganham cada vez mais a atenção dos movimentos sociais e ambientais e dos estados nacionais, por ser esse espaço territorial demasiadamente suscetível; a questão do empoderamento econômico de homens e mulheres, já que os números do empobrecimento continuam altos na região, não obstante as políticas de distribuição de renda que impactaram na região nos últimos anos; a agricultura familiar que é a vocação da região carece ainda de mais atenção política e de aplicação de técnicas apropriadas e adequadas à realidade; a ampliação e consolidação da

educação contextualizada. Neste aspecto, podemos afirmar, com base nos sujeitos ouvidos, que quanto maior o nível de estudo, maior também é a compreensão sobre as relações históricas e sociais que cercam o modelo da Convivência e de Combate à Seca.

Enfim, há uma série de reflexões que precisam ser enfrentadas, estudadas e transformadas em práticas concretas para que a “aridez” com que muitos ainda enxergam o Sertão/Semiárido seja desconstruída em favor do florescimento do paradigma de desenvolvimento sustentável e da edificação de uma nova imagem, digna desse lugar e da sua gente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carly Batista. **CEBS: A comunicação em busca do sentido e da transformação.** Dissertação de Mestrado em Comunicação na Universidade de Brasília, 1985.

AGUIAR, Manuel Pinto de. **Nordeste, o drama das secas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Coleção Retratos do Brasil.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Falas de Astúcia e de angústia: A seca no imaginário nordestino - de problema à solução (1877-1922).** Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ASA – ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 2010. Cartilha Informativa da Articulação do Semiárido Brasileiro.

BALANÇO das ações do Governo do Estado da Bahia, 2010. Revista elaborada pela Casa Civil.

BASES para a recriação da SUDENE: por uma política de desenvolvimento sustentável para o Nordeste. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/publicacoes/sudene/proposta_recriacao.asp. Acesso em 20 abril 2010.

BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático.** Editora Vozes: São Paulo, 7ª edição, 2008.

BRANDÃO, Maria Helena Nagamine. **Introdução a análise do discurso.** ed. 2ª. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 2. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

CAA. Informativo do Centro de Assessoria do Assuruá, 2011.

CAMINHOS para a convivência com o semiárido, 2010. Cartilha Informativa da Articulação do Semiárido Brasileiro.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A Trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

CARTA À DILMA ROUSSEFF, Articulação do Semiárido Brasileiro, 24 de novembro de 2010.

CONHECENDO O SEMIÁRIDO em busca da Convivência. IRPAA, 2007.

CARVALHO, Inaiá Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário**: discurso e planejamento regional. São Paulo: Hucitec, 1987.

CARTA ABERTA à população Brasileira para o Fortalecimento de Políticas Públicas para o Semiárido, Recife, 2010.

CARTA POLÍTICA de Gênero. VI Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro, 2006

CARTA POLÍTICA. VII Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro (2010)

CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CONHECENDO O SEMIÁRIDO EM BUSCA DA CONVIVÊNCIA. Articulação Popular do São Francisco Vivo, Gráfica Franciscana, 2007.

CÔRREA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAGNINO, Evelina. **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

DECLARAÇÃO do Semi-Árido. Publicado em 26 de novembro de 1999. Disponível em: <http://asabrasil.org.br/body_declaraçãoosemiarido.htm> Acessado em 12 jul 2010.

DIAS, Ana Valéria Feitosa. **Complexidade, Desenvolvimento Sustentável, Comunicação** – O Programa Um Milhão de Cisterna em Comunidades do Ceará. Curso em Mestrado em Desenvolvimento. Dissertação de Mestrado em Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, 2004.

DOCUMENTO BASE da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, 2007.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1995.

ESTRUTURAS ECONÔMICAS da Região Semi-Árida Baiana e Perspectivas para Atuação da Desenbahia: Foco nos Territórios de Identidade Itaparica, Semi-Árido Nordeste II e Sisal. Gerência de Estudos e Assessoria da DESENBAHIA, 2008.

FAIRCLOUGH, Norma. **Discurso e Mudança Social**. Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAVERO, Celso Antônio e SANTOS, Stella Rodrigues dos. **Semi-árido**: fome, esperança, vida digna. Salvador: UNEB, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

HEASBEART, Rogério. **Região, Diversidade Territorial e Globalização**. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/4>. Acesso em 20 jan 2010.

ICID+18. Disponível em <http://www.icid18.org/?localae=ptm=conteudo&a=presentation>. Acesso em jul 2010.

ITS. **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social**. In Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

LIANZA, Rossana de Sousa Sorrentino. **Cinema e história: uma imagem do nordeste - 2007**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro, Revan: IUPERJ. UCAM. 1999.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido - uma visão holística**. – Brasília: Confea, 2007.

NOGUEIRA, Gleiceani. O balanço do EnconASA é bastante positivo. Disponível em <http://7enconasa.wordpress.com>. Acesso em jun 2010.

NOVA DELIMITAÇÃO do Semi-Árido Brasileiro. Disponível em <http://www.mi.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/redelimitacao.asp> Acesso em 20 nov 2009.

ORLANDI, Eni. P. **Análise do Discurso: Princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas. SP: Pontes, 2003.

_____. **Interpretação: Autoria, Leitura e Efeitos Trabalho do Simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. São Paulo: Pontes, 1993.

PEDRÃO, Fernando. Rever o semi-árido. In. Bahia Análise & Dados, SEI, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento** (1983). Traduzido por Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PDSA - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pdsa.asp>. Acesso em 20 de out 2010.

PIRES, Jerusa. **Um longe perto: os segredos do sertão da terra**. Disponível em: http://leguaemeia.uefs.br/2/2_25-39longe.pdf. Acesso em 07 de mai 2010.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: Um milhão de cisternas rurais (P1MC), 2003. Disponível em <http://www.febraban.org.br/arquivo/servicos/respsocial/acordo.pdf>. Acesso em 24 out 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry e outros. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

RIQUEZAS do Sertão. Programa de Rádio da Asa Brasil sobre Segurança e Soberania Alimentar, 2010a.

RIQUEZAS do Sertão. Programa de Rádio da Asa Brasil sobre Biodiversidade, 2010b.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. In: **BAHIA.** Análise & Dados, Salvador, v.18, n.2, p.193-199, jul./set. 2008.

SANTOS, José Farias de. **A música como expressão do Nordeste.** São Paulo: IBRASA, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais:** um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1984

SEGUNDA CONFERÊNCIA Internacional - Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento - em Regiões Semiáridas - ICID 2010. Disponível em: <http://www.icid18.org>. Acesso em jan 2011.

SILVA, René Marc Costa. **O Sertão no pensamento social brasileiro do século XIX:** dilemas e ambigüidades. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/rev_81/artigos/Rene_rev81.htm. Acesso em 23 nov 2010.

SILVA, Roberto Marinho da. **Entre o combate a seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento - 2006. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável de Brasília.

SOUZA, Candice Vidal e. 1997. **A Pátria Geográfica.** Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro. Goiânia: Editora UFG.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. **Ser-tão baiano:** a sertanidade na configuração da identidade baiana. Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, 2007.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e morte no sertão; história das secas do nordeste nos séculos XIX e XX.** São Paulo: Ática. Instituto Teotônio Vilela, 2000.

Z Aidan, Filho, Michel. **O fim do Nordeste** e outros mitos. São Paulo: Cortez, 2001.

APÊNDICE

Quadro – Entrevistados/as

Nome	Idade	Formação	Organização	Função
Ademilson da Rocha Santos	31 anos	Técnico Agrícola, Pedagogia, Pós-Graduação em Ensino da Comunicação	Instituto Regional da Pequena Propriedade Apropriada	Coordenador do IRPAA
Cleusa Alves	49 anos	História, Pós-Graduação em Assessoria Bíblica	Cáritas/NE-SE	Vice-coordenadora da Asa Brasil
Climério Vale da Silva	32 anos	Graduando em História	CEDASB - Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste Baiano	Assessor do Projeto Um Milhão de Cisternas
Daiane Rodrigues Vieira	25 anos	Jornalismo, Pós-Graduação em Comunicação Organizacional	APAEB – Associação de Produtores	Comunicadora popular
Flávia Azevedo	30 anos	Jornalismo, Mestrado em Comunicação e marketing	CAA - Centro de Assessoria do Assuruá	Coordenadora de Comunicação do Centro de Assessoria do Assuruá
Lorena Amorim	25 anos	Jornalismo, Pós-Graduação em Comunicação Organizacional	MOC - Movimento de Organização Comunitária	Jornalista. Assessora de Comunicação do MOC
Maedson Silva Araújo	32 anos	História e Pós Graduação em História do Brasil	ARCAS – Associação Regional de Convivência Apropriada	Assessor Técnico
Mario Jacó	46 anos	Técnico Agropecuário	Centro de Assessoria do Assuruá	Coordenador do CAA
Robson Cabral Rodrigues	43 anos	Técnico Agrícola	COFASPI	Presidente da COFASPI
Agnaldo Rocha Santos	38 anos	Curso de Pedagogia interrompido	Cáritas Diocesana de Ruy Barbosa	Coordenador do Projeto Aguadas